



**Tiago Vinagre de
Castro**

Regeneração Urbana e Quarteirões Culturais



**Tiago Vinagre de
Castro**

Regeneração Urbana e Quarteirões Culturais

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a orientação científica do Dr. Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

o júri

Presidente

Doutor Paulo António dos Santos Silva
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientador)

Doutor Miguel Lopes Batista Viegas
Professor Auxiliar Convidado da Universidade de Aveiro

palavras-chave

Transformação urbana, declínio urbano, regeneração urbana, bairro cultural, política urbana

resumo

O presente trabalho propõe-se a analisar o conceito de bairro cultural no âmbito das estratégias de regeneração urbana através da cultura no panorama europeu no sentido de perceber a viabilidade deste conceito para a realidade urbana da cidade de Aveiro.

keywords

Urban transformation, urban decline, urban regeneration, cultural quarter, urban policy

abstract

This study aims to examine the concept of cultural quarter within the culture-led urban regeneration strategies on the European scene in order to perceive the viability of this concept to the reality of the city of Aveiro.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Enquadramento	1
1.2 Objectivos da tese	1
1.3 Objecto de estudo	1
1.4 Metodologia	2
1.5 Estrutura	2
2. A REGENERAÇÃO URBANA E QUARTEIRÕES CULTURAIS	3
2.1 A transformação urbana	3
2.2 A regeneração urbana	7
2.3 Os quarteirões culturais	12
3. AS EXPERIÊNCIAS DE DUNDEE E ROUBAIX	17
3.1 <i>DUNDEE</i> : da força laboral e industrial ao conhecimento e à cultura	17
3.1.1 Contextualização territorial, histórica, económica e sociocultural	17
3.1.2 O declínio urbano de <i>Dundee</i>	19
3.1.3 O processo de regeneração do centro urbano de <i>Dundee</i>	20
3.1.4 O quarteirão cultural de <i>Dundee</i>	23
3.2 <i>ROUBAIX</i> : de uma das piores cidades de França a referência urbana nacional	29
3.2.1 Contextualização territorial, histórica, económica e sociocultural	29
3.2.2 O declínio urbano de <i>Roubaix</i>	32
3.2.3 O processo de regeneração do centro urbano de <i>Roubaix</i>	33
3.2.4 O programa de regeneração	34
3.3 Análise comparativa dos estudos de caso	40
4. A REGENERAÇÃO URBANA EM PORTUGAL	43
5. AVEIRO: PERSPECTIVAS PARA UMA REGENERAÇÃO URBANA ATRAVÉS DA CULTURA	50
5.1 Contextualização territorial, histórica, económica e sociocultural	50
5.2 Caracterização do contexto urbano de Aveiro	51
5.3 A dinâmica cultural de Aveiro	56
6. CONCLUSÕES	61
BIBLIOGRAFIA	67
ÍNDICE DE TABELA E FIGURAS	75

«...a cidade, a mais compreensível das obras do homem, como disse Walt Whitman, engloba tudo, e nada do que se refere ao homem lhe é estranho. Não devemos esquecer que a própria vida se alberga no seu seio, até ao ponto de nos confundir e nos fazer crer que são as cidades que vivem e respiram. Tudo o que afecta o homem afecta a cidade...» (Chueca Goitia, 1982: 9)

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento

Nas últimas décadas, as cidades sofreram profundas transformações fruto das mudanças económicas e sociais dando origem a um contexto urbano complexo. Uma das consequências foi a desertificação dos centros urbanos gerando processos de degradação do edificado e do ambiente que aliados a problemas sociais como o desemprego e a pobreza conduziram ao declínio urbano destas áreas.

A crescente complexidade dos problemas urbanos exigiu e exige novas estratégias de planeamento de abordagem multidisciplinar, bem como políticas urbanas multi-sectoriais e uma maior adequação dos instrumentos e recursos. A recuperação dos espaços urbanos em declínio tornou-se fundamental para o equilíbrio social, económico e ambiental das cidades o que tem vindo a ser considerado essencial para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. Consequentemente, as políticas e práticas de regeneração urbana generalizaram-se assentes numa lógica de estratégia integrada e intervenção multi-sectorial, caracterizadas pelo desenvolvimento de soluções inovadoras ao nível dos instrumentos de implementação e gestão, assim como a diversificação das fontes de financiamento e a organização de parcerias.

No contexto das políticas de regeneração urbana, a vertente cultural tem ganho uma dimensão cada vez maior. Inúmeros projectos alicerçados na cultura têm vindo a ser desenvolvidos e implementados. Neste âmbito, o conceito de quarteirão cultural tem vindo a ser aplicado em estratégias de revitalização de áreas urbanas, em particular, centros urbanos.

Apesar de actualmente existir um largo consenso ao nível dos princípios orientadores das políticas de regeneração urbana, a sua aplicação deve ser planeada e adaptada ao contexto particular de cada intervenção. Este trabalho reflecte essa percepção e, partindo de uma análise do conhecimento que tem vindo a ser criado sobre a matéria e da evolução de alguns contextos urbanos, dará corpo a um contributo para a compreensão deste género de estratégia de regeneração urbana aplicada a um contexto territorial específico, concretamente, a cidade de Aveiro.

1.2. Objectivos da tese

Esta dissertação tem como objectivo principal perceber se o conceito de quarteirão cultural será efectivamente útil, no âmbito de uma estratégia de regeneração urbana de base cultural para o centro da cidade de Aveiro. Num segundo plano, tem-se como objectivo identificar características e condições úteis que permitam a exequibilidade de um processo de regeneração urbana alicerçada na cultura e nesse sentido poder contribuir para tal elencando um conjunto de linhas orientadoras.

1.3. Objecto de estudo

Esta dissertação debruçar-se-á sobre centro urbano de Aveiro enquanto objecto de estudo atendendo

a que o declínio desta área urbana tem vindo a ser apontado como um problema real e crescente caracterizado por abandono e degradação de edifícios, subaproveitamento e degradação do espaço público, perda de funções de comércio e serviços, desertificação, excesso de tráfego automóvel, falta de estrutura e forma urbana, entre outros.

1.4. Metodologia

Numa primeira fase pretendeu-se enquadrar e analisar os conceitos de regeneração urbana e quarteirão cultural, no contexto dos processos de transformação urbana ocorridos desde o pós-guerra aos dias de hoje, no quadro europeu, com base na revisão bibliográfica. Em seguida, procurou-se identificar os mesmos conceitos e de que forma eram encarados e abordados no âmbito das políticas urbanas nacionais auscultando os principais documentos regulamentares. Após o enquadramento teórico analisaram-se dois estudos de caso – *Dundee* e *Roubaix* – no sentido de compreender duas abordagens distintas no quadro das estratégias de regeneração urbana de base cultural. Posteriormente, passou-se ao objecto de estudo em concreto através de um enquadramento e caracterização da cidade de Aveiro e, em particular, do seu centro urbano, do qual se realizou um levantamento de problemas urbanos passíveis de denotar um certo grau de declínio dessa mesma área recorrendo a revisão bibliográfica e à observação *in loco*. Por fim, e como conclusão desta dissertação pretendeu-se apreender se o conceito de quarteirão cultural é, de facto, útil na perspectiva de uma possível estratégia de regeneração urbana de base cultural para o centro da cidade de Aveiro.

1.5. Estrutura

O presente documento encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo de cariz introdutório apresenta o trabalho ao nível do seu enquadramento, objecto de estudo, objectivos, metodologia e estrutura. O segundo capítulo é dedicado à exposição dos conceitos de regeneração urbana e de quarteirão cultural e respectivo enquadramento no contexto mais amplo dos processos de transformação urbana ocorridos entre o pós-guerra e os dias de hoje na Europa Ocidental. No terceiro capítulo são apresentados e analisados, os estudos de caso de Dundee e Roubaix, em função das abordagens estratégicas de regeneração urbana de base cultural que aí foram desenvolvidas e executadas. Por sua vez, no quarto capítulo são analisados os principais documentos das políticas nacionais ao nível das cidades, planeamento e ordenamento do território no sentido de perceber a integração dos conceitos de regeneração urbana e quarteirão cultural nessas mesmas políticas. O quinto capítulo é dedicado ao objecto de estudo deste trabalho – Aveiro – no qual é feita uma análise ao seu contexto geográfico, histórico, económico, social, cultural e urbano visando identificar factores de declínio do centro urbano e perceber até que ponto a cidade possui condições necessárias à implementação de uma política de regeneração urbana de base cultural. Posto isto, no sexto e último capítulo, são apresentadas as notas conclusivas derivadas do estudo realizado.

2. A REGENERAÇÃO URBANA E QUARTEIRÕES CULTURAIS

2.1 A transformação urbana

Ao longo da sua história, as cidades europeias cresceram e desenvolveram-se através de processos de mudança associados, em grande parte, a circunstâncias políticas, sociais, económicas e culturais. No entanto, nos últimos 30 anos esses processos tornaram-se mais frequentes e profundos reconfigurando radicalmente a estrutura e as funções das cidades, bem como as suas populações e respectivos modos de vida. Consequentemente, emergiram problemas de carácter estrutural, económico e social que urgiam ser resolvidos. Face a isto, adoptaram-se políticas e estratégias de regeneração urbana – conceito que nasce no Reino Unido e nos Estados Unidos da América devido ao declínio urbano das grandes cidades industriais destes países – no seguimento de um conjunto de sucessivas políticas urbanas que visavam solucionar os problemas que iam surgindo à medida que a transformação urbana decorria assim como estratégias de desenvolvimento urbano que vêm desde o pós-guerra. O desenvolvimento e a política urbana atravessaram vários períodos distintos definindo um padrão evolutivo. No entanto, essa evolução não ocorreu de forma homogénea por toda a Europa. Nesse sentido, será abordada, fundamentalmente, a perspectiva evolutiva nos países europeus ocidentais, em particular, o Reino Unido, precursor das políticas urbanas europeias.

Segundo a literatura de referência, as políticas urbanas modernas surgiram na segunda metade do séc. XX e evoluíram a partir daí, principalmente, em países como Grã-Bretanha, Holanda, França e Alemanha. *Peter Roberts* (2000) identifica cinco períodos evolutivos das políticas urbanas europeias desde o pós-guerra até aos dias de hoje, nomeadamente, os períodos da reconstrução, da revitalização, da renovação, da reestruturação e, por último, o da regeneração. Esse processo evolutivo é esquematizado na tabela seguinte, desenvolvida por *Roberts* (2000) com base no trabalho de *Stöhr* (1989) e *Lichfield* (1992), na qual se identifica um conjunto de fases do desenvolvimento teórico e prático sobre o que hoje se define como regeneração urbana elencando algumas das principais mudanças que ocorreram ao nível de políticas urbanas no período entre 1945 e os dias de hoje.

Tabela 1 – Processos de transformação urbana

Período	1950s	1960s	1970s	1980s	1990s
Política	Reconstrução	Revitalização	Renovação	Reestruturação	Regeneração
Estratégia principal e orientação	Reconstrução e alargamento das áreas antigas das cidades frequentemente baseado num plano director; crescimento suburbano.	Continuação da política anterior; crescimento suburbano e periférico; primeiras tentativas de reabilitação	Renovação ao nível local e projectos de bairros; continuação de desenvolvimento periférico	Grandes projectos de desenvolvimento e reestruturação; projectos emblemáticos;	Aproximação a uma forma de política e prática mais compreensiva; maior ênfase em tratamentos integrados
Principais agentes e intervenientes	Governo nacional e local; empreendedores privados e construtores	Avanço para um maior equilíbrio entre os sectores público e privado.	Crescente papel do sector privado e descentralização no governo local	Ênfase no sector privado e agências especiais; aumento de parcerias	A parceria como abordagem dominante
Escala espacial da actividade	Local e Zonal	Emerge a actividade ao nível regional	Regional e local inicialmente, depois mais local	Inicialmente um foco a nível zonal; depois a nível local	Reintrodução da perspectiva estratégica; crescimento da actividade regional.

Período	1950s	1960s	1970s	1980s	1990s
Política	Reconstrução	Revitalização	Renovação	Reestruturação	Regeneração
Abordagem económica	Investimento público com algum envolvimento privado	Continuação da abordagem anterior com crescente influência do investimento privado	Restrições de recursos no sector público e crescimento do investimento privado	Domínio do sector privado com fundos públicos selectivos	Maior equilíbrio entre o financiamento público, privado e voluntário.
Abordagem social	Melhorias na habitação e condições de vida	Melhorias sociais e de bem-estar	Acção de base comunitária e maior capacitação	Auto-ajuda comunitária com apoio estatal muito selectivo	Ênfase no papel da comunidade
Abordagem física	Substituição de áreas internas e desenvolvimento periférico.	Alguma continuidade da década anterior; reabilitação de áreas existentes	Mais renovação extensiva de antigas zonas urbanas	Grandes projectos de desenvolvimento e reestruturação; projectos emblemáticos;	Mais modesta que nos anos 1980; património e retenção
Abordagem ambiental	Paisagismo e introdução de algum verde	Melhorias selectivas	Melhoria ambiental com algumas inovações	Crescente interesse numa maior abordagem ao ambiente	Introdução da ideia, cada vez mais ampla, de sustentabilidade ambiental

Adaptado de *Couch* (2003)

No período imediato ao pós-guerra, a falta de habitação era um problema que exigia solução. Entre 1945 e os anos 1950, as políticas urbanas centraram-se na reparação dos danos de guerra através de uma política de estado central que deu ênfase à reconstrução, substituição e erradicação de problemas físicos do passado, como o da habitação obsoleta e insalubre, através da construção em altura e técnicas de construção massiva (*Couch*, 1990). Durante este período os centros urbanos foram reconstruídos a par da sua suburbanização e da criação e expansão de outras cidades. A política urbana baseava-se no desenho urbano tendo como principal ferramenta o plano caracterizado por soluções urbanísticas rígidas e inflexíveis.

Após o período de reconstrução, a Europa Ocidental assistiu a um crescimento económico impar, caracterizado pela melhoria das condições socioeconómicas que resultaram no aumento exponencial do consumo de bens e na disponibilidade de mais e melhor habitação. A crescente mecanização do sector agrícola levou a um êxodo de muitos dos seus trabalhadores para as cidades à procura de emprego na indústria – tal como acontecera na primeira revolução industrial – e no expansivo sector terciário (*Couch*, 2003). Neste contexto a política urbana dos anos 1960 caracterizava-se por uma continuidade da política anterior mas adoptando um cariz de revitalização, com a crescente influência do investimento privado e a introdução de acções ao nível regional.

Em finais da década de 1960, as soluções urbanísticas do pós-guerra foram postas em causa porque em vez de resolverem os problemas deslocaram-nos ou alteraram a sua forma de manifestação. A crescente insatisfação da população face ao decréscimo da qualidade de vida na cidade leva a migrações para a periferia que, a par com uma abordagem governamental mais participativa e descentralizada, conduziram a um ajuste das políticas urbanas. Neste sentido, ao longo dos anos 1970, alguns países europeus adoptaram programas de renovação e melhoria do espaço público em zonas urbanas específicas, no entanto, sem conseguir travar o desenvolvimento na periferia

(Lang, 2005). Neste campo a Grã-Bretanha foi precursora quando, em 1968, face ao descontentamento social nas áreas urbanas centrais o governo introduziu o *Urban Programme*. Este programa tinha como objectivo combater o que se consideravam ser áreas de carências sociais graves num conjunto de cidades que necessitavam de uma ajuda especial em relação às suas necessidades sociais e recuperar os seus serviços a um nível adequado (Gibson & Landstaff, 1982).

Neste contexto, seguiu-se a Holanda, onde após grande contestação das comunidades, em Amesterdão e Roterdão, no início dos anos 1970, se implementaram programas de renovação urbana, em particular na área da habitação. Na Alemanha, em 1971, uma nova lei permitia a melhoria das propriedades arrendadas nas áreas urbanas centrais. Em França, a alteração de legislação, nos anos 1970, facilitou a melhoria de zonas urbanas através das *opérations programmées* (Couch, 2003). Apesar de os problemas detectados nos vários contextos serem de certa forma similares as abordagens demonstraram ser distintas. Simultaneamente, o crescimento económico contínuo que se verificava foi travado com a recessão gerada pela crise petrolífera de 1973. A perda de competitividade e de lucros de muitas empresas fez disparar o desemprego e o número de falências. Como consequência muitas áreas urbanas europeias assistiram ao declínio e desaparecimento da indústria tradicional do cenário urbano enquanto o sector dos serviços crescia e tomava conta dos centros urbanos. Os custos crescentes da recessão levaram governos a cortar na despesa pública e nos serviços, as carências urbanas aumentaram e as comunidades tradicionais entraram em ruptura resultando em problemas diversos nas classes sociais com menos recursos – alienação, tensão social, crime, crise conjugal e doenças psicológicas (Couch, 2003). É neste período que, com a introdução das ciências sociais no contexto das políticas públicas, surgem as primeiras tentativas de assegurar uma coordenação ao nível económico, social e físico, vertentes até aí tratadas separadamente.

Muitas das acções da política urbana da década de 1970 continuaram na década seguinte. No entanto, a renascença das cidades americanas e britânicas conduziu a uma distribuição desigual da propriedade resultando na segregação social, económica e espacial (Parkinson & Judd, 1988). Nas décadas de 1970 e 1980 a maioria das cidades industriais da Europa Ocidental sofreu grandes e rápidas transformações em virtude da deslocalização da produção industrial para outros países com mão-de-obra mais barata fazendo do desemprego e as carências urbanas as principais preocupações da agenda política. Face a esta conjuntura comum, os países seguiram abordagens diferentes: No Reino Unido, o neoliberalismo emergente reduziu o papel do estado central e legitimou o mercado como principal motor do desenvolvimento urbano. A política urbana centra-se nas parcerias com o sector privado aliadas a uma gradual desregulamentação e ao desinvestimento público. Em França, é devolvido o poder às comunidades locais suportado pelo investimento público. Por sua vez, na Alemanha, são os governos regionais e locais mais abastados que impulsionam o desenvolvimento urbano (Couch, 2003).

O problema da decadência das cidades é que se trata de um processo degenerativo que tende a originar múltiplos problemas e consequências. Esta questão ganhou maior expressão derivada do caso particular do declínio das áreas centrais das cidades que suscitaram um profundo debate sobre a sua preservação e revitalização. Os centros das cidades, tanto os mais antigos de perfil histórico e patrimonial como os mais novos de estrutura moderna, caracterizam-se por um carácter funcional especializado ao nível dos serviços e do comércio. Nos últimos 30 anos, a tendência dos mercados conduziu a novos padrões de consumo e, consequentemente, a novas formas de organização que

procuraram otimizar de forma separada a produção industrial, o comércio, as finanças, a habitação e o lazer condicionando a estrutura dos aglomerados urbanos que emergem cada vez mais policêntricos. A centralidade única é substituída pela cidade segmentada em zonas pelas centralidades múltiplas: centros empresariais, zonas industriais, centros comerciais e zonas residenciais (*Ascher, 2001*). A progressiva descentralização do comércio, dos serviços e das actividades de lazer, a redistribuição da população em áreas suburbanas e o subsequente aumento da utilização do transporte individual conduziram a um declínio económico de muitas áreas centrais dos sistemas urbanos ocidentais. Como consequência deste processo foram fenómenos comuns nas áreas centrais das cidades britânicas (*Thomas & Bromley, 2000; Ravenscroft, 2000*):

- O esvaziamento das áreas comerciais e a substituição das lojas de elevado padrão por lojas populares favoreceram a degradação das áreas centrais.
- A perda significativa de população residente na área e sua envolvente tem criado uma forte dicotomia entre as actividades diurnas e nocturnas nestes tecidos;
- O declínio de equipamentos e serviços (em especial, culturais e de lazer) tem reduzido a oferta, bem como o tipo de consumidores;
- O reforço de actividades nocturnas tem resultado, em vários casos, numa atracção selectiva (jovens) que, muitas vezes, tem favorecido o aumento dos índices de violência e insegurança.

Na década de 1990, concluiu-se que o desenvolvimento assente no investimento físico em infraestruturas era insuficiente e os benefícios ambientais a longo prazo com a manutenção e melhoria das zonas urbanas existentes são reconhecidos. O livro verde para o ambiente urbano da Comissão Europeia (CE) argumenta que a protecção ambiental global pode ser realçada através de políticas urbanas que visem criar e recriar cidades com um ambiente atractivo para os seus habitantes (CE, 1990). As políticas urbanas sofrem novas alterações quanto à sua forma e operacionalidade. Em 1997, a *British Urban Regeneration Association (BURA)* reconhece que as intervenções têm que integrar um quadro estratégico que inclua saúde, assistência à infância, segurança, educação e formação, sustentabilidade ambiental, artes e cultura, e outros factores de qualidade de vida, ou seja, uma integração dos aspectos económicos, sociais e ambientais numa abordagem compreensiva (*BURA, 1997*). Surge assim uma nova abordagem política que enfrenta novos problemas e desafios, sendo o de maior relevo, o novo paradigma do desenvolvimento sustentável baseado no equilíbrio económico, ambiental e social a par de uma compreensão mais ampla das questões políticas que exigiu uma mudança institucional mais intensa e levou a um crescente papel das parcerias multi-sectoriais (*Carter, 2000*).

É neste contexto que a regeneração urbana suscita cada vez mais interesse como instrumento de política urbana polarizando grandes investimentos de capitais públicos e privados. A nível nacional, a maioria dos países europeus reviu as suas políticas de desenvolvimento, fez alterações a nível legislativo e concebeu planos de regeneração e de melhoria das condições das cidades. Ao nível europeu, há uma política comum de desenvolvimento urbano que se reflecte em programas e fundos estruturais como o *URBAN*, o *Interreg IIc, III e IV*, o *URBACT* assim como em diversos projectos de investigação (*Couch, 2003*).

Apesar dos processos de transformação e declínio urbano serem, de um modo geral, similares um pouco por toda a Europa Ocidental, em cada país e em cada cidade as circunstâncias são diferentes

fazendo com que os problemas e as políticas urbanas variem. Ao longo dos últimos 65 anos, a Europa tem sido palco de inúmeras e diferenciadas políticas e intervenções urbanas. Todas elas tinham como objectivo melhorar o tecido urbano que é alvo de constantes mudanças. Se no passado a abordagem aos problemas urbanos passou por políticas, estratégias e acções diferenciadas, nos últimos 20 anos, desenvolveu-se um amplo consenso sobre alguns princípios orientadores dessas políticas, em particular, a regeneração urbana. Actualmente, a regeneração das cidades tornou-se quase que num paradigma da política urbana e é apontada, cada vez mais, como uma solução não só para os problemas já referidos mas, também, para os gerados pela crise económica e financeira como os associados ao sector imobiliário dado o excesso de construção e à redução da procura. Posto isto, o subcapítulo seguinte faz o enquadramento do conceito de regeneração urbana e da sua dimensão enquanto política urbana no sentido de se perceber a sua importância para o futuro das cidades.

2.2 A regeneração urbana

A regeneração das cidades sempre existiu mas foram sendo atribuídas denominações diferentes consoante as épocas em que se inseria, em que os processos decorrentes tentavam dar resposta aos problemas urbanos de então. No seguimento dessas sucessivas políticas de regeneração, reabilitação, revitalização, etc., a discussão teórica sobre o tema tem evoluído, sobretudo, nos últimos 20 anos. Deste modo, *Roberts* (2000) afirma que a evolução conceptual está por isso intrinsecamente ligada à própria evolução dos paradigmas sociais, económicos, políticos, culturais e tecnológicos, tendo o próprio conceito evoluído de uma estratégia de renovação urbana com uma componente social inerente para uma estratégia multidisciplinar e multi-sectorial, interventiva e integradora tendo como princípio basilar o desenvolvimento sustentável das cidades. Deste modo, e num sentido lato, poder-se-á afirmar que os processos de transformação urbana descritos no capítulo anterior são, de certo modo, processos de regeneração urbana com características diferentes quer ao nível do contexto social, económico e político e respectivos problemas quer ao nível dos princípios políticos, linhas estratégicas e soluções. Assim sendo o conceito de regeneração urbana, e a forma como esta é encarada nos dias de hoje, é o resultado do padrão evolutivo dos processos de transformação e das políticas urbanas, do pós-guerra aos dias de hoje.

Segundo *Lang* (2005) a regeneração urbana, enquanto conceito, nasceu nos Estados Unidos da América, nos finais dos anos 1960, mas foi no contexto europeu que ganhou outra dimensão face ao declínio generalizado das cidades, em meados da década de 1980. No caso particular da Grã-Bretanha, a regeneração urbana surgiu como um elemento reparador em relação às políticas neoliberais de reestruturação que *«imitaram conscientemente a estratégia americana baseando-se nos mecanismos do sector privado em vez da intervenção pública para revitalizar as suas cidades e áreas urbanas»* (*Parkinson & Judd*, 1988: 1). A regeneração urbana enraizou-se na política pública urbana britânica em grande escala, quer ao nível local quer nacional, despoletando a disseminação do conceito pelo resto da Europa.

Em meados dos anos 1990, há um reconhecimento da regeneração urbana, do ponto de vista académico e político, começando-se a definir e a tornar-se consensual a tendência das políticas urbanas para a regeneração urbana como uma abordagem estratégica integrada de planeamento e desenvolvimento urbano. Em 1994, a Comissão Europeia reconhece que o ordenamento do território mudou de um planeamento puramente físico relacionado com questões do uso do solo para uma preocupação integrada das questões económicas, sociais, ambientais e políticas (CE 1994).

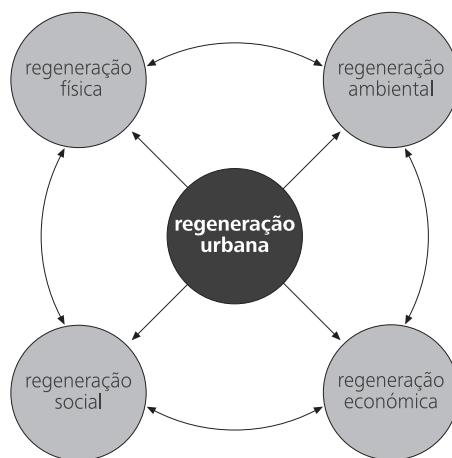
Por outro lado, a análise aos processos de declínio urbano das cidades do leste da Alemanha demonstrou que a transformação e o declínio urbano são processos muito complexos com fortes interações e razões e impactos na esfera económica, social e ambiental do planeamento (Lang e Tenz, 2003).

Os processos de degradação ou declínio a que as áreas urbanas podem ser sujeitas tendem a originar problemas das mais variadas ordens. Assim, quando se fala em regeneração de uma área urbana fala-se em repor o seu equilíbrio na medida em que *«está relacionada com a reestruturação da actividade económica onde esta se perdeu; a restauração da função social onde houve disfunção, ou a inclusão social onde ocorreu exclusão; e a restauração da qualidade ambiental ou equilíbrio ecológico onde se tenha perdido»* (Couch et al., 2003: 2).

Roberts (2000: 17) define regeneração urbana como uma *«visão e acção integrada e compreensiva que leva à resolução de problemas urbanos e que procura melhorar de forma duradoura as condições económica, física, social e ambiental de uma área que foi sujeita à mudança»*. Por sua vez, Lang (2005) denomina por regeneração urbana, as estratégias e políticas locais definidas para lidar com a transformação, declínio e degradação urbana através de uma perspectiva integrada dos problemas, potencialidades, estratégias e projectos de esfera social, ambiental, cultural e económica. Gibson e Kocabas (2001) consideram tratar-se de uma abordagem holística, integrada e compreensiva que tem como principais objectivos a competitividade económica, a redução das desigualdades e a protecção e recuperação ambientais firmados no desenvolvimento sustentado, na perspectiva de assegurar que as áreas urbanas contribuem positivamente para a economia nacional assim como para objectivos sociais e ambientais mais elevados. Tem como alvo áreas existentes em detrimento de novas urbanizações contrariando, em certa medida, processos de expansão e dispersão em prol da consolidação urbana.

Segundo Lang (2005) o conceito de regeneração urbana assenta em quatro pilares: a regeneração física, a regeneração económica, a regeneração social e a regeneração ambiental sendo que todas elas se interligam numa base de interdependência e de equilíbrio como se pode observar na figura que se segue.

Figura 1 – Regeneração Urbana



Lang, 2005

Relativamente à definição de *Peter Roberts*, talvez a mais completa, a regeneração urbana baseia-se em seis factores, designadamente, a relação entre as condições físicas e as respostas social e política, a necessidade de dar resposta a questões como a habitação e saúde pública, a prosperidade económica como contribuinte para a qualidade de vida urbana, a contenção da expansão urbana através do melhor uso possível do solo urbano, a mudança de papel e natureza da política urbana em virtude da mudança das convenções sociais e forças políticas dominantes, e por fim, o paradigma do desenvolvimento sustentável. Os cinco primeiros factores são tidos como contínuos e duradouros, que representam a natureza da mudança urbana, na origem e efeitos dos problemas do passado e consequentes soluções políticas ao longo do processo evolutivo da história da regeneração urbana. Por sua vez, o sexto factor é o desenvolvimento sustentável – paradigma da ordem dominante da política actual – sendo o desafio mais importante assegurar que todas as vertentes da política pública e privada operem de acordo com os seus princípios, no contexto actual do conceito de regeneração urbana que está vinculado às respectivas circunstâncias e desafios.

Nesta perspectiva *Lang* (2005) considera que não se deve conceber uma estratégia de mera regeneração económica associada a um pacote de medidas para apoiar exclusivamente o sector económico – muitas vezes limitando-se a investimentos em infra-estruturas e oferta de solo – mas sim combina-la com a componente social no sentido de possibilitar a criação de emprego e a melhoria das zonas urbanas. Aliado a isto *Noon et al.* (2000) considera ter que existir, também, investimento nas pessoas através de mais e melhor formação e apoio às ideias. *McGregor* e *McConnachie* (1995) defendem como fundamental o investimento nas pessoas, nas áreas onde se concentram os problemas sociais e económicos e integrá-las nas acções de participação e cooperação procurando reduzir a exclusão social e contribuir para a reintegração económica de áreas urbanas em desvantagem.

Segundo *Turok* (2004), as parcerias nas estratégias de regeneração urbana são essenciais assim como o envolvimento dos vários intervenientes, em particular, os residentes. Na mesma linha, *Gibson* e *Kocabas* (2001) sugerem novos tipos de parcerias ao nível das políticas de desenvolvimento e configurações inovadoras dos sectores público e privado e das organizações não governamentais em prol de relações mais igualitárias. Neste sentido, a regeneração urbana é importante para uma série de intervenientes como comunidades locais, entidades de governação nacional e local, investidores, proprietários, actividades económicas, organizações ambientais globais e locais, entre outros.

Para *Roberts* (2000) a regeneração urbana deve ser compreendida como uma política integrada das vertentes económica, social e ambiental caracterizando-se pela necessidade de uma agenda estratégica e uma integração intersectorial associadas a um objectivo mais estratégico e a longo prazo. Assim sendo, *Roberts* (2000) traçou um conjunto de princípios orientadores para a regeneração urbana que afirmam que esta deve:

- basear-se numa análise detalhada da condição de uma área urbana,
- visar a adaptação simultânea do tecido urbano, das estruturas sociais, da base económica e da condição ambiental de uma área urbana,
- tentar alcançar a adaptação simultânea através de uma estratégia compreensiva e integrada que lide com a resolução de problemas de uma forma equilibrada, ordenada e positiva,
- assegurar o desenvolvimento de uma estratégia e programas resultantes, de acordo com

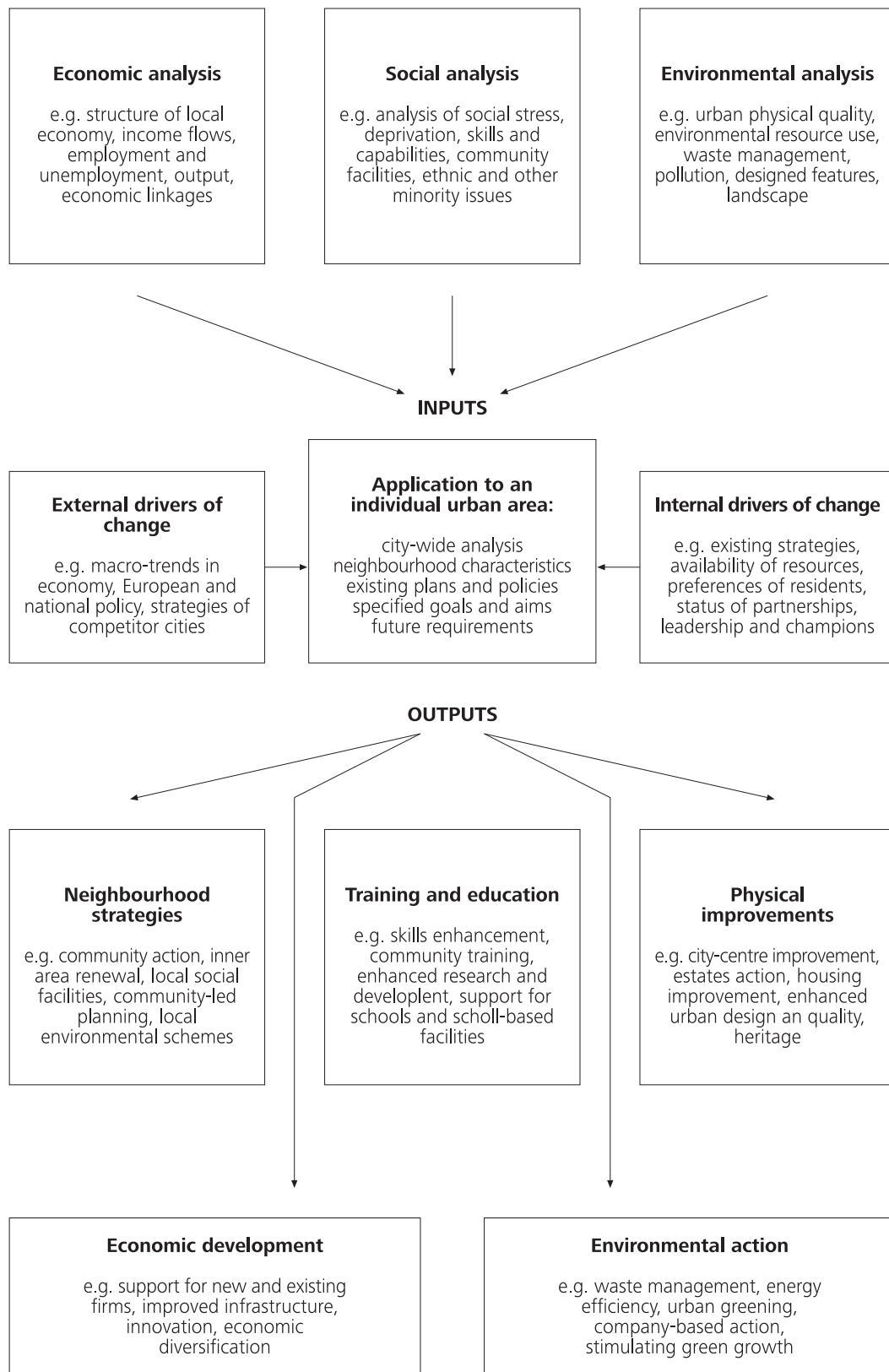
os objectivos do desenvolvimento sustentado,

- estabelecer objectivos operacionais claros e quantificáveis sempre que possível,
- dar o melhor uso possível aos recursos naturais, económicos, humanos e outros incluindo solo e infraestruturas existentes,
- assegurar o consenso através da participação máxima possível e da cooperação,
- avaliar a evolução da estratégia na realização dos objectivos e monitorizar as alterações decorrentes e a influência de forças internas e externas que actuam sobre as áreas urbanas.
- aceitar a possível necessidade de revisão dos programas iniciais de implementação à medida que vão ocorrendo mudanças e,
- reconhecer que vários elementos de uma estratégia tendem a progredir a velocidades diferentes podendo ser necessário redireccionar recursos ou dotar novos, de modo a manter um equilíbrio alargado permitindo assim alcançar todos os objectivos estratégicos.

Estes princípios são de certa forma genéricos, na medida em que, segundo *Robson* (1988), não pode haver uma orientação precisa para a regeneração urbana por causa da singularidade de como as coisas acontecem numa dada área local. De facto, cada área urbana é diferente, influenciada por uma série de factores, e por isso tem que ser observada em função da cidade ou região em que se insere, pelo que qualquer modelo de regeneração urbana a ela associado deve ser adaptado às circunstâncias do seu contexto (*Couch*, 2003).

Na linha dos princípios que definiu, *Roberts* caracterizou o processo de regeneração urbana considerando cinco tipos de resultados, designadamente, estratégias de bairro, desenvolvimento económico, educação e formação, melhorias físicas, e por último, acção ambiental. Assim, a regeneração urbana assume-se como uma actividade intervencionista, um meio de mobilização de esforço colectivo e de negociação para soluções adequadas, um meio de determinar políticas e acções destinadas a melhorar as condições das zonas urbanas e de desenvolver as estruturas institucionais necessárias (*Roberts* 2000).

Figura 2 – Factores e resultados da regeneração urbana



Roberts (2000: 20)

Tratando-se de um conceito tão amplo e diverso, a Regeneração Urbana integra inúmeras estratégias, políticas e ferramentas que têm sido desenvolvidas e implementadas, nos últimos anos, entre as quais, o desenvolvimento de bairros culturais. O subcapítulo que se segue debruçar-se-á sobre esta temática no sentido de compreender este fenómeno que tem sido uma aposta crescente na regeneração de certas áreas urbanas de cidades um pouco por todo o mundo.

2.3. Os Bairros Culturais

«Most great cities have identifiable quarters to which artists and cultural entrepreneurs are attracted, whether it's Soho in London, New York's Lower East Side, or the Left Bank in Paris.(...) Such places have a long history, and appear to have happened by accident, or at least in the general development of a city over time. More recently, some cultural quarters have deliberately been planned, to varying degrees of success» (Montgomery, 2008: 12).

A existência de certas zonas dentro das cidades onde se concentravam actividades artísticas e culturais é algo que existe desde há muito tempo, da mesma forma, que outros tipos de actividades também tendiam e tendem a aglomerar-se. Porém, o que *Montgomery* (2003) considera novo no desenvolvimento de bairros culturais é, o facto de, nas últimas décadas, terem vindo a ser adoptados como um modelo de política de regeneração para áreas urbanas centrais em declínio. Segundo *Florida* (2002) o conceito actual de bairro cultural surge no início dos anos 1980, nos EUA. Em finais da mesma década, o conceito de desenvolvimento urbano através da cultura começou a emergir na literatura de planeamento urbano (*Boogarts*, 1990) e o conceito de bairro cultural é introduzido nas políticas urbanas britânicas como forma de revitalizar as cidades industriais que se encontravam em declínio desde finais dos anos 1970. Os primeiros exemplos foram o Bairro de Indústrias Culturais de *Sheffield* (1989), o *Temple Bar* de *Dublin* (1991) – ainda hoje apontado como um caso de sucesso de regeneração urbana – e o Bairro do Norte de *Manchester* (1993) e, desde então, o conceito e a prática disseminaram-se um pouco por toda a Grã-Bretanha, de longe a região que maior número de casos concentra.

No seguimento desta dissertação e para um melhor entendimento do conceito tomou-se como referência a seguinte definição de bairro cultural apresentada por *Roodhouse* (2006: 22):

«A cultural quarter is a geographical area of a large town or city which acts as a focus for cultural and artistic activities through the presence of a group of buildings devoted to housing a range of such activities, and purpose designed or adapted spaces to create a sense of identity, providing an environment to facilitate and encourage the provision of cultural and artistic services and activities.»

Actualmente, os bairros culturais são um fenómeno um pouco por todo o Mundo e é considerado por muitos como uma estratégia de política urbana que alia a regeneração urbana com a cultura como elemento impulsionador de desenvolvimento socioeconómico. Todavia, o conceito de bairro cultural tem vindo a ser discutido e tem suscitado opiniões diferentes. Como tal, no âmbito desta dissertação, torna-se necessário perceber como é que este conceito se integra nas políticas de regeneração urbana e quais os factores que o distinguem das demais abordagens dentro desse mesmo contexto?

De acordo com diversos autores, o sector da cultura tem sido, cada vez mais, encarado como um potencial motor de revitalização e desenvolvimento económico e social das cidades. Segundo *Bianchini* (1993a), a promoção de actividades culturais para a regeneração de áreas urbanas em declínio está a aumentar em muitas cidades, em grande parte como resposta à desindustrialização. Deste modo, a cultura tem vindo a ser usada em muitas cidades no sentido de criar emprego, gerar receitas, melhorar a imagem urbana e a qualidade de vida em geral. A discussão em torno da importância da cultura enquanto factor de revitalização das cidades tem levado diversos autores a defender estratégias de regeneração urbana de base cultural na medida em que podem conduzir à diversificação económica, criação de emprego e aumento da inovação e a criatividade (*Booth & Boyle*, 1993) sendo que, as indústrias culturais tendem a empregar trabalhadores altamente qualificados de remunerações elevadas (*Scott*, 2004); contribuir para o «*place marketing*» – promoção estratégica com o fim de estimular determinadas actividades a ter lugar lá – através da melhoria da imagem da cidade (*Ashworth & Voogt*, 1990); assim como, contribuir para promover uma maior coesão social e a melhoria da qualidade de vida (*Matarasso*, 1997).

No que diz respeito à cultura enquanto factor de regeneração urbana, *Evans* (2005) distingue dois tipos de abordagens: a regeneração urbana de base cultural (*culture-led regeneration*) e a regeneração cultural (*cultural regeneration*). A primeira tem a actividade cultural como principal motor do processo de regeneração. Aqui enquadram-se os principais usos culturais como museus, galerias de arte ou centros culturais que integrando usos associados como por exemplo restaurantes podem constituir áreas de usos diversificados. A segunda assenta na inclusão da actividade cultural numa estratégia mais abrangente juntamente com outras componentes de regeneração. Neste sentido, poder-se-á afirmar que a política de designação de bairros culturais insere-se na regeneração urbana de base cultural, na medida em que, segundo *Wansborough e Mageean* (2000) um bairro cultural pode ser definido como uma área espacialmente distinta que contém uma elevada concentração de equipamentos culturais comparado com outras áreas. Esta ideia é reforçada por *Evans* (2001) que considera que a designação de um bairro cultural estimula a concentração espacial de usos relacionados com a cultura, desde que seja assumida como um condutor de sinergias, economias de aglomeração e minimização de perda de funcionalidade. Os bairros culturais são frequentemente vistos como parte de uma estratégia de desenvolvimento cultural e económico mais abrangente, ligada à regeneração de uma dada área urbana, na qual tendem a combinar um maior consumo das artes e cultura com a produção cultural e a recriação de novos espaços urbanos (*Montgomery*, 2003). Para *McCarthy* (2005) os bairros culturais representam um importante mecanismo usado para estimular a concentração cultural e artística enquanto áreas com uma elevada proporção de usos culturais e consideradas apropriadas para a concentração deste tipo de usos a fim de explorar sinergias, complementaridades e a massa crítica existente. No entanto, para serem eficazes, os bairros culturais têm que ter em conta factores físicos relacionados com o desenho urbano assim como questões mais abrangentes como a relação com a identidade local (*Montgomery*, 1995).

Evans (2001) considera dois tipos de designação, nomeadamente, uma de carácter formal definido ao nível de um plano (de zonamento e/ou de pormenor) e outra informal associada a outro género de documento regulamentar menos rígido. Pela análise a alguns casos existentes poder-se-á supor, mas sem rigor absoluto, que a designação informal estará associada principalmente aos bairros culturais de grandes cidades, por uma questão, acima de tudo, de escala, do ponto de vista demográfico, económico e social que por consequência lhe conferem uma dinâmica e uma capacidade cultural pré-existente. Nas grandes cidades há uma tendência para existir mais oferta e mais procura cultural que, quando combinadas com áreas urbanas vazias (com edifícios vazios e de rendas

baixas por consequência de abandono ou degradação, ou ambos) tende a que se dê uma natural concentração de usos e actividades culturais nessas zonas. No seguimento dessa aglomeração e no sentido de consolidar e promover esse *cluster* gerado poder-se-á designar essa zona como sendo um quarteirão cultural. Neste caso, não é definido formalmente num plano urbanístico todavia poderá estar associado a um caderno de encargos e/ou um regulamento que reforce o estatuto de área de excelência cultural. Assim sendo, a designação formal ou informal será feita, um pouco em função do contexto urbano a que se aplica e atendendo a todas as suas características demográficas, sociais, económicas e culturais.

Relativamente à orientação funcional destas áreas verifica-se que podem ser direccionadas para a produção cultural, para o consumo cultural ou ambos. Ao nível do consumo, as actividades complementares – como o turismo e o entretenimento – podem desenvolver-se em torno das actividades culturais. Teatros, cinemas e outros meios culturais podem estimular os usos envolventes como cafés, bares, restaurantes, bem como o comércio em geral, criando assim uma maior concentração e diversificação de produtos (bens e serviços). Ao nível da produção, a aglomeração de elementos produtivos e consequente criação de um *cluster* cultural desenvolve a vantagem competitiva através do desenvolvimento de redes de trabalho, potenciação de aptidões e competências, sinergias, acesso rápido a mais e melhores recursos, troca de experiências, colaborações e cooperação (McCarthy, 2005). No que toca à orientação funcional alguns autores defendem que um quarteirão cultural deveria assegurar a combinação entre produção e consumo (Wansborough & Mageean, 2000; Montgomery, 2003), outros consideram como prioridade o consumo (Williams, 1996) enquanto outros apoiam a produção (Crewe, 1996). No entanto, essa mesma orientação funcional poderá estar dependente do contexto urbano em que o quarteirão cultural se insere. De forma que Roodhouse (2006: 91) afirma:

«Understanding the spatial, demographic, and infrastructure factors is essential to any consideration of a cultural quarter in terms of the Cultural Quarter principles of form or place and activity, as they deliver the basic platform for spatial and business development. When integrated with an assessment of cultural and related activities it determines what is feasible and deliverable for that particular locality.»

Isto vem na linha da obra *The Metaphor for Place*, de Canter (1977) na qual descreve as características necessárias para o sucesso de qualquer espaço urbano, nomeadamente, a actividade (económica, cultural e social), a forma (a relação entre edifícios e espaços), e o sentido (de pertença a um lugar histórico e cultural), a partir das quais Montgomery desenvolveu um modelo para a medição do sucesso de um quarteirão cultural ou de indústrias culturais.

O conceito de quarteirão cultural num centro da cidade pode considerar-se como um reajustamento funcional do mesmo através duma estratégia de aglomeração de serviços e equipamentos culturais que aliados ao valor histórico e patrimonial podem desenvolver e potenciar o turismo e a criação de emprego numa perspectiva económica mas também o valor identitário e cultural numa perspectiva social. Isto é, explorar as potencialidades duma área urbana tão específica e delicada, frequentemente em declínio, e limitada em termos de intervenções dada a tendência da patrimonialização, face às novas lógicas de produção, de organização e de vivência dos novos tecidos urbanos. Nesta linha, o centro histórico de uma cidade pode ser assumido como um centro cultural por excelência numa

perspectiva de concentração de elementos históricos e culturais pré-existentes ou criados para o efeito.

A análise a quatro casos de bairros culturais no Reino Unido – *Dundee, Wolverhampton, Glasgow e Manchester* – feita por *McCarthy* (2005) levaram-no a concluir que uma estratégia de regeneração através da cultura e, o uso de bairros culturais em particular, podem gerar resultados positivos tanto na área onde este é instalado como em toda a cidade. Contudo, os conceitos subjacentes não estão perfeitamente compreendidos verificando que em cada cidade havia claras diferenças nos pressupostos conceptuais básicos que definem as condições necessárias para a implementação de um bairro cultural e as suas boas práticas. Deste modo, o autor defende a necessidade de um conhecimento mais consistente e coerente em relação aos *clusters* culturais, na medida em que, tendem a ser comuns os objectivos pouco claros, a falta de um modelo fixo e estratégias de planeamento pouco claras (*Mommaas*, 2004). Com base nestes pressupostos, *McCarthy* (2005) afirma a necessidade de novos conceitos de «clusterização» cultural de modo a escapar à natureza redutora da teoria e prática contemporâneas no que respeito aos bairros culturais.

Por sua vez, *Roodhouse* (2006) identifica uma série de exemplos que incorporam os princípios de um bairro cultural e uma abordagem sustentável da cultura por via do sector das indústrias criativas mas que apresentam diferentes abordagens, ao nível da criação de um bairro cultural, que vão desde o desenvolvimento muito estruturado ao orgânico, como vão do desenvolvimento privado ao estatal. Todavia, em todos eles é notória uma preocupação com a reutilização de edifícios antigos, construção de novos edifícios, revitalizar uma área da cidade, manter e gerar emprego e negócios, mas acima de tudo todos eles alicerçam-se na cultura.

Montgomery (2008) divide os bairros culturais em quatro categorias: os *museum cultural districts* - bairros onde se concentram museus como o *Museum Quartier*, em Viena (fig. 3); os *institutional cultural districts* - um cruzamento entre bairro de museus com grandes

Figura 3 – *Museum Quartier, Viena*



commons.wikimedia.org

instituições de artes performativas como *London South Bank* (fig. 4); os *metropolitan cultural districts* – onde os espaços culturais no geral (incluindo espaços médios e pequenos) são parte da mistura de dinâmicas urbanas como *Temple Bar*, em *Dublin* (fig. 5); e por fim, os *industrial cultural districts* – centros de produção tanto de artes plásticas como de indústrias criativas e de *design* como o *Sheffield's Cultural Industries Quarter* (fig. 6). Os dois primeiros são encarados como algo positivo como forma de expressão civilizacional e de consumo cultural. O terceiro está mais relacionado com a criação de espaço urbano e a diversificação de funções na cidade. O quarto está directamente ligado ao conceito de uma nova economia baseada nas indústrias criativas e culturais e, por isso a uma geração de novas formas de trabalho, emprego e empresas, negócios. Contudo, há muitos outros exemplos de áreas culturais planeadas que falham como destinos urbanos permanecendo subaproveitadas e vazias.

Após a exposição do conceito de quarteirão cultural, e sendo amplamente aplicado no Reino Unido, torna-se pertinente analisar a sua aplicação efectiva, no sentido de perceber possíveis diferenças e semelhanças relativamente a outras abordagens de regeneração urbana através da cultura. Deste modo, o próximo capítulo debruça-se sobre dois estudos de caso que se distinguem por isso, isto é, uma abordagem que contempla a designação de um quarteirão cultural e outra que não, apesar de ambos terem a cultura como elemento central.

Figura 4 – *London South Bank*



www.cooltownstudios.com

Figura 5 – *Temple Bar, Dublin*



www.cooltownstudios.com

Figura 6 – *Sheffield's Cultural Industries Quarter*



www.cipartnerships.co.uk

3. AS EXPERIÊNCIAS DE DUNDEE E ROUBAIX

O conceito de bairro cultural é apenas uma de muitas abordagens possíveis no contexto das estratégias de regeneração urbana de base cultural. Por isso, e na tentativa de perceber se este conceito será o mais adequado para a realidade de Aveiro, considerou-se pertinente analisar dois estudos de caso distintos de regeneração urbana através da cultura. Um que se centrasse na designação de um bairro cultural (*Dundee*) e outro que não tivesse efectivamente um bairro cultural mas no qual a cultura desempenhasse um papel central no seu processo de regeneração (*Roubaix*). A escolha destas duas cidades tem fundamentalmente a ver com a escala urbana, pois a maioria dos exemplos de estratégias de regeneração urbana de base cultural, e em particular, de bairros culturais na Europa, são cidades de grande dimensão. Assim, e dado o objecto de estudo ser Aveiro (cidade de pequena dimensão) optou-se por analisar duas cidades europeias de menor dimensão (ainda assim maiores do que Aveiro). Depois sobressaíram factores mais específicos em relação a cada um dos casos e que de uma forma ou de outra seriam pertinentes no âmbito do objecto de estudo. No caso de *Dundee*, por se tratar de uma cidade com uma forte relação com o mar e que tem como alguns dos pilares da sua economia e cultura mais recente as novas tecnologias de comunicação e o *design* (assemelhando-se a Aveiro). E porque estando inserida no contexto britânico, segundo McCarthy e Pollock (1997) a política urbana escocesa tem apresentado melhores resultados do que a política urbana inglesa apesar de a origem e os princípios basilares serem os mesmos. Enquanto *Roubaix* é uma cidade francesa integrada num contexto urbano caracterizado quer pela aglomeração quer pela dispersão urbana e que é considerada por muitos especialistas como um dos melhores exemplos de regeneração urbana integrada a nível europeu tendo sido, nos últimos anos, alvo de diversos estudos no sentido de extrair lições para as políticas urbanas noutros países, inclusive a Grã-Bretanha normalmente vista como o centro de vanguarda da política urbana europeia.

3.1 DUNDEE: da força laboral e industrial ao conhecimento e à cultura

3.1.1 Contextualização territorial, histórica, económica e sociocultural

A cidade de *Dundee* cerca de 145.000 habitantes está situada junto à foz do rio *Tay* na costa leste da Escócia e é uma das quatro mais importantes cidades a par com Edimburgo, *Glasgow* e *Aberdeen*. Em termos geográficos ocupa uma posição central, com 90% do território escocês a 90 minutos de automóvel dada a rede de auto-estradas que a interliga com o resto do território escocês e norte de Inglaterra. Está também ligada à linha ferroviária da costa Leste, possui um aeroporto regional com voos directos de *Belfast*, *Birmingham* e Londres e ainda é um significativo porto de cruzeiros marítimos. É um importante centro económico, comercial e administrativo servindo uma população regional de cerca de 640.000 habitantes. Enquanto centro industrial tem assistido nos últimos anos a um crescimento enquanto líder mundial em sectores

Figura 7 – A região de *Dundee*



guide.visitscotland.com

como as ciências da vida, meios de comunicação digitais, serviços financeiros, comércio de retalho, turismo e energias renováveis.¹ O pólo universitário de *Dundee* compreende mais de 4000 investigadores e é conhecido pela pesquisa feita em áreas como a diabetes, cancro e neurociências. No sector dos meios de comunicação digitais, *Dundee* é um centro de renome internacional no desenvolvimento de jogos² com metade das empresas escocesas aí instaladas e uma crescente comunidade de jovens *designers*, muitos saídos ou a estudar da Universidade de *Abertay Dundee*. É por excelência a cidade dos estudantes da Escócia com cinco instituições de ensino superior e mais estudantes por habitante que qualquer outra cidade.

Figura 8 – *Dundee*



macshimsi.com/dundee.html

Como a maioria das cidades industriais britânicas, *Dundee* sofreu, nos últimos 30-40 anos, uma profunda reestruturação económica afecta ao tecido industrial e empresarial que resultou na contracção dos sectores industriais tradicionais e consequente declínio urbano. Este, por sua vez, tornou-se no foco de uma série de iniciativas de regeneração desde os finais dos anos 1970. Com efeito, foram feitas várias tentativas para incentivar a retenção da população assim como para melhorar a imagem da cidade no intuito de captar visitantes e investimento interno. Nos últimos dez anos a cidade atravessou por um rol de planos de regeneração inovadores, tanto ao nível urbano como comunitário, que contribuiu para a melhoria da imagem da cidade entre investidores externos, visitantes e residentes (Ghilardi, 2005). Nesta linha, em inícios dos anos 2000, é definido o quarteirão cultural da cidade no âmbito de uma política de regeneração urbana de base cultural. Para perceber como chegou *Dundee* até este ponto analisou-se o enquadramento histórico do desenvolvimento urbano da cidade.

Para McCarthy e Pollock (1997) o contexto das iniciativas recentes de regeneração urbana na Escócia tem sido diferente do da restante Grã-Bretanha, em parte devido à natureza e função do *Scottish Office* – a maioria dos departamentos governamentais responsáveis pela regeneração económica e urbana reportam a um único ministério. Isto permitiu um maior grau de coordenação da política urbana do que, em Inglaterra, onde a fragmentação se tornou frequente. Além disso, a *Scottish Development Agency (SDA)* desempenhou um papel único e fundamental nas recentes iniciativas de regeneração urbana nas cidades escocesas. Criada em 1975 com os objectivos de atrair indústria, facilitar o desenvolvimento de habitação pública, desenvolver cinco cidades novas e incrementar acções de regeneração urbana mais específicas em determinadas áreas. Em meados dos anos 1980, as competências da *SDA* mudaram e centraram-se no desenvolvimento empresarial e na captação de financiamento do sector privado, especialmente, a partir de 1983, com a introdução governamental dos *Local Enterprise Grants for Urban Projects (LEGUP)* e que eram geridos pela *SDA*. Todavia, em 1988, o relatório *New Life for Urban Scotland do Scottish Office* marcou um ponto de viragem na política urbana escocesa pois concluía que o problema urbano mais grave identificado era as áreas periféricas carenciadas recomendando quatro novas acções baseadas nas parcerias para

¹ <http://www.locate-dundee.co.uk/invest/key-sectors>

² <http://www.locate-dundee.co.uk/invest/key-sectors>

a regeneração integrada de *Castlemilk (Glasgow)*, *Ferguslie Park (Paisley)*, *Wester Hailes (Edinburgh)* e *Whitfield (Dundee)*.

Em 1991, a fusão da *SDA* com a *Training Agency* dá origem à *Scottish Enterprise* que realiza acções de renovação urbana e de melhoria ambiental recorrendo a empresas locais. Mais uma vez, e contrariamente a muitas acções em Inglaterra, a abordagem através das parcerias alastrou ao envolvimento da população local em empresas de regeneração. Porém, a forma como a política governamental foi interpretada, a nível local, em termos práticos da estratégia de regeneração urbana, variou significativamente conduzindo a resultados diferentes nas áreas intervencionadas.

3.1.2. O declínio urbano de Dundee

A cidade de *Dundee* é tradicionalmente conhecida pela juta, compota e jornalismo no entanto do ponto de vista de força económica as duas últimas eram praticamente irrelevantes. De acordo com *Whatley* (1992) o desenvolvimento de *Dundee* esteve intimamente ligado à indústria de juta que tornou a cidade no maior centro de produção mundial e ultrapassou a engenharia e construção naval como principal actividade empregadora (*Jones*, 1968). A enorme dependência nesta indústria tradicional caracterizada por uma predominante força de trabalho feminina mal paga teve implicações sociais e económicas sobretudo na migração da força de trabalho masculina e no reinvestimento exterior de grande parte dos elevados lucros gerados.

Entre as duas Grandes Guerras deu-se uma queda massiva na produção de juta elevando os níveis de desemprego na indústria até aos 70% em 1931/32 (*Carstairs*, 1968). Entre 1945 e 1970, beneficiando do estatuto de área de desenvolvimento ao abrigo do *Distribution of Industry Act* de 1945, deu-se uma significativa diversificação na economia local, com apoios financeiros e a criação de instalações industriais, liderada por um fluxo de empresas norte-americanas. Segundo *Doherty* (1992) ocorreu um forte crescimento dos sectores da engenharia electrotécnica (e consequentemente da electrónica) e dos têxteis baseados no desenvolvimento de produtos de juta e alternativas sintéticas, que juntos, em 1970, compreendiam cerca de 70% de toda a mão-de-obra industrial. Todavia, por volta dos anos 1980, a natureza profundamente enraizada dos problemas económicos da cidade eram evidentes face ao declínio destes dois sectores devido aos efeitos da transformação tecnológica e da competitividade estrangeira.

Esta transição pós-guerra caracterizada por uma crescente dependência laboral do sector dos serviços modificou *Dundee* da sua base tradicional na indústria de transformação para uma cidade pós-industrial (*Doherty*, 1992). Paralelamente à mudança das circunstâncias económicas da cidade, Dundee foi-se expandindo fisicamente e alterando o seu perfil. Apesar de ter seguido muitos padrões convencionais de expansão urbana o seu crescimento foi tanto esporádico como sistematicamente planeado em muitos aspectos (*McCarthy e Pollock*, 1997). Em meados do séc. XIX, a expansão para leste e noroeste integrou as povoações de *Balsa Broughty* e *Eochee* dentro dos limites da cidade. Em 1918, este processo de crescimento orgânico foi regularizado por um plano (muito inovador e ambicioso para a época) elaborado por *James Thomson*, o engenheiro e arquitecto da cidade. O plano centrava-se em propostas de dispersão e melhoria da habitação da classe trabalhadora e uma série de anteprojectos de engenharia rodoviária que incluía uma via de circunvalação e uma ponte sobre o rio *Tay* (*Subedi*, 1993). Este plano criou as condições para a expansão da habitação municipal no período entre guerras (*Pacione*, 1985).

O segundo período de crescimento decorreu nas décadas de 1950/60 baseado num plano que já incluía um contexto de estratégia regional (o que era incomum para a época) integrando o Plano do Vale do *Tay*, de 1950, bem como o Plano de Desenvolvimento para a Cidade, de 1952, elaborado pela consultora *Chapman, Dobson & Partners*. Para *Doherty* (1992), ambos os planos incorporavam muito da cultura e prática do planeamento da época providenciando as condições para o futuro desenvolvimento extensivo da habitação pública na periferia. Mais tarde, juntamente com o Plano de Desenvolvimento, de 1959, incentivaram a criação um programa de Áreas de Desenvolvimento Integrado para combater a habitação precária e o abandono e degradação das áreas industrial dentro da cidade. Esta abordagem de reabilitação urbana, similar à de tantas cidades britânicas apesar de benéfica lançou as bases para problemas futuros. Segundo *Pacione* (1985), nos anos 1950/60, os níveis de construção de habitação municipal foram tão elevados (mesmo com mais de metade do parque habitacional público já erigido) que a futura manutenção e modernização acarretaria grandes intervenções e custos. Para além disso, o desenvolvimento de grandes áreas habitacionais na periferia aliado à falta de oportunidades de emprego para os seus habitantes levou a uma série de problemas sociais sem precedentes (*Keating*, 1988). O programa de Áreas de Desenvolvimento Integrado alimentou os problemas de segregação na comunidade da cidade a par de um desenvolvimento parcelar no centro da cidade de má qualidade, tanto em termos funcionais como estéticos, situação que se agravou com o programa de 1964/69 que conduziu a um impasse resultando numa herança de terrenos e lotes vagos em vários pontos do centro da cidade (*McDougall*, 1993). Entretanto, nos inícios dos anos 1970 aumentavam as preocupações entre os profissionais de planeamento, políticos e o público em geral relativamente à qualidade do novo tecido urbano, que em muitos aspectos era menos agradável do que aquele que substituiu (*McDougall*, 1993). Estes aspectos físicos juntamente com uma estrutura económica local fraca eram um sério problema para a imagem externa de *Dundee* que se caracterizava essencialmente por habitações vitorianas superlotadas, múltiplas carências e um abandono generalizado e consequente degradação da maioria das instalações industriais.

3.1.3. O processo de regeneração do centro urbano de *Dundee*

Em 1975, uma remodelação do governo local permite ao novo *Dundee District Council* avançar com um programa de requalificação habitacional em duas das áreas mais problemáticas da periferia e no centro da cidade, que foi considerada como área prioritária. Para tal houve uma preparação preliminar e adopção de um plano local para a cidade (*Dundee District Council*, 1979) abrangendo praticamente toda a área urbana pré séc. XX entre a via de circunvalação (*Kingsway*) e a frente ribeirinha excluindo o núcleo central da cidade.

Embora o plano local tenha sido um requisito do *Town and Country Planning (Scotland) Act* de 1972, o *Inner City Local Plan* foi visto como um catalisador para a regeneração urbana. Os seus objectivos abrangiam um extenso programa de melhorias ambientais suportado pela *SDA* e aludiam para a melhoria da imagem da cidade. Para *Pacione* (1985) estas melhorias juntamente com uma variedade de projectos de construção e reabilitação habitacional e a racionalização de duas das principais vias rodoviárias, a fim de eliminar o seu prolongado efeito prejudicial demonstram o compromisso da autoridade local para com a área. De facto, este plano revelou-se altamente eficaz no aumento da confiança das instituições financeiras cujo apoio foi essencial para assegurar um investimento generalizado no mercado imobiliário de habitação, bem como na promoção de oportunidades chave de investimento (*McCarthy & Pollock*, 1997). Entre alguns dos projectos constavam a conversão de uma antiga fábrica de juta num condomínio residencial, em *Upper Dens*

Works, e a criação de uma extensa área de lazer, comércio e habitação num antigo complexo industrial, em *Lochee*. Mas, provavelmente, o projecto mais significativo, em parte promovido pelo plano local, centrava-se na zona industrial de *Blackness*, a noroeste do centro da cidade, que foi designada como a primeira área industrial, da Escócia, para melhoramento ao abrigo do *Inner Urban Areas Act* de 1978. A importância deste projecto não tem tanto a ver com os resultados económicos ou físicos alcançados, mas sim com os preparativos institucionais que juntaram, em 1979, representantes *SDA*, do *Tayside Regional Council* e do *Dundee District Council* para formarem uma equipa de projecto, apoiadas pela *Business Community* (Bazley, 1993). Esta abordagem possibilitou as bases para o *Dundee Project*, que teve início, em 1982, com os objectivos de diversificar e desenvolver a economia da cidade e travar o declínio urbano e que Boyle (1988) considerou como sendo uma das mais importantes iniciativas de regeneração urbana da *SDA*. Para Bazley (1993) o desafio do *Dundee Project* era reflectir as lições e o sucesso comparativo de *Blackness* à escala da cidade. O projecto tinha como objectivo adoptar uma abordagem multidimensional para a regeneração da economia da cidade, com um forte aposta nas indústrias de alta tecnologia, apoiada numa parceria entre autoridades locais e a *SDA*. Entretanto, a obtenção do estatuto de Zona Empresarial em 1984, foi essencial para a diversificação de oportunidades de investimento na cidade. Posteriormente a zona empresarial foi alargada a seis áreas distintas – caso único em todo o Reino Unido – que abrangiam zonas verdes na periferia e zonas degradadas dentro da cidade. Na fase inicial, um investimento público num total de £38M estimulou um investimento privado directo de £46M permitindo a criação de cerca de 1780 postos de trabalho (*Scottish Enterprise Tayside*, 1992).

O *Dundee Project* prolongou-se além do previsto tendo continuado mais tarde sobre a insígnia da *Dundee Partnership*. No entanto, e apesar do seu enorme sucesso, é possível que o projecto se tenha focalizado mais em certas áreas da cidade do que o inicialmente previsto. É sobre este pressuposto que McCarthy e Pollock (1997) consideram particularmente irónico que o projecto emblemático da zona empresarial da frente de água central se tenha revelado persistentemente problemático e que à data continuava parcialmente implementado traduzindo-se numa clara oportunidade perdida para a cidade. Segundo os autores, a cidade falhara historicamente a capitalização da sua excelente localização ribeirinha, e o desenvolvimento da frente de água inicialmente previsto procurava criar um ambiente prestigiante de elevada qualidade apoiado numa mistura de usos como o turismo, lazer e residência. Se por um lado as iniciativas com financiamento público foram concluídas como a melhoria de infraestruturas e da área envolvente à principal atracção turística – o navio histórico *RRS Discovery* (fig. 4) – por outro, as iniciativas do sector privado relacionadas com o projecto foram sendo abandonados. Além disso, a centralização dos projectos em algumas áreas da cidade e na zona empresarial fez com que zonas como o centro da cidade e áreas de habitação municipal periféricas fossem descoradas (Bazley, 1993). Como resposta a este problema, a Dundee Partnership desenvolveu uma iniciativa para o centro da cidade promovida numa fase inicial pelo município através da campanha «*Putting the heart back into the*

Figura 9 – *RRS Discovery*



midgie.list.co.uk

city» (Ross, 1994) e o seu *Leadership Plan* de 1993-97 (*Dundee District Council*, 1993).

O primeiro enfoque da regeneração do centro da cidade foi a melhoria ambiental, inicialmente em localizações específicas e depois alargada a toda a área, em grande medida através da pedonalização da rua de circunvalação do centro. Esta operação associada a uma elevada despesa pública contribuiu para estimular o investimento privado, que se reflectiu na grande intervenção de reabilitação do principal centro comercial do centro (*the Wellgate*). Com base nisto, *McCarthy* e *Pollock* (1997) defendem que ao nível da regeneração urbana dificilmente há um grande investimento privado sem que haja primeiro um grande investimento público. Em 1997, embora fosse prematuro avaliar o sucesso desta iniciativa, tornava-se evidente a preocupação na contínua perda de comerciantes e consumidores para a cidade vizinha de *Perth*.

Apesar de o *Dundee Project* ter estado envolvido na melhoria das áreas habitacionais periféricas, a sua acção não teve uma linha estratégica e os vários agentes públicos encararam o problema destas áreas em termos da sua função individual (*Bazley*, 1993). Neste contexto, município procurou combater um rol de problemas nestas áreas, numa primeira fase, através de um conjunto de acções de requalificação do parque habitacional e de melhorias ambientais que melhoraram efectivamente o ambiente para os residentes, mas que contribuíram pouco para os problemas sociais e económicos inerentes. Nesta linha, e ao abrigo do relatório *New Life for Urban Scotland* do *Scottish Office* foi desenvolvida uma iniciativa para *Whitfield*, uma zona periférica de *Dundee* (*Scottish Office*, 1988). Assim foi criada a *Whitfield Partnership* envolvendo 12 agências públicas, seis instituições financeiras/empresas de desenvolvimento e a comunidade local, sob o compromisso de implementar uma estratégia integrada para a regeneração física, económica e social de *Whitfield*. Em 1995, o sucesso desta iniciativa ficou demonstrado com a atribuição do prémio de *Best Practice* pela *BURA* e a retirada do apoio financeiro do *Scottish Office* transferindo a continuidade do projecto e o desenvolvimento futuro para a liderança da comunidade local (*McCarthy & Pollock*, 1997).

Simultaneamente, o desenvolvimento de um parque tecnológico no lado oeste da cidade, onde contrariamente às expectativas a maioria das novas empresas inclui usos convencionais de actividade empresarial. A imagem externa da cidade provou ser um instrumento crucial na atracção de investimento interno no âmbito da diversificação da sua base económica. Deste modo, a promoção de *Dundee* foi feita através da campanha «*City of Discovery*» que para *McCarthy* (1997) foi de certa forma introvertida comparativamente a outros casos, em particular pela ausência de exposição nacional, enquanto *Doherty* (1992) considerou-a insuficiente e mais um pensamento positivo do que propriamente uma representação da realidade existente. Esta aparente falha em promover a imagem da cidade para o exterior foi agravada pela enorme cobertura mediática a nível nacional da decisão da desistência da *Ford* na construção de uma grande fábrica em *Dundee*, assim como o encerramento da fábrica da *Timex*, em 1993, há muito estabelecida na cidade.

Em 1998, a *Dundee Partnership* decidiu estudar as possibilidades de reintegração da frente ribeirinha central com o centro da cidade. Neste sentido, a entidade criada para o efeito, a *Dundee Waterfront*, pretendia elaborar um plano que visasse essa oportunidade e que preparasse uma visão partilhada para a área que criasse uma identidade distinta e um sentido de pertença, mas que também gerasse um ambiente oportuno ao investimento. Actualmente, a transformação da frente ribeirinha de

Dundee é um projecto estratégico de £1bilhão que abrange uma área de 240 hectares ao longo de 8Km ao longo do rio *Tay* e que pretende projectar a cidade a nível internacional.³

Segundo *Ghilardi* (2005), *Dundee* é um claro exemplo de um plano estratégico para a cidade que envolve um conjunto de acções integradas (com uma componente cultural) com o objectivo de corrigir problemas específicos. Um elemento chave foi a implementação de trabalho intersectorial sobretudo através da *Dundee Partnership*. Por outro lado, o sucesso visível de instituições como o *Dundee Contemporary Arts Centre (DCA)* (fig. 10 e 11), o *Dundee Repertory Theatre (DRT)* (fig. 12) e o *Sensation Science Centre (SSC)* revelam a importância da cultura enquanto prioridade para a *Dundee Partnership* e o papel que tem desempenhado na nova imagem da cidade.

Esta perspectiva sobre a sequência de iniciativas de regeneração urbana decorridas em *Dundee*, em particular nas últimas décadas, permite perceber todo um processo evolutivo da política urbana, em Dundee, e que culminou numa estratégia de base cultural que conduziu à designação de um bairro cultural. Nesta fase, não é de todo perceptível qual o papel do bairro cultural no contexto da regeneração urbana e no impulso cultural que a cidade ganhou. Foi o elemento impulsionador ou um elemento complementar? Esta questão de fundo remete para a análise ao processo de definição e execução do bairro cultural propriamente dito no subcapítulo que se segue.

3.1.4. O Bairro Cultural de Dundee

O bairro cultural de *Dundee* é contíguo ao centro da cidade e compreende uma área definida em redor dos espaços culturais de referência da cidade, nomeadamente, o *Dundee Repertory Theatre (DRT)* e o *Dundee Contemporary Arts Centre (DCA)* – um complexo de artes e cinema dotado de restaurante e teatro. Surge no seguimento da criação do *DCA* que levou o executivo municipal a encomendar um estudo de viabilidade para um possível bairro cultural. Um dos princípios importantes, tido em conta, foi a melhoria da imagem da cidade, pelo que se considerou ser mais fácil alcançar a criação e concentração de uma massa crítica de actividade cultural – de produção e de consumo, tanto directos como indirectos – que gerasse um maior impacto do que dispersar essa mesma actividade. Neste sentido, em Setembro de 2000, é apresentado o relatório

³ <http://www.dundeewaterfront.com>

Figura 10 – DCA



www.iainandjane.com

Figura 11 – DCA



www.pixceleb.com

Figura 12 – Repertory Theatre



commons.wikimedia.org

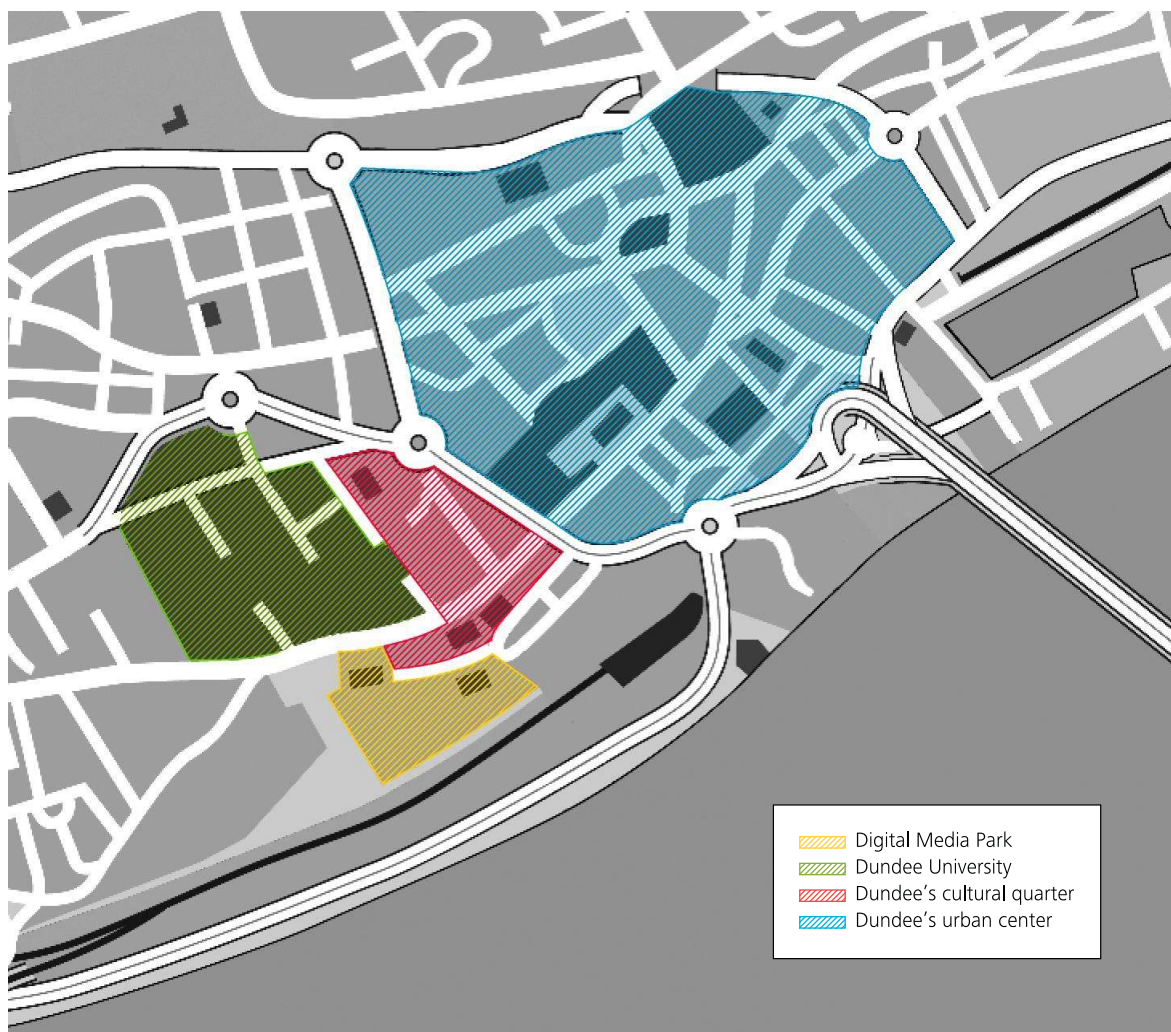
da *EDAW* e *Urban Culture*, que define a área para um quarteirão cultural sugerindo um centro bem definido, coeso e agregador onde fosse fácil andar e tivesse um elevado potencial atractivo. O documento defendia um conceito de quarteirão cultural que consistisse num centro nevrálgico interligado de forma radial com outros espaços localizados na zona envolvente do quarteirão. Sugeria ainda a possibilidade de expansão do quarteirão para uma área a Norte. O relatório apontou como principal força económica e criativa, o sector dos meios de comunicação digitais, incluindo áreas como *marketing*, publicidade, *design* gráfico, serviços de difusão e transmissão, e ainda o sector dos videojogos associado à área de especialização existente na Universidade de *Abertay Dundee*.

O relatório faz uma projecção a 10 anos sugerindo que, em 2010, a área pode constituir um centro de criatividade e conhecimento que incorpore uma massa crítica baseada numa economia de produção cultural atraída pela diversificação de usos e um ambiente urbano mais dinâmico. Para tal, o relatório sugere o apoio directo à criação de empresas, mais *marketing* para o investimento interno de modo a construir o sucesso das empresas de videojogos, e o desenvolvimento dum espaço para trabalho especializado para as empresas dos *media* digitais que inclua negócios integrados e apoio à gestão. Sugere também a introdução de novos espaços culturais como uma sala para música de média dimensão, uma nova galeria de exposições, mais galerias privadas, cafés, restaurantes, bares, mais espaços para ensaio, a promoção de festivais e eventos culturais, e ainda, a criação de novas áreas residenciais.

Deste modo, em 2003, é formalmente designado e integrado no plano da cidade o quarteirão cultural de *Dundee* baseado num núcleo interligado com outros equipamentos localizados na sua área envolvente (*Dundee City Council*, 2003) com indicações claras quanto aos usos que devem ser estimulados, isto é, a actividade cultural, em geral, e as de lazer e negócios relacionadas, especificamente, comércio especializado ou outros usos independentes sendo que as propostas devem ser avaliadas em termos do seu contributo para a diversificação de usos e o seu potencial para atrair visitantes. O plano local indicava que outros usos seriam encorajados além dos relacionados com a cultura. Especificava que seriam encorajadas propostas de comércio especializado e outros usos independentes de pequena dimensão sendo previamente avaliados em termos do seu contributo para a diversificação de usos e potencial de atracção de visitantes (*Dundee City Council*, 2003). Em termos de mecanismos de implementação, o desenvolvimento e promoção do quarteirão cultural está a cargo da *Dundee Partnership* – uma organização representativa dos principais investidores, coordenada pela câmara municipal.

Em 2005, os resultados directos do quarteirão eram poucos, em parte devido ao curto espaço de tempo desde a sua designação. Todavia, as perspectivas para o desenvolvimento cultural mantinham-se como o edifício *Burns & Harris* – antigas instalações de uma tipografia que se encontravam devolutas – adquirido pela Câmara Municipal destinado a usos diversos de cariz cultural. Conseguiram-se melhorias ambientais e a instalação de arte pública no quarteirão assim como noutras áreas da cidade – quase que numa espécie de efeito de contágio – e o programa de apoio à recuperação de fachadas provou ser um sucesso com 80 projectos financiados. Além disto, está a desenvolver-se o *Digital Media Park*, um parque empresarial adjacente ao quarteirão, em virtude a um crescimento do número de firmas no sector dos meios de comunicação digitais na cidade. Há indicações de que a escolha de *Dundee*, por parte das destas empresas, para aí se instalarem está associado, em parte, com o progresso feito ao nível da imagem da cidade, e em particular, com a criação do quarteirão cultural (*McCarthy*, 2005).

Figura 13 – Localização do quarteirão cultural de *Dundee*



Concepção do autor

Nos últimos 20 anos, *Dundee* transformou-se numa cidade moderna e dinâmica ganhando reputação internacional enquanto centro de artes e cultura, ciências da vida e indústrias criativas. O renascimento cultural e artístico deu-se no seguimento da regeneração económica da cidade com um conjunto de instituições culturais⁴ a fazerem rejuvenescer as artes e a vida cultural urbana. O *DCA* tem vindo a afirmar-se cada vez mais como um dos principais centros artísticos britânicos atraindo milhares de visitantes todos os anos para as suas exposições e eventos culturais como o *Discovery Children's Film Festival*, *Projector Animation* e o Festival Internacional de Música Experimental *Kill Your Timid Notion*. Além destes há mais uma série de festivais que se tornaram numa das componentes centrais da cena cultural de *Dundee* como o festival de *Jazz Dundee Blues Bonanza*, o *annual festival of street entertainment* ou o *Dundee Flower and Food Festival* entre outros.⁵ O *Caird Hall* acolhe um programa variado de performances. O *DRT* tem uma programação eclética de teatro, música e dança de elevada qualidade e alberga a única companhia de teatro em actividade permanente na Escócia e uma companhia de dança contemporânea, ambas com digressões regulares pelo país. O *The Space*, um centro de conferências, teatro e dança, no *Dundee College* é a sede da Escola

⁴ <http://www.locate-dundee.co.uk/live-visit/lifestyle-culture>

⁵ <http://www.explorebritannia.co.uk/dundee/>

Escocesa de Dança Contemporânea facultando cursos laureados e atraindo bailarinos europeus de referência a apresentar espectáculos e realizar formações. No coração do centro da cidade encontra-se o museu *The McManus* (fig. 14), detentor de uma das mais impressionantes colecções de arte decorativa da Escócia e que foi recentemente remodelado a fim de recuperar o seu esplendor vitoriano.⁶

Outro elemento cultural de relevo é a arte pública⁷ que tem vindo a tornar-se parte integrante do ambiente urbano de *Dundee* desde meados dos anos 1980. Actualmente existem mais de 120 obras de arte espalhadas pela cidade e o município apoia activamente projectos de arte pública fomentando a arte no contexto de projectos de arquitectura, trabalhos artísticos para espaços públicos, a integração de trabalhos artísticos em edifícios e ainda a participação em projectos artísticos comunitários.

Ao nível do desenho urbano, o centro da cidade é amigo do peão com um conjunto de artérias pedonais, jardins e caminhos que facilitam a circulação. O município investiu na elaboração de um guia que defina os princípios que devem ser tidos em conta no âmbito de projectos de desenvolvimento de modo a assegurar a continuidade da melhoria dos padrões de qualidade de vida das pessoas através da criação e subsequente manutenção de um ambiente sustentável e atractivo.⁸

A reinvenção de uma identidade cultural de *Dundee* está profundamente ligada à sua Universidade e ao facto de, o campus universitário estar interligado com o novo quarteirão cultural da cidade, tornando-se num ponto de atracção para bares, discotecas e lojas.⁹ Na mesma área envolvente encontram-se o *DRT*, o *CDA*, o *SSC* o *Vision* (centro de pesquisa visual), bem como o centro comercial *Overgate* (fig. 15) gerando toda uma dinâmica cultural e comercial local, muito embora sustentada pela comunidade académica pois enquanto cidade universitária, a população qualificada contribui para uma forte economia do conhecimento e o florescimento das artes e indústrias criativas.¹⁰

Foi neste contexto de afirmação cultural e artística que o *Victoria and Albert Museum (V&A)* – o maior museu mundial de arte e *design* – anunciou uma extensão do museu em *Dundee*, com o objectivo de criar um centro internacional de *design* para o séc. XXI, na Escócia, o que, de certo modo, veio reforçar o papel do sector do *design* na cidade. O projecto vencedor foi o do gabinete *Kengo Kuma & Associates* seleccionado por um júri internacional após um longo processo de

Figura 14 – *The McManus*



www.mcmanus.co.uk

Figura 15 – *The Overgate Shopping Centre*



dundeecommunitypodcast.webs.com

⁶ <http://www.locate-dundee.co.uk/live-visit/lifestyle-culture>

⁷ <http://www.dundeecity.gov.uk/a2z/publicart/>

⁸ <http://www.dundeecity.gov.uk/a2z/urbandesign/>

⁹ <http://www.dundee.ac.uk/general/culture/>

¹⁰ <http://www.locate-dundee.co.uk/invest/key-sectors>

consulta e avaliação que incluiu encontros regulares com as equipas participantes, visitas aos edifícios existentes e a definição de calendário e orçamento rigorosos e viáveis.¹¹ Foi ainda implementado um sistema de participação pública com a apresentação e discussão pública dos projectos. Segundo a *Design Dundee Ltd*¹² – a entidade coordenadora do projecto, criada através de uma parceria entre o *V&A*, o município, as duas universidades e a *Scottish Enterprise* – este projecto pretende ser uma montra para o *design* escocês e um espaço para grandes exposições internacionais itinerantes promovendo uma maior compreensão e aplicação do *design*. Para tal o museu terá um conjunto de espaços para exposição e aprendizagem assim como um café e uma loja, num edifício emblemático de referência da arquitectura moderna, que servirá de catalisador para a corrente regeneração económica, social e cultural da cidade e região. O *V&A de Dundee* será erguido no coração da zona emblemática da frente ribeirinha de *Dundee* (fig. 16) que unirá novamente a cidade com o rio e com abertura prevista para 2015.¹³

Figura 16 – *Dundee's Central Waterfront*



www.placeuk.co.uk

Atendendo ao que foi analisado torna-se difícil de percebermos quais os resultados efectivos do quarteirão cultural na medida em que toda a cidade tem sido palco de um conjunto de iniciativas de regeneração distintas mas que se complementam. Por exemplo, *McCarthy*, (2005) afirma que apesar de não se terem criado espaços residenciais significativos na área nasceu um projecto imobiliário residencial na área ribeirinha adjacente do *City Quay*. Mesmo que não tenha tido influência directa, a proximidade ao quarteirão é por si só um elemento de atractividade e de mais-valia para os futuros residentes. Este caso é apenas um num total de 24 projectos inseridos no programa de reabilitação da frente ribeirinha coordenado e gerido pela *Dundee Waterfront*¹⁴, que abrange cinco áreas

¹¹ <http://vandaatdundee.com/your-future/the-building/>

¹² <http://www.dundee.ac.uk/pressreleases/2011/april11/projectmanagement.htm>

¹³ <http://vandaatdundee.com/your-future/project/>

¹⁴ <http://www.dundeewaterfront.com>

diferentes. No entanto, há três áreas que se destacam das demais pela proximidade com o quarteirão cultural, nomeadamente, Seabrears, *Central Waterfront* e *City Quay* onde tenderá a existir maiores dinâmicas derivadas pela concentração de actividade cultural, de algumas atracções turísticas de maior relevo mas também pelo novo projecto emblemático do *Museu V&A Dundee* (fig. 17) que será edificado nessa mesma área e que dará um novo fulgor cultural e económico.

Figura 17 – V&A Dundee



vandaatdundee.com

Em tom de conclusão ao que foi abordado neste capítulo, *Ghilardi* (2005) considera que o maior problema de *Dundee* era de facto a sua imagem e para combatê-lo respondeu com uma abordagem estratégia inovadora com a cultura como factor central e que se destacou pelo sucesso das parcerias intersectoriais num contexto local. Segundo *McCarthy* (2005) a renascença cultural de *Dundee* centrou-se no desenvolvimento do quarteirão cultural ancorado no edifício novo do *Dundee Contemporary Arts Centre* complementado pelo *Dundee Repertory Theatre* e por duas empresas de videojogos de sucesso ligadas à Universidade *Dundee Abertay*. Sugere ainda que foi o desejo por uma nova imagem atraente à comunicação social que cativou o executivo municipal para a ideia do quarteirão cultural. Por sua vez, *Evans e Foord* (2006) consideram que um factor que influenciou inicialmente a estratégia do quarteirão cultural foi a noção de que era necessário a cidade marcar presença no sector cultural nacional. De facto, a imagem de *Dundee* no contexto cultural britânico era pobre apesar do número de instituições locais de relevo como o *DRT* ou o *Duncan of Jordanstone College of Art*. O reconhecimento de *Dundee* como importante núcleo no crescimento do *cluster* escocês dos meios de comunicação digitais acelerou a ideia para um quarteirão cultural (*Scottish Executive*, 2000).

Posto isto, e percebido o processo de designação do quarteirão cultural de *Dundee* no contexto da política urbana da cidade é de destacar o estudo de viabilidade encomendado pelo município que permitiu a elaboração do Plano Local no qual se insere o quarteirão cultural bem como os princípios regulamentares a ele associados. Um projecto deste perfil tende a demorar a apresentar

resultados mas que com o passar do tempo ganham expressão e um carácter impulsionador de outros projectos. No sentido de perceber se o conceito de bairro cultural é de facto válido segue-se a análise ao estudo de caso de *Roubaix*, onde não foi designado nenhum bairro cultural, mas onde a componente cultural tem um papel central na estratégia de regeneração urbana da cidade. Deste modo, julga-se poder visualizar as diferenças e semelhanças que possam existir entre ambos os casos e a partir daí chegar a algumas conclusões.

3.2 ROUBAIX: de uma das piores cidades de França a referência urbana nacional

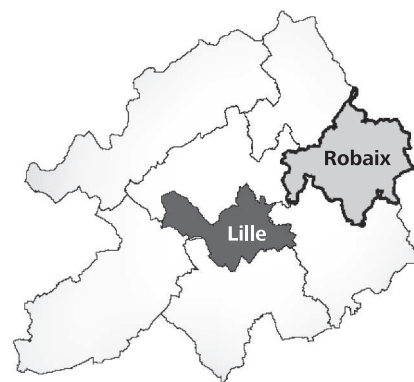
3.2.1 Contextualização territorial, histórica, económica e sociocultural

A cidade de *Roubaix*, com uma população de cerca de 100.000 habitantes está situada junto à fronteira belga com o Norte de França e integra a área metropolitana de *Lille* (AMLille) localizada na região de *Nord/Pas-de-Calais* – uma região com cerca de 4 milhões de habitantes, uma densidade populacional elevada (321.41 habitantes/km²) e muito urbanizada (86% de população urbana) caracterizada por uma densa rede de cidades de média dimensão. Em termos geográficos, a AMLille está localizada no centro do Noroeste europeu, precisamente no coração do triângulo Paris – Londres – *Randstad* (a 250Km de cada) e a 100Km de Bruxelas. Esta cidade-região está no centro de um denso conjunto de redes de transporte que serve 100 milhões de europeus – entre alemães, belgas, britânicos, franceses, luxemburgueses e holandeses – num raio de 350Km. Ao fazer parte de uma região urbana policêntrica, os processos de transformação e desenvolvimento urbano de *Roubaix* não podem ser compreendidos dissociados das dinâmicas políticas e económicas do seu contexto urbano mais vasto.

Do ponto de vista administrativo, a AMLille é governada pela *Lille Métropole Communauté Urbaine* (LMCU) – um tipo de governo local criado em 1966 que inclui as quatro principais cidades de *Lille*, *Roubaix*, *Tourcoing* e *Villeneuve d'Ascq*, bem como 81 municípios mais pequenos (85 municípios, com um total de 1.091.438 habitantes, em 1999). A comunidade urbana de *Lille* é a quarta maior aglomeração urbana em França depois de Paris, *Lyon* e Marselha.

Este território apresenta uma série de características que são muito específicas no contexto francês, nomeadamente, uma dimensão transfronteiriça, uma estrutura urbana heterogénea policêntrica, um padrão de urbanização fortemente influenciado pela Revolução Industrial assim como a

Figura 18 – Área Metropolitana de *Lille*



Adaptado de ADULM (2010)

Figura 19 – Município de *Roubaix*



Adaptado de ADULM (2010)

fragmentação do poder em várias pequenas autoridades locais e uma fraqueza relativa da cidade central (que representa apenas 1/5 da população total) (ADULM, 2006b). Outro aspecto particular da AMLille é que, contrariamente às outras grandes cidades francesas, não tem muitos «*banlieues*» (parques habitacionais do pós-guerra na periferia das cidades). Neste caso as áreas problemáticas e mais carenciadas encontram-se sobretudo no centro das cidades idêntico à situação que muitas cidades inglesas enfrentam.

Figura 20 – *Grande Place*



www.popsu.archi.fr

Roubaix juntamente com *Tourcoing* e *Lille* formam um aglomerado urbano denso e contínuo que se desenvolveu ao longo do séc. XIX fruto de um intenso e rápido processo de industrialização alicerçado na indústria têxtil. Historicamente a estruturação da área metropolitana numa região urbana coerente começou com a construção de uma grande avenida «*Grand Boulevard*» de 14Km a ligar *Lille* a *Roubaix* e *Tourcoing*, que incluía uma linha de eléctrico, inaugurado em 1911. Os tecidos urbanos de *Roubaix* e *Tourcoing* fundiram-se no final do séc. XIX, enquanto a urbanização continua até *Lille* foi atingida no início da década de 1960 (Paris & Stevens, 2000).

A partir dos anos 1970, a região *Nord/Pas-de-Calais* foi extremamente afectada pelo processo de desindustrialização desencadeado pelas crises petrolíferas e a crescente competitividade internacional. Houve perdas massivas de emprego no sector transformador nas décadas de 1980 e 1990, a indústria extractiva de carvão foi totalmente extinta e a indústria têxtil consideravelmente reduzida. O colapso das indústrias tradicionais arrastou a área urbana de *Lille*, e em particular, *Roubaix*, para um declínio económico que conduziu a um êxodo populacional em massa e consequente degradação física, social e ambiental do centro urbano. Além disso, o crescimento do sector dos serviços, particularmente na área urbana de *Lille* não tem compensado as perdas de emprego no sector industrial, e as taxas de desemprego ainda são muito altas em algumas partes da região (Loréal et al., 1996).

Perante este declínio urbano de escala regional, em finais da década de 1980 foi promovida uma estratégia de regeneração urbana integrada para toda a AMLille. Neste contexto, a regeneração de *Roubaix* baseou-se, de um grosso modo, na criação de um *cluster* de empresas têxteis especializadas, a reutilização de edifícios industriais abandonados para fins empresariais, culturais e sociais, bem como medidas para atrair empresas e pessoas a estabelecerem-se na cidade.

A região *Nord/Pas-de-Calais* foi, a par com a *Lorraine*, o berço da revolução industrial em França, com o desenvolvimento das indústrias de extracção de carvão e de produção de aço na zona de *Valenciennes*, *Douai* e *Maubeuge* (no sul da região), e da indústria têxtil nas cidades de *Lille*, *Roubaix* e *Tourcoing*. Na segunda metade do século XIX, a área de *Lille-Roubaix-Tourcoing* tornou-se a segunda maior região têxtil do mundo, a seguir a *Manchester* e *South Lancashire* (Fraser & Baert, 2003). O grande crescimento da indústria têxtil em *Roubaix*, na segunda metade do séc. XIX requereu um aumento de mão-de-obra colmatado pela migração massiva da população rural flamenga conduzindo a um aumento substancial da população da cidade. De 1870 até 1890, os trabalhadores belgas representavam mais de 50% da população de *Roubaix*. Na viragem do século, *Roubaix* tinha 125.000 habitantes (Colomb, 2006).

O rápido processo de urbanização resultou num tecido urbano mesclado caracterizado pela forte presença de fábricas e bairros operários conhecidos por «*courées*» – becos longos e estreitos com duas fileiras de casas estreitas de 2 assoalhadas, construídas nos logradouros traseiros das casas geminadas existentes ao longo das ruas principais. O acesso era feito através de uma pequena entrada praticamente imperceptível da rua principal e dispunham apenas de retrete e poço comuns. Fruto da especulação em torno da elevada procura por habitação chegaram a ser contabilizadas 1324, em 1912, onde viviam 50.000 pessoas. Além das «*courées*», o tecido urbano residencial herdado do séc. XIX incluía pequenas casas geminadas e uma enorme quantidade de casas geminadas de tamanho médio para empregados da classe média (*Paris & Stevens*, 2000). Inicialmente os industriais e as suas famílias viviam na cidade, perto das suas fábricas todavia, a partir dos anos 1930, parte da burguesia industrial trocou a cidade por pequenas cidades e vilas da periferia.

A indústria têxtil de *Roubaix* mantém-se firme mesmo depois do impacto desastroso da Primeira Grande Guerra, no Norte de França, e da crise de 1929 que atingiram severamente o sector. Posto isto, seguiram-se três décadas de crescimento económico contínuo ('*Les Trente Glorieuses*'). No entanto, em 1973-74, a crise do petróleo conduz a França a uma forte recessão. O crescimento económico abranda, a inflação sobe acentuadamente e o desemprego aumenta até atingir os 6% a nível nacional nos finais dos anos 1970. Neste contexto, toda a região de *Nord-Pa-de-Calais* é fortemente atingida pela desindustrialização. A região urbana de *Lille* perde 130.000 postos de trabalho na indústria têxtil entre 1945 e 1996. No total, desde os anos 1970, desapareceram 50.000 postos de trabalho na indústria têxtil em *Roubaix* e *Tourcoing*.

O processo de desindustrialização continuou sobre a influência de elevados custos de trabalho, concorrência desigual com produtores da Ásia e Europa de Leste, falta de investimento no desenvolvimento de produtos modernos e mais sofisticados e uma taxa elevada do euro (*Dedieu, L'Expansion*, 2004). No início dos anos 2000, o sector têxtil ainda estava a perder postos de trabalhos (*ADULM*, 2004a). Mas, apesar dessa tendência, *Roubaix* continua a ser um ponto-chave na produção têxtil francesa num sector que ainda emprega 25.000 pessoas na região em 1000 pequenas e médias empresas (PME), incluindo 7.000 pessoas em *Roubaix* e *Tourcoing* (7% do emprego nacional na fabricação de têxteis). Com efeito, um conjunto de empresas têxteis locais conseguiu superar com sucesso a vaga de desindustrialização voltando-se para a área das vendas por catálogo (conceito inventado, em *Roubaix*, em 1928, pela *La Redoute*) ou para o retalho de grande escala.

Nesta linha, *Liefooghe* (2005) considera que *Roubaix* e *Tourcoing* albergam um *cluster* de serviços altamente especializados baseado na presença das principais empresas de vendas por correspondência de França e do grupo *Auchan* (grande distribuição), apoiado por uma ampla variedade de serviços comerciais alicerçados no conhecimento como logística, publicidade, gráficas, estúdios fotográficos, impressão, embalagem, *marketing* directo, *call centers*, *software*, etc. Segundo *Colomb* (2006), só a área das vendas por correspondência emprega 10000 pessoas em *Roubaix* e *Tourcoing*, pelo que estas empresas, bem como os produtores de serviços associados podem ser encarados como um *cluster* local incorporado em redes sociais, familiares e profissionais.

Porém esta expansão do sector de retalho e serviços associados não beneficiou a maioria dos trabalhadores que, com o encerramento das fábricas sofreu de desemprego de longa duração e de poucas oportunidades de empregabilidade. A par de uma crise socioeconómica a desindustrialização

gerou muitas bolsas de decadência urbana espalhadas pelo centro da cidade, dado que muitas das fábricas que encerraram estavam aí localizadas misturadas com os bairros residenciais compondo um denso tecido urbano.

3.2.2. O declínio urbano de *Roubaix*

O declínio da indústria têxtil na região causou uma crise económica (desemprego), uma crise urbana (decadência urbana) e uma crise social (pobreza, exclusão social e racismo). Com o aumento do desemprego, a população foi decrescendo à medida que os habitantes com habilitações e mais competências procuravam trabalho noutro sítio, sendo que nos anos 1980, *Roubaix* continuava a perder população. Por outro lado, o centro urbano de *Roubaix* entrara num processo de decadência face à deterioração das instalações industriais abandonadas e das condições habitacionais dando origem a uma crise imobiliária. Segundo *Colomb* (2006) o denso parque habitacional essencialmente privado de cariz arrendatário encontrava-se, na sua maioria, em condições deploráveis e era ocupada por famílias de baixos rendimentos (inquilinos ou proprietários) sem capacidade para investir na manutenção, restauro ou melhoria. Simultaneamente, o comércio abandonou o centro da cidade à medida que as pequenas lojas foram fechando uma após a outra, tal que nos anos 1990 perderam-se 30.000m² de área comercial no centro da cidade (*Paris & Stevens*, 2000). Entre 1990 e 2000, o preço das casas em *Roubaix* baixou 50% em comparação com o centro de *Lille* face à ruína do mercado imobiliário residencial e comercial no centro da cidade. Em meados dos anos 1990, o centro da cidade era uma área morta, pouco atractiva e relativamente insegura. *Paris e Stevens* (2000) observam que o declínio das funções comercial e habitacional no centro da cidade também está relacionado com a dinâmica espacial que se deu na região urbana de *Lille* desde os anos 1960: a urbanização e o desenvolvimento de centros comerciais na periferia, localização de novos parques empresariais em zonas rurais.

Relativamente à questão social, os operários fabris antigos e os imigrantes (principalmente do Norte de África), que foram incentivados a vir trabalhar nas fábricas, depararam-se com más condições de habitação, desemprego de longa duração e com baixas perspectivas de mobilidade – uma espiral de carência de longa duração que, em muitos casos, se transformou em pobreza intergeracional devido aos fracos resultados educacionais e à discriminação. O município sempre foi proactivo fornecendo serviços locais de elevado nível (apoio social, educação, saúde) mas não poderia prevenir a espiral de privação na cidade, causada pelo desemprego de longa duração, inadequação de competências, carência social, cultural e material. Os baixos preços de um mercado imobiliário em queda, juntamente com serviços locais relativamente bons, atraiu pessoas pobres das cidades e vilas circundantes, enquanto as pessoas da classe média, com emprego e habilitações deixavam a cidade.

No início da década 1990, os desafios da regeneração urbana para a cidade de *Roubaix* eram, por assim dizer, (I) recrear uma base económica para a cidade após um processo massivo de desindustrialização; (II) combater a grave decadência urbana do centro da cidade e trazer de volta o comércio para a cidade; (III) combater a situação habitacional aguda para benefício da população local e atrair novos residentes; e (IV) combinar o desenvolvimento económico e investimento na cidade com o emprego e oportunidades de formação para os desempregados locais (*Colomb*, 2006).

3.2.3. O processo de regeneração do centro urbano de *Roubaix*

O centro urbano de *Roubaix* é uma área densamente construída que compreende instalações industriais abandonadas, bairros operários do séc. XIX, zonas residenciais da classe média-alta e edifícios públicos. No entanto, se actualmente, esta zona se encontra reabilitada e apresenta uma estrutura económica, social e cultural dinâmica e um elevado nível de qualidade de vida, é fruto de uma estratégia de regeneração urbana integrada que tem vindo a ser implementada há sensivelmente 20 anos e que surgiu face ao forte declínio urbano em que se encontrava.

De facto, nos anos 1980, a imagem da cidade, tanto ao nível regional com nacional, era tão pobre, ao ponto de ter sido considerada uma das piores cidades de França. Todavia, em meados dos anos 1980, surgiu na cidade um pequeno número de projectos emblemáticos, financiados pelo governo central, nomeadamente, os *Archives du Monde du Travail*, o *Eurotéléport* e, ainda, a realocização de instituições de ensino superior. E em finais da década de 1980, *André Diligent* – Presidente de Câmara de *Roubaix* – começou a trabalhar de uma forma mais estreita com os presidentes de *Tourcoing* e *Lille* abrindo caminho para uma estratégia de regeneração e desenvolvimento metropolitano à escala da cidade-região que viria a ganhar corpo no início dos anos 1990. Por sua vez, em 1994, *René Vandierendonck* foi eleito Presidente da Câmara de *Roubaix* e deu um forte impulso na regeneração do centro da cidade em parceria com a autoridade metropolitana de *Lille* (LMCU).

Foi necessário recriar «valor» no centro da cidade de *Roubaix*: valorização de solo, de imóveis, da imagem (*Paris & Stevens*, 2000). Até que as questões desenvolvimento económico e de acesso ao emprego de meados da década de 1990 fossem resolvidas de forma relativamente clássica pela Câmara Municipal (*DIV*, 2002). O desenvolvimento económico foi tratado através de políticas de solo e de imobiliário. O acesso ao emprego foi entendido do ponto de vista da inserção social. Em meados dos anos 1990, o município compreendeu que o combate ao desemprego necessitava de uma maior atenção através da criação de postos de trabalho para os residentes locais – o que significou trabalhar com empregadores e desempregados. Também significou que o êxodo de pessoas empregadas da cidade tinha que ser travado através de uma forte regeneração urbana do centro da cidade.

Desde 1994, *René Vandierendonck*, tem levado a cabo uma estratégia integrada que reúne desenvolvimento económico, acesso ao emprego para residentes e renovação urbana. Um dos princípios subjacentes da acção pública foi a recriação das condições necessárias para atrair e captar investimento privado e, em particular, para se instalarem nas zonas industriais abandonadas do centro da cidade em vez das zonas verdes periféricas. No entanto isto não é para ser feito às custas da intervenção pública nos serviços públicos, habitação social, instalações comunitárias, educação e cultura – ao contrário da regeneração com base nas dinâmicas do mercado imobiliário praticada nos anos 1980 no Reino Unido.

De acordo com *Colomb* (2006), o sucesso no desenvolvimento e execução da política de regeneração urbana em *Roubaix* tem que ver com dois pontos preliminares importantes, nomeadamente, o papel fundamental da LMCU – a estratégia proactiva de *Roubaix* ocorreu num contexto de mudança ao nível da cidade-região, que levou a LMCU a decidir concentrar os seus recursos na renovação e regeneração de *Roubaix* e *Tourcoing* – e o apoio crucial do governo central – a AMLille e, em particular *Roubaix*, têm sido usadas como áreas experimentais para toda a iniciativa de política

urbana tomadas por sucessivos governos a nível nacional desde o nascimento da «política urbana» (*Politique de la Ville*) no início dos anos 1980. Para a autora, isto criou uma combinação complexa de programas e de financiamentos, mas também significa que a cidade tem utilizado todos os programas possíveis. Em termos de financiamento, a cidade tinha uma base fiscal fraca, e o financiamento suportado quer pelo Estado quer pela *LMCU* tem sido muito significativo. A designação do centro da cidade como zona franca deu um forte impulso na revitalização do centro da cidade. Contudo, segundo *Colomb*, tal apoio do estado central não seria possível sem uma forte componente política sustentada por um evidente *lobbying* exercido pelas figuras políticas mais representativas da região como *Pierre Mauroy*, antigo Presidente de Câmara de *Lille* e presidente da *LMCU*, desde 1989, e que havia sido Primeiro-ministro no início dos anos 1980. Assim, não existe em França uma divisão tradicional entre os sistemas políticos nacional e local, mas uma influência mútua muito forte em vez disso, o que pode servir os interesses políticos de uma determinada área, como sucedeu, sem dúvida, em *Lille*.

3.2.4. O programa de regeneração

O processo de regeneração do centro urbano de *Roubaix* abrange um conjunto de programas que juntos permitiram a sua reabilitação através de acções e projectos emblemáticos em cinco áreas diferentes:

1. Recriando espaços públicos atractivos e seguros e promovendo o património arquitectónico da cidade;
2. Trazendo de volta o comércio para a cidade tornando a cidade um destino de compras;
3. Estimular o desenvolvimento económico através da designação de uma zona franca e outras zonas de desenvolvimento;
4. Desenvolvimento de uma estratégia cultural inovadora e proactiva para fazer de *Roubaix* uma cidade de cultura e turismo;
5. Apoiar a renovação de habitação para benefício da população local.

Para *Colomb* (2006) o sucesso do processo de regeneração em *Roubaix* tem a ver com o facto de estas áreas de actuação terem vindo a operar em simultâneo gerando sinergias entre elas. De acordo com o *Michel David*, responsável pela regeneração urbana e cultura da cidade existe uma abordagem na qual as acções paralelas são levadas a cabo para inverter o ciclo de declínio, desinvestimento e a má imagem pública da cidade (*Colomb*, 2006). A concentração de recursos e acções em diversas áreas ao longo de um período de tempo é entendido como fundamental.

As vertentes da crise – económica, urbana e social – tinham que ser resolvidas simultaneamente. O sucesso económico sem renovação habitacional encoraja a migração das pessoas para outras cidades implicando que programas de formação e emprego tinham que ser acompanhados por uma renovação urbana a fim de reter os trabalhadores na cidade (*Colomb*, 2006). Poder-se-á concluir que o sucesso económico não assegura por si só a permanência das pessoas na cidade caso não sejam garantidos padrões de qualidade de vida elevados ou quanto muito minimamente dignos para a condição humana. Esta abordagem integrada para a regeneração urbana foi nova para a cidade e relativamente pioneira no contexto francês. Apesar de se falar muito e defender a regeneração urbana de forma integrada poucas cidades agem de forma a alcançá-la. Nesse contexto, *Roubaix* pode ser vista como uma caso de sucesso de regeneração urbana integrada.

Uma série de acções foi levada a cabo a fim de reabilitar o espaço público e o património arquitectónico do centro da cidade com um objectivo claro de promover esta área para atrair pequenos investidores, comerciantes e consumidores:

- Regeneração da principal praça e respectivos edifícios públicos como a Câmara Municipal (de 1911) num investimento público de 200 milhões de Francos;
- Regeneração do espaço público das principais ruas (*Grand-Rue*, *Rue Jean Lebas*), respeitando o património arquitectónico;
- Programa de incentivo à coloração de fachadas para quebrar a imagem cinzenta e industrial da cidade (*Place de la Liberté*);
- Melhoria dos níveis de segurança no centro da cidade através de policiamento, sistemas de vigilância, combate ao crime e comportamentos anti-sociais e, mediadores de rua).

Por fim, a reabilitação e promoção do património industrial de elevado valor arquitectónico tem sido um elemento chave na estratégia de melhoria do espaço público da cidade. Neste quadro, o restauro de antigos edifícios fabris e residenciais tem sido incentivado pelo município através de subsídios para a reabilitação de fachadas.

Por outro lado, apostou-se na recriação de um centro urbano animado capaz de atrair comércio para apoiar a população local (que se tinha voltado massivamente para os centros comerciais periféricos) e fazer de *Roubaix* um destino de compras de escala regional e supra-regional. No final da década de 1980, o centro da cidade era uma zona «morta» onde praticamente todas as lojas pequenas tinham fechado. A rua principal (*Grand-Rue*) apresentava uma imagem desoladora de frentes de loja fechadas a tábuas. Perante isto, surge a ideia de abrir, no centro, um grande *outlet* de vestuário e tecidos de fábrica a preços reduzidos tendo por base a velha tradição têxtil e de retalho dos *outlets* de fábrica (*magasins d'usines*) da cidade – conceito já existente, inicialmente, foram criados para ajudar os operários fabris locais que podiam comprar produtos de refugo ou sobras de *stock*, mas mais tarde foram alargados ao público em geral. A câmara municipal concentrou esforços para ajudar a recriar um núcleo de comércio tradicional e de retalho, através de obras para melhorar o desenho urbano da principal artéria da cidade (*Grand Rue*); reorganização dos transportes públicos (metro, eléctrico e *bus*) com especial atenção para os nós intermodais; apoio financeiro e técnico à criação de pequeno comércio, incluindo subsídios para a reabilitação de lojas e isenção de taxas no enquadramento da designação do centro da cidade como zona franca; e ainda, o desenvolvimento de um centro comercial de média dimensão na rua principal (*Espace Grand-Rue*) que incluía um supermercado (*Casino*) de 8.000m² e um complexo de cinema, financiado por uma parceria público-privada que incluía a cadeia de supermercados *Casino* e o banco nacional *Caisse des Dépôts et Consignation*. No seguimento destas intervenções foi criada uma associação para funcionar como centro de apoio a todas as questões relativas à

Figura 21 – Espaço público regenerado



URBED (2006)

Figura 22 – Fachadas coloridas



Adaptado de web.mit.edu

gestão e manutenção do espaço público do centro da cidade através da coordenação de todos os envolvidos: comerciantes, polícia, serviços de limpeza municipais, etc. No âmbito do programa pelo desenvolvimento económico cuja responsabilidade é partilhada entre o Município de *Roubaix* (solo e imobiliário, apoio directo aos investidores) e a *LMCU* (estratégia, subsídios para a localização de empresas) podem ser identificadas quatro iniciativas base:

Eurotéléport

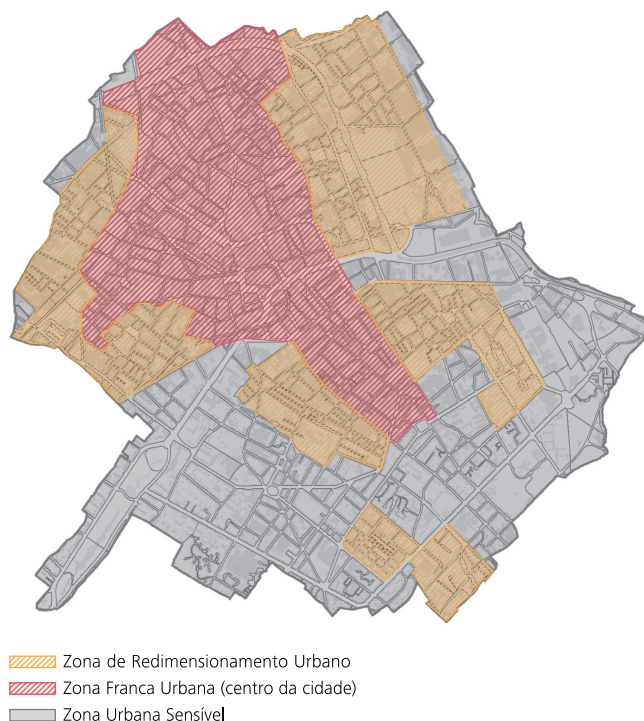
Este foi o primeiro grande projecto de desenvolvimento económico da década de 1980. A decisão de criar um centro de telecomunicações foi tomada em 1983. O projecto *Teleport* foi acordado em 1989 num terreno de 14 hectares no coração da cidade, em torno da fábrica *Bossut Motte*, um edifício classificado. O *Eurotéléport* inaugurado em 1993: foi o primeiro *teleport* de França, ou seja, um centro de telecomunicações privado ao serviço das empresas da região. Contém um centro de comunicação via satélite e oferece diversos serviços (TV digital, videoconferência, rádio, *telemarketing*, formação à distância, etc.). Actualmente, o *Eurotéléport* inclui 25 mil m² de área de escritórios e alberga 50 empresas e é gerido por uma empresa semi-pública.

Zona Franca Urbana

Em Dezembro de 1996, o Governo designou oficialmente 44 Zonas Francas Urbanas (ZFU) para concentrar o financiamento nacional num número limitado de zonas urbanas identificadas como sendo as mais necessitadas de França. As ZFU representaram uma mudança de abordagem, visando, pela primeira vez, as empresas em áreas urbanas como parte da política urbana. A abordagem centrou-se na dimensão económica do desenvolvimento urbano e nas decisões de localização de pequenas empresas (*Green*, 2001). O objectivo era incentivar a localização de pequenas empresas em áreas definidas através de isenções fiscais por 5 anos e diversos mecanismos de apoio.

Em 1997, todo o centro de *Roubaix* foi classificado como ZFU (fig23), após extensas negociações e um forte *lobby* político liderado pelo Presidente da Câmara. Esta foi uma oportunidade política que aliava os incentivos de redução fiscal subsidiados directamente pelo governo central com os restantes objectivos da política urbana da cidade (*Green et al.*, 2001). A área ZFU abrange 345 hectares e uma população de mais de 42.000 habitantes, quase metade da população de *Roubaix*. É uma das maiores ZFU de França e segundo os indicadores nacionais de carências, a ZFU de *Roubaix* foi classificada como a área mais necessitadas de todas as ZFU francesas (*Green et al.*, 2001), todo o centro de foi designado como Zona Franca Urbana.

Figura 23 – Mapa de zonamento da cidade de *Roubaix*



Adaptado de ADULM (2010)

Os benefícios para as empresas na ZFU incluem isenção de *taxe professionnelle* por 5 anos para empresas com menos de 50 trabalhadores como forma de incentivar a criação de emprego nos bairros mais carenciados. Isto é acompanhado por um período de redução gradual de 3 a 9 anos dependendo da dimensão da empresa; isenção de *Impôt sur les Bénéfices industriels et commerciaux, BIC* por 5 anos para empresas novas e existentes (até um limite de 61.000 € por ano); isenção de *exonération des charges patronales de sécuritesociale* por 5 anos para empresas com menos de 50 trabalhadores; e isenção total de *taxe foncière* para todos os edifícios por 5 anos (subsidiado pelo estado durante esse período) (Green et al., 2001). Estes incentivos fiscais são, no entanto, sujeitos a determinadas condições. A mais importante é a que garante que pelo menos 20% do emprego criado deve ser para residentes da ZFU, ou seja, do centro urbano de *Roubaix*. A partir do terceiro empregado, 33% devem ser recrutados na Zona Urbana Sensível (ZUS) – uma área maior na qual se insere a ZFU – com um contrato mínimo de 16 horas semanais. A ZFU de *Roubaix* foi uma das poucas localizadas no centro da cidade (a maioria das ZFU noutras cidades francesas localizavam-se na franja do centro da cidade, dentro ou em torno de conjuntos habitacionais da periferia). A nível nacional os resultados da política das ZFU eram questionáveis (Green et al., 2001), mas *Roubaix* tem sido referido como o caso mais bem sucedido. Para Green (2001) o sistema das ZFU tem vantagens porque os municípios não têm qualquer tipo de custo directo para a iniciativa, dado que o financiamento é através da tributação, e eles têm um envolvimento mínimo na sua administração; gera emprego nas áreas necessitadas; e ajuda a rejuvenescer a actividade económica de muitas das áreas onde o vandalismo e a pobreza têm afastado o pequeno comércio local.

No âmbito de uma política para o sector têxtil da região surgiu a ideia de desenvolver um *cluster*, localmente enraizado mantendo e expandindo a base de competências construídas ao longo de dois séculos, que incluía todas as partes da cadeia de abastecimento, desde a formação, pesquisa e desenvolvimento, *design*, até à produção de produtos têxteis especializados, retalho, vendas por catálogo e *marketing*. Neste sentido têm vindo a ser desenvolvidos projectos como a *Cité de l'Initiative* e o *Quartier des Modes*.

A *Cité de l'Initiative* é uma associação sem fins lucrativos, criada em 1994, como um *cluster* de (PME) têxteis de *Roubaix*. Em 2001, contava com 43 firmas (representando 600 postos de trabalho) instaladas numa antiga escola e na antiga fábrica de fição *Lepoutre* localizadas na ZFU.

O *Quartier des Modes* é um quarteirão da moda em redor do *Museu La Piscine* e a *Boulevard Lebas* criado para disponibilizar espaços comerciais com rendas reduzidas a jovens estilistas. O projecto foi desenvolvido pelo município e tem por base a presença de instituições de ensino superior de prestígio nos campos dos têxteis e da moda como a *Ecole Nationale Supérieure des Arts & Industries Textile (ENSAIT)*; *Ecole Supérieure des Arts Appliqués et du Textile (ESAAT)*; e a escola de *design* de moda *ESMOD*.

Historicamente, a cidade nunca foi vista como uma cidade «cultural» enquanto centro de cultura da alta burguesia. Ao longo do séc. XIX e inícios do séc. XX, o Município centrou-se na criação de equipamentos sociais e desportivos para a classe trabalhadora. Contudo, as culturas populares eram muito dinâmicas: no início do séc. XX existiam 80 teatros de marionetas mas nenhuma biblioteca (Groupe de Travail, 2001). A criação de infraestruturas culturais foi melhorada nos finais dos anos

1970 e nos anos 1980 com uma nova biblioteca central, o teatro *Colisée*, a Companhia de dança *Ballets du Nord* e os *Archives du Monde du Travail*. Por fim, é desenvolvida uma estratégia cultural inovadora e proactiva para fazer de *Roubaix* uma cidade de cultura e turismo que tem como principais embaixadores culturais os seguintes projectos:

Archives du Monde du Travail

A fábrica de algodão *Motte-Bossut*, símbolo da arquitectura industrial do Norte de França, foi construída entre 1862 e 1891. Foi classificada em 1978 devido à sua fachada acastelada. A fábrica fechou em 1981. Em 1983 surgiu um projecto para abrir um arquivo histórico do movimento operário. O centro foi fundado pelo Ministério da Cultura Francês e abriu em 1993. O objectivo é salvaguardar, preservar e disponibilizar ao público os arquivos das fábricas, sindicatos e associações de trabalhadores o testemunho das actividades económicas e sociais da sociedade industrial (fig. 24).

Figura 24 – *Archive du Monde du Travail*



fr.wikipedia.org

Ballet du Nord

Fundada em *Roubaix* em 1983, esta prestigiada companhia de dança, instalada no Centro Coreográfico Nacional de *Roubaix-Nord/Pas-de-Calais*, na antiga fábrica *Roussel*, é um ponto de criação de dança com colectivos artísticos e associações como *Dans la rue la danse*, *Chez Rita*, *L'ARA*, *Samirami*, *Théâtre en scène*, *L'oiseau Mouche*, *Art Point M*. O *Ballet du Nord*, com os seus 28 bailarinos residentes, digressões nacionais e estágios no estrangeiro tem um poderoso impacto na dança na região de *Nord/Pas-de-Calais*. A partir dos anos 1990, a disponibilidade e acessibilidade a espaços de trabalho em antigos edifícios industriais atraiu artistas individuais apoiados pelo Município e diversas redes de artistas (*Chez Rita*, *Arts et Action*). Desde meados dos anos 1990 a cena cultural da cidade tem crescido focando-se nas culturas urbanas.

A cultura como componente da política pública local foi considerada durante muito tempo como um luxo desnecessário num contexto de crise socioeconómica aguda (*Colomb*, 2006). Contudo, nos finais dos anos 1990, a cultura passou a ser o centro das atenções nas políticas municipais, agora vistas não como um complemento da estratégia de regeneração urbana, mas como um elemento chave da mesma, quer por razões económicas como simbólicas e sociais. É esperado que a cultura desempenhe um papel nas políticas locais através de uma melhoria da imagem externa da cidade; o impacto dos equipamentos e espaços culturais na regeneração (ao nível do ordenamento do território); uma melhoria na inclusão social/integração através de uma democratização cultural (*Pryen & Rodriguez*, 2002); um impacto positivo em termos de benefícios económicos; e uma redefinição da identidade da cidade (*Groupe de Travail*, 2001).

Isto está em linha com as três dimensões identificadas no Reino Unido (*Basset et al.*, 2005) no que diz respeito às contribuições da cultura para a «regeneração urbana» e a revitalização:

- Exploração dos recursos culturais nas estratégias de *marketing* empresarial e urbano das cidades (competitividade económica);

- Contribuição dos «quarteirões criativos» e das indústrias criativas para a economia da cidade (competitividade económica);
- Contribuição da cultura para a coesão social e identidade urbana (coesão social).

Estas três dimensões são elementos chave na política cultural de *Roubaix* e estão fortemente enfatizadas pelos intervenientes de relevo. A política cultural é por isso considerada uma área política chave, e está fortemente ligada a outras políticas no campo da renovação habitacional e desenvolvimento económico. É uma ferramenta para elevar o orgulho na herança industrial que não deveria ser vista apenas como uma fonte de más memórias. Promover a herança industrial inclui reabilitar o património físico, assim como preservar a herança «intelectual» ou social da era industrial (criação do Arquivo Nacional para a História do Movimento Operário). A cultura é também encarada com uma ferramenta para prevenir que a crise social em *Roubaix* se transforme numa guerra étnica/cultural (Colomb, 2006).

A política cultural municipal tem como principais objectivos melhorar os equipamentos culturais (*Colisée, Studio Roussel, Oiseau Mouche, Gymnase*); apoiar a criação de novos projectos culturais emblemáticos para elevar o nível cultural da cidade; e facilitar o acesso aos espaços culturais, eventos, actividades a toda a população local. Assim, abriram dois novos espaços culturais emblemáticos que elevaram significativamente o nível cultural da cidade: *La Piscine* e *La Condition Publique*.

La Piscine é uma antiga piscina pública, um edifício de excepcional qualidade arquitectónica construído no estilo *Art Deco* entre 1927 e 1932. Localizada a meio caminho entre a principal praça da cidade e a estação de caminhos-de-ferro era a única piscina da cidade onde as crianças de operários e industriais se misturavam. A piscina foi encerrada em 1985. Em 1990 o município decidiu lançar um concurso para converter o edifício num museu de arte e indústria. Em 1998, deu-se início aos trabalhos e, em 2001, o museu abriu ao público como Museu de Arte e da Indústria *André Diligent*. A piscina e a arquitectura original *Art Deco* foram mantidas juntamente com várias salas de chuveiro e banhos como elementos decorativos. O museu alberga pinturas, têxteis, cerâmicas, mobília, fotografias e esculturas dos séculos XIX e XX. Estão expostos trabalhos de *Ingres, Dufy, Claudel* a par com os de artistas de *Roubaix* como *Cogghe* e *Weerts*. O museu também remonta à história dos têxteis, *design* e moda com uma colecção de aproximadamente 20.000 peças de todo o mundo, algumas das quais remontam aos primórdios da tecelagem. Tem uma biblioteca de amostras têxteis. O museu inclui um jardim de plantas de fibras e um percurso de descoberta sensorial. O acesso ao museu a partir da rua principal é feito através da fachada da antiga fábrica têxtil *Hannart*. (fig.25, 26 e 27)

Figura 25, 26 e 27 – *La Piscine*



URBED (2006)
fr.wikipedia.org
fr.wikipedia.org

La Condition Publique é um edifício de 1902 que servia para o «acondicionamento» da lã, ou seja, armazenamento, testes de qualidade, limpeza e embalagem da lã comercializada em *Roubaix*. Em 1972, o «acondicionamento» de lã parou mas o edifício sobreviveu, parcialmente utilizado por pequenas empresas. No final da década de 1990, o edifício, então vago, foi usado para eventos culturais e de moda ocasionais. A arquitectura marcante do edifício, de tijolos esmaltados numa estrutura de betão coberto por telhados planos assentes em pilares de aço, explica a sua preservação. Em 1998, o edifício foi classificado e a câmara municipal decidiu converter o edifício num centro para produção e divulgação cultural num quadro mais amplo da regeneração do bairro operário de *Pile-Sainte-Elisabeth* muito carenciado. Posteriormente o edifício foi designado uma das doze *Maisons Folies* (edifícios culturais simbólicos) para a *Lille 2004 - Capital Europeia da Cultura*, tendo sido totalmente remodelado para o evento. O arquitecto *Patrick Bouchain* defendeu o mínimo de intervenções possíveis no edifício (*Castany, 2004*). Durante os trabalhos de remodelação, o edifício manteve-se aberto ao público. Um barracão de madeira temporário adjacente ao edifício funcionou como cantina e ponto de encontro para o arquitecto, construtores, administradores e população local. A «*Baraque*» também foi usada para concertos e festas. A *Condition Publique* abriu em Maio de 2004. O financiamento do projecto foi muito complexo e mobilizou diversas fontes de financiamento: a cidade, a região, o governo central e Europa. O grande desafio do projecto, sumariado pelo seu director cultural *Pascale Debrock*, era desenvolver um projecto cultural que apoiasse elevados padrões artísticos e que simultaneamente facilitasse o envolvimento da comunidade local (*Colomb, 2006*). O espaço interior é flexível e acomoda uma sala de concertos, uma área de trabalho para 12 PME do sector criativo, uma grande área de exposição, pequenos estúdios, um café e um restaurante (fig. 28 e 29).

Figura 28 – *La Condition Publique* (envolvente)



www.archicontemporaine.org

Figura 29 – *La Condition Publique* (interior)



www.archicontemporaine.org

Relativamente à renovação habitacional é tida pelo município como uma área de actuação chave tanto para o benefício da população local (parte do problema da exclusão social são as precárias condições de habitação e a habitação de qualidade ajuda a reter residentes locais que consigam um emprego), bem como para atrair pessoas de fora a estabelecerem-se em *Roubaix*, em particular, famílias de classe média. Em 2000, foi criada legislação nacional para incentivar áreas urbanas a abordar a questão da habitação à escala da cidade-região. Nesta linha, em 2006, a *LMCU* aprovou um Plano Metropolitano para a Habitação (*Plan Local Habitat*), visando equilibrar a proporção de tipos de alojamento entre as diferentes partes da cidade-região.

3.3 Análise comparativa dos estudos de caso

Em termos comparativos, os dois estudos de caso apresentam pontos similares e distintos. Ao nível de abordagem ao declínio urbano e sequentes estratégias de regeneração adoptadas os dois estudos de caso consideram a cultura como elemento chave no processo de regeneração urbana e apresentam

um conjunto de resultados semelhantes. Porém, *Dundee* tem por base a designação de um bairro cultural enquanto *Roubaix* não. Isto permite analisar os dois casos de estudo no sentido de perceber os aspectos diferenciadores e mais-valias associadas à designação de um bairro cultural no âmbito de uma estratégia de regeneração urbana, de modo a estabelecer, posteriormente, um paralelo com a cidade de Aveiro.

Dundee e *Roubaix* são duas cidades com um forte passado industrial associado, em grande medida, ao sector têxtil. Desde o séc. XIX, ambas as cidades passaram por processos de industrialização que se traduziram num forte desenvolvimento urbano e económico. Por sua vez, em meados do séc. XX, as duas cidades assistiram a um profundo declínio urbano associado a processos de desindustrialização e consequente colapso da estrutura económica que se traduziu em problemas urbanos idênticos, nomeadamente, elevados níveis de desemprego e falta de oportunidades de empregabilidade associados a uma estrutura económica débil e limitada; parque habitacional antigo, degradado e desadequado; abandono generalizado e consequente degradação da maioria das instalações industriais; perda progressiva da função comercial no centro da cidade; problemas sociais como pobreza, segregação social e racismo (este último é exclusivo da *Roubaix* associado a grandes comunidades estrangeiras residentes, concretamente, africana e árabe); e um abandono gradual do centro pela população conduzindo a centros urbanos despovoados, pouco atractivos e inseguros que resultavam numa imagem externa negativa das cidades.

Geograficamente *Roubaix* está estrategicamente localizada numa área central da Europa ocidental enquanto *Dundee* é uma cidade costeira de carácter periférico. Do ponto de vista urbano, *Roubaix* integra a *AMLille* caracterizada por um conjunto de numerosas cidades pequenas definindo um aglomerado urbano disperso, contínuo e policêntrico, com mistura entre urbano e rural, muito diferente dos outros centros urbanos franceses caracterizados por um centro e uma área suburbana circundante. Por sua vez, *Dundee* é uma cidade de malha urbana compacta e monocêntrica num contexto urbano escocês marcado por uma forte dicotomia urbano-rural com pouca ou nenhuma dispersão urbana e definido por um conjunto de cidades que concentram a maioria da população e das actividades económica, social e cultural.

Apesar dos contextos distintos, *Dundee* e *Roubaix* apresentavam problemas urbanos idênticos cuja resolução passou por estratégias com alguns pontos semelhantes e outros distintos que resultaram em acções idênticas como a reabilitação/criação de um centro comercial no centro da cidade como forma de valorização do comércio no centro da cidade tanto pequeno e tradicional como o de retalho e de média dimensão; a criação de um centro empresarial e um centro tecnológico nas imediações ou mesmo dentro dos limites cidade como o *Digital Media Park*, em *Dundee*, ou o *Eurotéléport* e a *Cité de l'Initiative*, em *Roubaix*; a recuperação do sector industrial histórico, nomeadamente, o têxtil apostando na inovação, diversificação e especialização; a reutilização e reabilitação de edifícios devolutos do centro da cidade e transforma-los em activos para fins empresariais e culturais; a interligação entre as componentes cultural e económica no centro das cidades apostando na diversificação de funções.

As diferenças surgem essencialmente por via de aspectos distintos ao nível do contexto urbano e político em que as cidades se inserem. Enquanto *Dundee* reforça a sua posição como centro urbano mais importante e polarizador da região, *Roubaix* reforça a ligação com *Lille* e *Tourcoing* reforçando o carácter disperso e policêntrico da região. Do ponto de vista político, *Dundee* beneficia de uma

forte acção do governo escocês em estreita ligação com a administração local e dum conjunto de políticas nacionais. Porventura este cenário foi possibilitado por um contexto urbano escocês mais pequeno e concentrado. Por sua vez, *Roubaix* beneficiou de um forte *lobby* político ao nível da *AMLille* caracterizado por uma forte liderança local e regional com fortes ligações ao poder central. Apesar de abordagens políticas diferentes ambas apresentam uma forte liderança ao nível político e dos agentes de tomada de decisão.

As diferenças e semelhanças observadas nos estudos de caso poderão ser úteis na análise ao objecto de estudo, a cidade de Aveiro, dado que esta apresenta características semelhantes a ambas as cidades. Nesse sentido e numa perspectiva de analisar o objecto de estudo o capítulo seguinte debruçar-se-á sobre a regeneração urbana em Portugal de modo a compreender melhor o enquadramento político nacional relativo a este tema.

4. A REGENERAÇÃO URBANA EM PORTUGAL

Depois de todo o enquadramento conceptual e de analisados os estudos de caso é necessário, antes de avançar para o objecto de estudo, compreender o contexto e a evolução da regeneração urbana em Portugal. Por isso, foram analisados alguns dos documentos mais relevantes nas políticas de planeamento e ordenamento do território na tentativa de perceber um possível enquadramento directo ou indirecto da regeneração urbana nas políticas urbanas definidas para o futuro do país. Se no caso dos bairros culturais não existe qualquer referência efectiva já a Regeneração Urbana é tida como essencial e encarada como um dos principais elementos da Política de Cidades POLIS XXI sendo ainda referenciada no Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território (PNPOT), no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e no Plano Regional de Ordenamento do Território – Centro (PROT-Centro). No entanto é possível constatar um conjunto de princípios e estratégias que defendem a cultura enquanto elemento fundamental na regeneração e desenvolvimento das cidades contribuindo assim para possíveis estratégias baseadas na criação de bairros culturais nas cidades portuguesas. De facto, analisando a realidade urbana nacional constata-se que já surgiram, apesar de ténues e desagregadas de uma efectiva política e estratégia quer urbana quer cultural, alguns exemplos de concentração de serviços culturais aliados a uma revitalização de certas áreas urbanas, como por exemplo, a Baixa do Porto ou o Bairro Alto, em Lisboa.

No que diz respeito à realidade urbana portuguesa, Félix Ribeiro (1999) sintetiza os principais problemas urbanísticos em Portugal da seguinte forma:

- Esvaziamento da função residencial dos centros históricos, em muitos casos com processos simultâneos de terciarização, de desertificação, de abandono e degradação;
- Processo acelerado de degradação de património edificado, dos centros urbanos, periferias mais antigas e bairros sociais associado à inexistência de estímulos de mercado à reabilitação urbana;
- Expansão das áreas suburbanas, muitas vezes de modo caótico, desprovidas, ou com deficiência, de infra-estruturas técnicas e sociais e com fracas condições de vivência urbana;
- Segmentação etária do espaço da Grande Lisboa e do Grande Porto, com os centros a envelhecerem acentuadamente, e as novas gerações a serem deslocadas para «coroas suburbanas» cada vez mais distantes;
- Crescente congestionamento do trânsito, associado, pelo menos em parte, ao crescimento dos movimentos pendulares habitação-emprego;
- Degradação acelerada da paisagem urbana, com destaque para a escassez de espaços verdes e de espaços públicos, atrofiados pela dinâmica de construção compacta, ou desvirtuados pelo uso crescente do transporte privado.

Este contexto de decadência dos centros das cidades *«tem favorecido a depreciação da imagem do centro e a atitude hipocondríaca em torno do rol de patologias como a desertificação, a insegurança, a fuga de actividades, a degradação, etc.»* (Portas et al., 2003: 98) o que reforça a posição central da regeneração enquanto estratégia de política urbana, principalmente na cidade consolidada e na valorização patrimonial como por exemplo:

«A revitalização dos centros históricos, reforçada pela tendência da patrimonialização, da identidade e dos sectores económicos em expansão nas áreas do turismo e da cultura;

- *O urbanismo comercial ou a intervenção no parque residencial vazio e/ou degradado tentando inverter a crise do pequeno comércio, a fuga da população residente ou a degradação física e social dos bairros críticos.*
- *A revitalização de edifícios e conjuntos que se tornaram obsoletos, particularmente, nas frentes de água e outros locais de forte valor simbólico, ajustáveis aos «projectos de excelência», de forte visibilidade e impacto social*
- *A súbita atenção dada ao «espaço público» depois das modificações induzidas pelo automóvel e pelas novas vivências urbanas, etc.» (Portas et al., 2003: 81).*

Posto isto, e numa perspectiva mais alargada, o PNPOT (DGOTDU, 2007) considera que, para que Portugal seja uma economia competitiva, Integrada e aberta, assim como um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem estar, o modelo territorial e o programa de políticas devem dar corpo a uma série de opções estratégicas. Entre as demais, e atendendo ao âmbito desta dissertação, destacam-se as seguintes:

- Valorizar o papel estratégico do polígono Leiria-Coimbra-Aveiro-Viseu e de pólos emergentes de desenvolvimento turístico, para a afirmação internacional de Portugal;
- Estruturar sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir pólos regionais de competitividade;
- Promover redes de cidades e subsistemas urbanos locais policêntricos que permitam a qualificação dos serviços prestados à população e às actividades económicas, numa perspectiva de complementaridade e especialização, .

No enquadramento do seu primeiro objectivo estratégico, o PNPOT consagra como objectivo específico a protecção e valorização das paisagens e do património cultural. Considerados suportes da memória colectiva, participando na formação das identidades territoriais e da cultura de um país, a sua diversidade, qualidade e originalidade representam hoje um activo crucial para as regiões e deve ser entendido como realidade dinâmica, em permanente actualização. No caso particular da Arquitectura, constitui uma actividade fundamental na qualificação e valorização do ambiente urbano, das paisagens e do património cultural. A qualidade arquitectónica representa, assim, um importante factor de desenvolvimento dos territórios e de qualidade de vida dos cidadãos. Deste modo, a protecção, recuperação e valorização do património cultural constitui assim um vector prioritário do ordenamento e da qualificação do território, com incidência no desenvolvimento do turismo cultural e factores de melhoria da qualidade de vida (DGOTDU, 2007).

Quanto ao objectivo estratégico de reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços, ibérico, europeu, atlântico e global destacam-se os objectivos específicos de reforçar a capacidade de as cidades se afirmarem como motores de internacionalização e desenvolvimento; promover pólos regionais de competitividade; e ainda, implementar uma estratégia que promova o potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local, de forma sustentável.

«As cidades são concentrações de capital e de potencialidades de desenvolvimento. Cada cidade apresenta elementos diferenciadores que devem ser valorizados na perspectiva da afirmação internacional do País. A inserção de Portugal nas dinâmicas globais será fortemente determinada pela atractividade das cidades e pela forma como estas se assumirem como motores de inovação, de desenvolvimento económico e de criação e qualificação do emprego. A competitividade do

País exige cidades bem equipadas, atractivas e funcionais, com níveis elevados de coesão social, com forte qualificação do capital humano, institucional, cultural e económico, e bem integradas nos respectivos territórios.» (DGOTDU, 2007: 33). É neste enquadramento que o PNPOT defende a necessidade de uma política urbana (de cidades) com uma *«forte componente de valorização dos factores específicos de cada cidade e de qualificação dos factores de atracção de actividades inovadoras»* (DGOTDU, 2007: 33).

A promoção de pólos regionais de competitividade tem que ver com a valorização integrada dos recursos do território nacional implicando a internacionalização de outras regiões do país além de Lisboa e Porto. Para tal, as cidades precisam de ganhar escala e diversidade funcional desenvolvendo economias de aglomeração. Tudo isto pressupõe cooperação entre cidades baseada na proximidade, concentração de massa crítica, diversificação e dimensão funcional. Assim, será possível *«estruturar sistemas sub-regionais densos em funções urbanas e em factores dinâmicos de desenvolvimento económico e de criação de emprego qualificado que possam evoluir para novos pólos regionais de competitividade»* (DGOTDU, 2007: 33) com projecção nacional e até mesmo internacional.

«As políticas de ordenamento do território e, em particular, a política de cidades deverão dar uma atenção particular às interacções cidade - região, ao reforço do «efeito cidade» como factor de desenvolvimento e à cooperação entre cidades próximas para exploração de complementaridades e sinergias.» (DGOTDU, 2007: 34).

Por último, tem-se a indicação para implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local, na medida em que, *«Portugal deve dispor de uma estratégia de desenvolvimento do sector do Turismo e implementá-la com eficácia»* (DGOTDU, 2007: 42) Com efeito, este sector, além da importância para o desenvolvimento socioeconómico das regiões pode contribuir para ordenamento e reabilitação dos territórios. Neste campo, um dos elementos base é o turismo cultural, dentro do qual se insere o turismo de cidades, e onde o conceito de quarteirão cultural se enquadra como forma de diversificar a oferta estruturada de produtos turísticos e culturais numa perspectiva territorial potenciando o desenvolvimento de complementaridades sub-regionais e locais.

Relativamente ao objectivo estratégico de promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais evidenciam-se os objectivos específicos de reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões, e de promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intra-urbanas. Apesar de estes não se tratarem de objectivos directamente relacionados com a regeneração urbana e os quarteirões culturais depreende-se que estratégias baseadas nestes poderão contribuir para tais desígnios reforçando assim a sua importância na política urbana nacional.

Deste modo, o PNPOT assume que reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões ajuda na promoção da coesão territorial, visto que *«o reforço das cidades é condição de suporte ao desenvolvimento das actividades económicas e do emprego e de renovação demográfica, social e cultural»* (DGOTDU, 2007: 38). Neste sentido *«importa reconhecer o papel das cidades de média dimensão para a coesão territorial e a competitividade dos territórios, integrando o objectivo de reforço destas cidades nas diversas intervenções e programas da Administração»* (DGOTDU, 2007: 38). Aliado a este está a promoção de um desenvolvimento urbano mais compacto e

policêntrico, onde importa contrariar a ocupação dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço das centralidades intra-urbanas. Isto porque *«existe uma clara associação entre o crescimento das periferias e o abandono dos núcleos urbanos centrais. Apesar de nos últimos anos ter havido um grande esforço das autarquias para reabilitar os núcleos históricos e as áreas centrais das aglomerações urbanas, não se conseguiu contrariar suficientemente o seu abandono, sendo necessário reforçar a intervenção neste domínio.»* (DGOTDU, 2007: 40). Nesta linha realça-se a medida prioritária de incentivar novas parcerias para o desenvolvimento de programas integrados de reabilitação, revitalização e qualificação das áreas urbanas, reforçar e agilizar o papel das Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU) e rever o enquadramento fiscal e financeiro das operações integradas nestes programas.

No seguimento do quarto objectivo estratégico – Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social – distingue-se o objectivo específico de dinamizar uma rede de equipamentos culturais que valorize identidades, patrimónios e formas de expressão artística num quadro de aprofundamento da educação para a cultura e de reforço da equidade de acesso e da participação nas actividades culturais. *«Para tal, o Estado deve promover uma rede nacional de equipamentos culturais articulada com a valorização das cidades médias e interligada com outros equipamentos públicos» e «serão estimuladas e apoiadas as iniciativas que dinamizem e promovam o turismo cultural»* (DGOTDU, 2007: 48). Nesta linha destacam-se duas das medidas prioritárias que se inserem nos propósitos desta dissertação, concretamente, dar continuidade aos programas de recuperação e expansão da rede de equipamentos culturais (museus, cineteatros, centros culturais, etc.), em parceria com as autarquias e os particulares; assim como, realizar, aos níveis regional e local Planos Estratégicos de Desenvolvimento Cultural, com envolvimento das autarquias e outros actores sociais pertinentes e onde se articulem os objectivos do desenvolvimento cultural, da coesão social e do ordenamento do território. De facto, a política de ordenamento do território nacional integra alguns elementos pertinentes no que diz respeito à regeneração urbana e à cultura que, de certo modo, estão subjacentes aos princípios que fundamentam as estratégias de regeneração urbana através de quarteirões culturais.

No que diz respeito à política urbana propriamente dita, o instrumento de planeamento de carácter nacional mais específico é a Política de Cidades POLIS XXI e que tem como ambição tornar as cidades portuguesas territórios de inovação e competitividade, de cidadania e coesão social, de qualidade de ambiente e de vida, bem planeados e governados. *«A Política de Cidades POLIS XXI parte do reconhecimento de que o desenvolvimento do País depende, em grande medida, do modo como as nossas cidades conseguirem constituir-se em espaços activos de competitividade, cidadania e qualidade de vida.»* (MAOTDR, 2008: 3) Nesse sentido, subentende-se a necessidade de cidades detentoras de funções de elevada qualificação bem como *«uma forte capacidade de fixação e atracção de pessoas qualificadas e de actividades inovadoras.»* (MAOTDR, 2008: 3). Daí que *«mais do que encontrar a resposta adequada aos problemas urbanos actuais, importa conceber uma política de criação de oportunidades através da afirmação das cidades como espaços privilegiados de produção de riqueza, de exercício da cidadania e de inserção internacional competitiva do País»* (MAOTDR, 2008: 3), ou seja tornar as cidades portuguesas em territórios:

de inovação e competitividade

Assegurando que as cidades constituam espaços favoráveis à criatividade e à inovação, tornando-se mais abertas ao exterior, competitivas e internacionalizadas com base nos recursos que possuem,

produzem ou atraem e nas formas de organização que promovem ou estabelecem entre diferentes entidades e com distintas cidades (MAOTDR, 2008).

de cidadania e coesão social

Assegurando que as cidades constituam espaços de cidadania, coesão e identidade cultural, tornando mais eficientes os processos de participação, integração e valorização patrimonial e combatendo activamente os factores geradores de obsolescência, risco, insegurança e exclusão (MAOTDR, 2008).

de qualidade de ambiente e de vida

Assegurando que as cidades constituam espaços de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, de desenho urbano, de edificação, de mobilidade e de paisagem, e condições adequadas de acesso à habitação, aos equipamentos e serviços e aos diversos tipos de amenidades (MAOTDR, 2008).

bem planeados e governados

Assegurando que o modo como as cidades são planeadas e governadas acolhe os três objectivos estratégicos anteriores como decisivos para que as nossas aglomerações urbanas se transformem em verdadeiras comunidades do século XXI, tornando-se mais sustentáveis, saudáveis e responsáveis. Neste domínio caberá um papel essencial aos municípios e à participação pública, nomeadamente no âmbito de Agendas XXI locais (MAOTDR, 2008).

Para tal definiram-se os seguintes objectivos:

1. Qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade, visando um funcionamento urbano globalmente inclusivo, coerente e sustentável e mais informado pela participação dos cidadãos;
2. Fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade, no sentido de aumentar o leque de oportunidades individuais e colectivas e, assim, reforçar o papel regional, nacional e internacional das aglomerações urbanas;
3. Qualificar e intensificar a integração da cidade na região envolvente, de forma a promover relações de complementaridade mais sustentáveis entre os espaços urbanos e rurais e a dotar o conjunto de cada cidade na região de um maior potencial de desenvolvimento;
4. Inovar nas soluções para a qualificação urbana, promovendo as que se orientem por princípios de sustentabilidade ambiental, de eficiência e reutilização de infra-estruturas e dos equipamentos existentes em detrimento da construção nova, de exploração das oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias e de capacitação das comunidades e desenvolvimento de novas formas de parceria público-privado (MAOTDR, 2008).

A concretização destes objectivos está associada a três dimensões de intervenção: Regeneração Urbana, Competitividade/Diferenciação e Integração Regional.

Regeneração urbana

Esta dimensão de intervenção coloca o enfoque em espaços intra-urbanos específicos e visa a coesão e coerência do conjunto da cidade, isto é, das várias comunidades que a constituem, e a qualificação dos factores determinantes da qualidade de vida da população. Envolve a articulação de diferentes componentes (habitação, reabilitação e revitalização urbanas, coesão social, ambiente, mobilidade,

etc.), no quadro de operações integradas de regeneração urbana (MAOTDR, 2008).

Competitividade / Diferenciação

Esta dimensão de intervenção coloca a ênfase na cidade enquanto nó de redes de inovação e competitividade de âmbito nacional ou internacional, e visa o reforço do seu papel e da sua capacidade competitiva e a valorização dos factores de diferenciação. Envolve o apoio a estratégias de afirmação internacional, a criação de equipamentos urbanos e infra-estruturas diferenciadores em termos de inserção em redes nacionais e internacionais, a cooperação entre cidades portuguesas para a valorização partilhada de recursos, potencialidades e conhecimento e, ainda, a cooperação a grande escala com cidades estrangeiras (MAOTDR, 2008).

Integração regional

Esta dimensão de intervenção incide sobre a cidade-região, definida como o espaço funcionalmente estruturado por uma ou várias cidades e envolvendo uma rede sub-regional de centros e de áreas de influência rurais, e coloca o enfoque nas interações cidade-região e no reforço do «efeito cidade» como factor de desenvolvimento das áreas sob sua influência directa. Envolve iniciativas que visam estruturar aglomerações, ganhar dimensão urbana através da cooperação de proximidade, fomentar complementaridades e economias de aglomeração e racionalizar e qualificar os equipamentos e serviços que a cidade disponibiliza à sua região (MAOTDR, 2008).

Neste âmbito a POLIS XXI engloba acções no campo da regeneração urbana como operações integradas de requalificação e inserção urbana de bairros críticos; operações de recuperação e qualificação ambiental de áreas periféricas e refuncionalização de áreas abandonadas ou com usos obsoletos; operações integradas de valorização de áreas de excelência urbana (centros históricos, frentes ribeirinhas, etc.); e, projectos integrados de melhoria do ambiente urbano. No campo das redes urbanas para a competitividade e a inovação destacam-se algumas que, de certo modo, se podem relacionar com a criação de um quarteirão cultural como são caso, a criação de equipamentos urbanos e de infra-estruturas relevantes para a inserção diferenciada das cidades em redes nacionais e internacionais; a criação de estruturas de cooperação urbana de apoio à troca de conhecimentos e à inovação; assim como projectos de valorização de recursos partilhados e de *marketing* territorial das cidades. No caso da dimensão das acções inovadoras para o desenvolvimento urbano salientam-se algumas acções associadas a projectos, de preferência com componente maioritariamente imaterial, que traduzam respostas inovadoras aos problemas urbanos e às novas procuras urbanas, nomeadamente nos domínios da prestação de serviços de proximidade; na gestão do espaço público e do edificado; e ainda, nas inovações ecológicas nas áreas da construção e da habitação.

A integração da regeneração urbana como uma das dimensões de intervenção da Polis XXI assim como uma série de elementos, já referidos, que estão relacionados, de forma directa ou indirecta, com as estratégias de regeneração através da cultura – entre as quais a criação de um quarteirão cultural – confirmam o grau de importância que a regeneração urbana e a cultura ganharam ao nível das políticas urbanas.

Por último, tem-se o PROT- Centro, instrumento de carácter regional que reporta os princípios definidos no PNPOT e no POLIS XXI para a região centro e que deverá fazer a ligação aos instrumentos de política urbana local como os Planos Directores Municipais (PDM) ou o Plano Estratégico para o Concelho de Aveiro (PECA), no caso do objecto de estudo.

Este instrumento não aborda a questão da regeneração urbana contudo apresenta uma série de pontos pertinentes para as estratégias de regeneração urbana de base cultural como a valorização dos recursos culturais e patrimoniais como activos específicos de afirmação, sobre a qual o PROT-C (CCDR-C, 2010) define que a visão estratégica para a região passa, entre outros, pela protecção, salvaguarda, valorização e fruição do património histórico, arqueológico e arquitectónico como factor de desenvolvimento e de garantia de originalidade, diferenciação e afirmação de identidade e memória; pelo reforço da incorporação da componente cultural nos produtos de turismo cultural e de natureza, ao serviço da qualificação da Região Centro como destino turístico; pela consagração da articulação entre património e educação como elemento formativo de excelência e de instrumento privilegiado de diálogo com o meio; assim como pela valorização do património cultural histórico e arqueológico como elemento estruturante dos processos de regeneração urbana. Na linha deste último ponto, o PROT-C salienta *«a concentração de património construído classificado nos Centros Históricos das principais cidades e vilas da região que marcam a sua estrutura urbana e constituem âncora importante nos processos de regeneração urbana e referência chave para o turismo de cidades.»* (CCDR-C, 2010:50).

O plano defende ainda a valorização e consolidação de um modelo policêntrico de organização do Sistema Urbano Regional como base para a melhoria da competitividade regional e da qualidade de vida. O que implica, entre outros, aprofundar os relacionamentos entre áreas urbanas do mesmo nível hierárquico e/ou de níveis hierárquicos diferentes, tendo como objectivo alcançar dimensão demográfica, económica, social e níveis de especialização funcional (massa crítica) de suporte ao desenvolvimento de complementaridades regionais; garantir que os subsistemas urbanos regionais sejam as bases de sustentação da coesão territorial e da melhoria da qualidade de vida dos residentes; tal como assegurar que a regeneração urbana contribua para potenciar os recursos diferenciadores dos centros urbanos da Região.

Segundo o PROT Centro, os recursos turísticos da região carecem de cidades requalificadas com vocações complementares e de uma organização profissionalizada de oferta que possa ser vista como âncora turística e a tornem reconhecida, sobretudo internacionalmente. Daí ter-se da maior importância uma intervenção sectorial no ordenamento do território sobretudo como forma de evitar que os recursos existentes identificados se banalizem ou desapareçam. *«A importância estratégica actual de alguns dos seus principais recursos naturais, culturais, patrimoniais e ambientais exige por isso enormes orientações de preservação (se bem que não fundamentalista), uma vez que muitas delas se encontram em risco.»* (CCDR-C, 2007: 54).

Depois de apreendida a realidade da regeneração urbana no contexto dos principais instrumentos de planeamento nacional é necessário perceber de que forma é que estes podem ser implementados à escala local e se de facto são úteis no quadro de uma estratégia de regeneração urbana de base cultural. Neste sentido, torna-se premente conhecer o objecto de estudo, pelo que o capítulo que segue se dedica à caracterização da cidade de Aveiro ao nível do seu contexto urbano, económico, social e cultural.

5. AVEIRO: PERSPECTIVAS PARA UMA REGENERAÇÃO URBANA ATRAVÉS DA CULTURA

5.1 Contextualização territorial, histórica, económica e sociocultural

A cidade de Aveiro fica localizada no coração de uma vasta planície lagunar cujo principal elemento é a Ria de Aveiro - um fenómeno geográfico criado pela bacia hidrográfica do rio Vouga e pelo mar com uma extensão de quase 80 km entre a cidade de Ovar, a norte, e Mira, a sul - cujas condições geográficas e climáticas moldaram o território e influenciaram a vida e comportamentos da população aí residente. Situada a cerca de 70 km a sul do Porto e cerca de 60 km a noroeste de Coimbra e com cerca de 55.291 habitantes é a segunda cidade mais populosa da Região Centro (a seguir a Coimbra) (INE, 2010). O concelho de Aveiro tem 78.463 habitantes (INE, 2011), uma área de 197,5 km², uma densidade de 397,3 hab/km² e tem como principais estruturas de mobilidade e logística a linha ferroviária do Norte, as auto-estradas A25, A1, A17 e A29, a EN 109 e o Porto Marítimo de Aveiro. Aveiro é um importante centro urbano administrativo, portuário, universitário e turístico no qual emergiu, nos últimos 30 anos, um sector moderno de referência com um carácter fortemente polarizador ao nível do ensino médio e superior, saúde e outros serviços públicos e privados, com predomínio do comércio direccionado para o consumo final (Portas et al., 2003).

Figura 30 – Distrito e Concelho de Aveiro



Concepção do autor

Em termos administrativos é a sede de concelho e capital de distrito e da sub-região do Baixo Vouga (NUTS III) que compreende os concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos com uma área total de 1.803,6 km² e uma população de 309.707 habitantes (INE, 2011) fazendo desta a sub-região mais populosa da Região Centro. Saliente-se, ainda, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro¹⁵ Baixo Vouga (CIRA), instituição pública de natureza associativa e âmbito territorial, constituída em 2008 que veio substituir a Associação de Municípios da Ria (AMRia) e que visa a realização de interesses comuns aos municípios que integram esta região. Através destas instituições têm-se desenvolvido e implementado projectos de carácter regional que têm contribuído para o desenvolvimento da região do Baixo Vouga.

Os elementos referência de Aveiro são a água como elemento natural predominante e modelador da paisagem e da acção e vivência humana; a cerâmica e o mar como referências industriais e do primeiro grande desenvolvimento socioeconómico da cidade, nos finais do séc. XIX; a Arte Nova como referência arquitectónica; a universidade como referencial do conhecimento e do desenvolvimento

¹⁵ http://www.regiaodeaveiro.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=27800

mais recente da cidade desde da década 70 do séc. XX; e por fim, o *design*, tecnologia e telecomunicações como referenciais das novas áreas de desenvolvimento económico e da inovação. Todos eles influenciaram, até certo ponto, a evolução da cidade, da sua população, da sua cultura e da sua identidade.

Do ponto de vista económico, a região de Aveiro destaca-se nos sectores do comércio e serviços, da indústria cerâmica, agro-alimentar, automóvel, metalomecânica e do papel, bem como, do turismo. Aveiro é um destino turístico em crescimento no mercado internacional. De acordo com a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) (2009) a região de Aveiro apresenta um nível elevado de Investigação/Ensino e actividades nos *clusters* das Tecnologias da Informação, Comunicação e Electrónica (TICE), do Habitat e Turismo; Investigação/Ensino em *Design*, Música, Ambiente e Energias Alternativas; Mobilidade/Logística e Saúde. Por sua vez o Departamento de Planeamento e Prospectiva (2004) elenca as áreas em que Aveiro é pioneira e líder, os sectores da informação e entretenimento digital, comunicações e electrónica, teleserviços, acolhimento e turismo. E ainda referencia sectores emergentes (mas que carecem de articulação entre investigação e actividades) como a moda, aeronáutica e automóvel, saúde e cuidados pessoais; oceanos, petróleo e robótica; e energias renováveis. Estes *clusters* tecnológicos estão intrinsecamente associados à presença da Universidade de Aveiro que tem contribuído para a formação e investigação nas mais variadas áreas disciplinares gerando massa crítica que tem vindo a desenvolver actividade no tecido empresarial da região. Ao nível da investigação e desenvolvimento (I&D) no Baixo Vouga, em 2007, o número de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em actividades de I&D era de 1737,8 (6% do total a nível nacional); a proporção de pessoal ao serviço ETI em actividades de I&D nas empresas era de 7,57% acima dos 4,16% nacionais; e a despesa representava 1,91% do PIB (valor acima da média nacional de 1,21%) com 0,01% do Estado, 1,25% de empresas e 0,65% do ensino superior. Nesta linha, a Universidade de Aveiro que, em 2010, contabilizou 12.338 alunos e 987 docentes (INE, 2011) tem sido apontada como factor essencial para desenvolvimento da cidade e da economia da região e que tem vindo a atrair uma comunidade académica (nacional e internacional) cujo peso na dinâmica económica, social e cultural da cidade tem-se revelado cada vez maior.

5.2 Caracterização do contexto urbano de Aveiro

Segundo Carvalho (2003) Aveiro é um caso bem explícito de um território urbano constituído por realidades bem distintas e bem delimitadas. Aveiro é composta por uma «*cidade contínua, concentrada entre as barreiras da Ria e da linha de caminho de ferro, apenas com continuidade edificatória para norte, até ao lugar de Esgueira, muito antigo*» (Carvalho, 2003: 88) que define a parte mais antiga da cidade; uma área quase sem construção (excepto o lugar de Esgueira) situada entre o caminho-de-ferro e a EN 109 – designada de cidade invisível no Plano de Urbanização – e ainda, uma cidade dispersa que se estende para nascente da EN109, estruturada por diversas estradas, quase paralelas entre si, que convergem ao conjunto Aveiro/Esgueira. Caracteriza-se por uma construção dispersa, ao longo de uma rede capilar de caminhos. Em 1980, a construção era ainda quase toda, de edifícios unifamiliares (Carvalho, 2003).

No entanto, o crescimento ocorrido nos últimos 35 anos conduziu a uma transformação da cidade caracterizada por diversas expansões contíguas à cidade contínua, articuladas com o tecido urbano pré-existente como a primeira urbanização na cidade invisível (Força Vouga) e o reforço do contínuo Aveiro/Esgueira. A proliferação de construção na cidade dispersa, ao longo dos eixos, dispersa

pela rede capilar, mas também já constituindo, pontualmente, pequenos aglomerados; A edificação do campus universitário, contíguo à cidade contínua (a sul) e o reforço da EN 109 que constitui o principal eixo estruturante da cidade global (Carvalho, 2003) e ao longo do qual se foram instalando as grandes superfícies comerciais .

De acordo com o Regulamento do Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro (CMA, 2011), a zona de identidade cultural é caracterizada por uma ocupação urbana consolidada onde predomina o uso habitacional, apresentando importantes valores de morfologia urbana e de arquitectura e divide-se em três unidades, concretamente, o Centro Histórico da Antiga Muralha e Bairro da Beira-mar, o Centro Histórico de Esgueira e Avenida Dr. Lourenço Peixinho. (fig. 31)

Figura 31 – Mapa da Zona de Identidade Cultural do Centro de Aveiro



Adaptado de Mapa Pedonal da CMA

O centro da cidade congrega as zonas históricas das freguesias da Glória e da Vera Cruz envolventes ao Canal Central. A zona histórica da Glória corresponde, sensivelmente, aos limites do antigo burgo amuralhado do qual poucos vestígios restam mas onde se concentram alguns edifícios emblemáticos tais como, Teatro Aveirense, Paços do Concelho, Igreja da Misericórdia, Sé Catedral, Convento de Jesus, Convento de São Domingos, Convento e Capela das Carmelitas, e o Palacete do Visconde da Granja. Esta zona concentra uma série de serviços administrativos, educativos, culturais, bem como comerciais que se dividem entre o tradicional e o de grande superfície com o Fórum Aveiro.

Por sua vez, a zona histórica da Vera Cruz destaca-se pelo Bairro da Beira-Mar – bairro típico de casario tradicional cujas origens radicam numa população que vivia do mar e da Ria assentando a sua actividade na pesca, sal, moliço e construção naval. Neste bairro, encontram-se a igreja da N.ª Sr.ª da Apresentação e a Capela de São Gonçalo, bem como a Praça do Peixe que além da respectiva actividade mercantil é, por excelência, a zona de diversão nocturna da cidade dada a concentração de bares e restaurantes. Junto ao Canal Central erguem-se diversos edifícios de estilo Arte Nova, entre os quais, a Casa Major Pessoa (fig.32), o Museu da Cidade, a Região de Turismo, a Cooperativa Agrícola (fig. 33) e a antiga Capitania do Porto de Aveiro (edifício este, que marca a junção entre o Bairro da Beira-mar e a Avenida Dr. Lourenço Peixinho). Esta área tem uma vocação predominantemente turística com uma forte presença do comércio, restauração, alojamento e serviços de turismo fluvial.

Figura 32 – Casa Major Pessoa



do autor

Figura 33 – Conjunto de Arte Nova - o Museu da Cidade, a Região de Turismo e a Cooperativa Agrícola



do autor

Para nascente, a Avenida Dr. Lourenço Peixinho – outrora o centro comercial e administrativo da cidade concentrando o comércio especializado e a maioria dos serviços – liga o centro à estação ferroviária. Considerada a artéria mais emblemática da cidade, dada a sua importância funcional, patrimonial e identitária, tem sido, ultimamente, alvo de análise e discussão, com vista a uma operação de regeneração urbana, estando em curso a concepção de um plano. Destacam-se alguns elementos arquitectónicos como a antiga Estação Ferroviária (fig. 34), a Garagem *Atlantic* (fig. 35), ou o Cine-Teatro Avenida (fig. 36), entre outros.

Além destas duas áreas tem-se o eixo que liga os centros históricos de Aveiro e Esgueira composto pelas ruas Manuel Firmino Maia, do Gravito, do Carmo e de Sá (que define a mais antiga ligação entre os dois burgos) ao longo das quais se encontram a Igreja do Convento do Carmo, Capela da Madre de Deus, o quartel da GNR (antigo convento de Sá), a Capela do Senhor das Barrocas e uma série edifícios residenciais de época com destaque para os de estilo Arte Nova e os de arquitectura tradicional. Ainda na freguesia da Vera Cruz, a sul da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, na envolvente ao Canal do Cojo e do Lago da Fonte Nova é possível encontrar o Mercado Manuel Firmino e a antiga Fábrica de Cerâmica Jerónimo Campos (actual Centro Cultural e de Congressos). (fig. 37)

Figura 37 – Centro Cultural e de Congressos



do autor

Figura 34 – Antiga Estação Ferroviária



do autor

Figura 35 – Garagem Atlantic



do autor

Figura 36 – Cine-Teatro Avenida



do autor

Porém, do ponto de vista patrimonial e arquitectónico, Aveiro não é uma cidade de grande monumentalidade visto que não dispõe de grande concentração de património histórico comparativamente com as demais capitais de distrito. De acordo com o IGESPAR, IP (2011) no centro histórico de Aveiro estão classificados 23 imóveis, conjuntos ou sítios (4 monumentos nacionais, 13 imóveis de interesse público e 6 imóveis de interesse municipal). Os elementos arquitectónicos de maior relevo da cidade serão os canais urbanos, o conjunto de edificado de estilo Arte Nova, a predominância do azulejo nas fachadas e o casario típico associado aos antigos bairros de pescadores de construção tradicional em adobo e madeira. Na falta de elementos marcantes, o património arquitectónico de Aveiro vale pelo seu conjunto, reforçando a necessidade de uma estratégia de regeneração abrangente a todo o centro e não pontual, beneficiando este ou aquele edifício.

Deste modo, torna-se importante destacar que o centro da cidade possui também um conjunto de espaços públicos merecedores de atenção como as praças Joaquim Melo Freitas, do Peixe, Manuel Firmino, Marquês de Pombal, da República; os largos da N.ª Sr.ª da Apresentação, de São Gonçálio e Jaime Magalhães Lima, e os jardins do Rossio e do Museu da Cidade. Ainda nas imediações do centro é possível encontrar outros espaços públicos como o Largo Capitão Maia Magalhães, Largo das Cinco Bicas, Parque D. Pedro, Jardins da Baixa de Santo António, Largo Conselheiro Queiroz e a Zona Verde do Cais da Fonte Nova, na envoltória do Centro Cultural e de Congressos. A maioria destes espaços está subaproveitada à excepção da Praça do Peixe que concentra a vida nocturna da cidade com bares e restaurantes, e o Jardim do Rossio, onde vão ocorrendo diversos eventos pontuais de carácter cultural, lúdico e comercial. A maioria encontra-se num estado meramente decorativo do espaço público onde pontuam alguns equipamentos para usufruto esporádico da população. A pouca utilização e permanência da população nestes espaços dever-se-á essencialmente à pouca atractividade destes, aos hábitos de lazer e recreio e à própria dispersão da população urbana.

O declínio do centro da cidade tem vindo a ser apontado por personalidades e especialistas como um problema real e crescente caracterizado por abandono e degradação de edifícios (fig. 38 a 40), subaproveitamento e degradação do espaço público, perda de funções de comércio e serviços, desertificação, excesso de tráfego automóvel, falta de estrutura e forma urbana, entre outros (CMA, 2009). De modo que, uma eventual estratégia de regeneração do centro urbano de Aveiro poderá surgir numa base de combate e prevenção ao seu declínio. Mas, também, no sentido de assumir a cidade como referência central, num sistema urbano policêntrico e com novas centralidades

Figura 38 e 39 – Edifício Devoluto (Av. Dr. Lourenço Peixinho)

Figura 40 – Conjunto de Edifícios Devolutos (Bairro da Beira-Mar)



do autor

urbanas, para a competitividade, coesão e integração territorial. Isto é, tornar Aveiro no centro polarizador da actividade económica, criativa e cultural da sua região com base no pressuposto de que «*as cidades são os núcleos decisivos da organização de sistemas territoriais que as ultrapassam a si próprias...*» (DGOTDU, 1999:37).

5.3 A Dinâmica cultural de aveiro

O panorama cultural de Aveiro caracteriza-se, num primeiro plano, pelo papel do município e da universidade enquanto grandes agentes culturais do concelho, quer pelo peso institucional que detêm quer pelos recursos que possuem, e num segundo plano por um conjunto de entidades profissionais e amadoras até bastante diversificados tendo em conta a escala da cidade. A Câmara Municipal detém alguns dos principais espaços culturais da cidade, nomeadamente, o Teatro Aveirense (TA) (fig. 41), o Centro Cultural e de Congressos (CCC) e os vários pólos do Museu da Cidade, aos quais se juntam a Casa Municipal da Juventude (CMJ) e a Casa da Cultura Fernando Távora que alberga uma série de associações culturais maioritariamente de cariz amador. Do ponto de vista organizativo, a Câmara Municipal promove ou apoia um conjunto de eventos culturais e artísticos de cariz regular como a Bienal de Cerâmica de Aveiro, a Feira de Artesanato de Aveiro (FARAv), a Feira de Março, a festa popular de São Gonçalinho (evento icónico e peculiar da cidade), a Semana da Juventude (Move Juve), bem como concursos como o Jovens Criadores de Aveiro ou o Prémio de Poesia Nuno Júdice. Neste contexto, importa perceber qual o peso do investimento que o município faz ao nível da cultura e do desporto; em 2009, Aveiro investiu cerca de 1,5M € sendo o sétimo em doze municípios da Região do Baixo Vouga, dos quais se destacam Anadia e Ílhavo como maiores investidores com 6,7M € e 5,9M € respectivamente (INE, 2010). Um dos factores que poderá estar relacionado com este facto e que influenciará, de certa forma, qualquer projecto futuro é o financeiro, na medida em que o município de Aveiro é o terceiro mais endividado a nível nacional, com um passivo de 154,7M € somente ultrapassado por Lisboa e Gaia.¹⁶

Figura 41 – Teatro Aveirense



do autor

Por sua vez, a Universidade de Aveiro (UA) é um profícuo agente cultural através da organização de eventos culturais como os Festivais de Outono de música erudita ou o acolhimento de espectáculos de teatro, música e dança, bem como da promoção e divulgação de trabalhos artísticos e académicos de cariz cultural através de exposições de trabalhos finais de alunos, conferências e congressos nas mais variadas áreas artísticas e culturais. A UA é, ainda, detentora de um vasto acervo artístico e cultural e agrega instituições como a Filarmonia das Beiras (uma das mais prestigiadas orquestras do país), a Fábrica da Ciência Viva (um espaço de aprendizagem e experimentação das ciências), e a Associação Académica da Universidade de Aveiro (AAUAv) que também desenvolve projectos culturais como são exemplo, o COMA – Concurso de Música de Aveiro, a SALTA! – Mostra de Teatro Universitário de Aveiro, as Semanas de Integração ao Caloiro e do Enterro. A AAUAv congrega, ainda, uma série de núcleos que desenvolvem actividades culturais, tais como, o Grupo Experimental de Teatro da Universidade de Aveiro (GrETUA), as Tunas (Universitária de Aveiro, Feminina e Cartola), o Núcleo de Cinema e Fotografia (NCF), o Núcleo de Artes Plásticas (NAPUA), o Núcleo de Rádio,

¹⁶ http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=18483

o Núcleo de Xadrez, entre outros. Esta diversificação cultural e artística existente e potencial têm que ver com o facto de o Campus Universitário de Santiago (que por si só é um local de referência arquitectónica) estar dotado de um conjunto de espaços diversificados para criação, ensaio e apresentação de espectáculos, exposições, congressos, conferências, entre outras actividades culturais. De facto, a Universidade de Aveiro tornou-se um elemento fundamental no desenvolvimento económico mas também cultural da cidade e, actualmente, ocupa um lugar de destaque na promoção, divulgação, formação e criação artística e cultural.

Relativamente às outras entidades culturais da cidade destacam-se a Efémero – Companhia de Teatros de Aveiro, o Circulo Experimental de Teatro de Aveiro (CETA), a Associação Cultural Proforma, a Associação Cultural Mercado Negro, a Companhia de Dança de Aveiro, a Banda Filarmónica Amizade, o Conservatório Calouste Gulbenkian, a Associação Cultural de Aveiro (ACA), o Clube dos Galitos, as produtoras Start-teatro e Sons Em Trânsito (Festival Sons em Trânsito e agenciamento de artistas nacionais e internacionais da *World Music*), o espaço 2:, as três escolas de música – *Riff*, *Musica.com* e Oficina da Música, o LP Estúdio, a Escola de Bailado de Aveiro (EBA), algumas galerias de arte existentes, e ainda, o Sporting Clube de Aveiro e o Sport Club Beira Mar. O destaque dado a estas instituições é sobretudo por dois factores, o facto de possuírem espaço próprio para criação, formação, ensaio/treino e apresentação das suas actividades culturais ou desportivas e de apresentarem uma actividade regular e visível (no sentido de que são mais promovidas ou que se destacam das demais).

No âmbito desta dissertação considera-se que a cultura de uma cidade é muito mais do que o conjunto de instituições de carácter artístico, cultural e desportivo que nela existem. Neste sentido, há toda uma série de instituições, sobretudo empresas, que poderão ser consideradas de relevo para a cultura da cidade, designadamente, os produtores de ovos-moles e de outros produtos gastronómicos típicos da cidade e da região, a restauração típica, os artesãos locais (com realce para a cerâmica), as empresas cerâmicas, as empresas ligadas ao *design*, telecomunicações, electrónica, novas tecnologias da comunicação (áreas tecnológicas de grande relevo e associadas à UA) assim como as empresas turísticas que apostem nos elementos culturais da cidade, entre outras. De certa forma, todas estas instituições influenciam a cultura de uma cidade e a sua manifestação, pelo que poderão contribuir no âmbito de uma abordagem de regeneração urbana por via da cultura. Muitas delas são pequenas e médias empresas que, ao instalarem-se no centro da cidade, tenderá a levar à ocupação e reabilitação de espaços devolutos e degradados – à imagem do que aconteceu em *Dundee* e *Roubaix* – criando dinâmicas económicas. Os seus trabalhadores serão potenciais utilizadores dos serviços e comércio aí instalados ou que venham a instalar-se, podendo inclusivamente tornar-se residentes de forma a estarem mais próximos do trabalho contribuindo para o aumento da população local. Isto tenderá a induzir um aumento nos níveis de segurança, de socialização e até de empregabilidade. Deste modo, as empresas estarão a contribuir para a revitalização económica, social e cultural do centro urbano.

A ideia de uma política de regeneração urbana para o centro de Aveiro renasceu após a realização do seminário para a discussão pública d' «O futuro da Avenida Lourenço Peixinho» em Novembro de 2008, promovido pela autarquia. Na sequência, surgiu em Aveiro um grupo informal e apartidário de cidadãos denominado Amigos d' Avenida¹⁷ que tem promovido, nos últimos 3 anos, a participação

¹⁷ <http://amigosdavenida.blogs.sapo.pt/>

pública e a discussão e reflexão sobre o futuro da cidade, do município e da região de Aveiro quer em eventos realizados para o efeito quer através dos seus espaços virtuais (blogue, *mailing-list* e página de *Facebook*). Este grupo tem sido uma voz activa na identificação e análise dos problemas urbanos da cidade, e apresentação de possíveis soluções para os mesmos, abordando e discutindo questões como o declínio do centro urbano da cidade, a animação do espaço público (do qual surgiu o manifesto pela qualificação e animação do espaço público e o projecto Aqui! *Here!*), bem como a reflexão sobre diversos projectos municipais como a intervenção na Praça Melo Freitas, o projecto do Bairro do Alboi, o abate das árvores da Avenida, o Parque da Sustentabilidade, o futuro da Avenida Loureço Peixinho e a nova ponte pedonal sobre o Canal Central. Todos eles foram alvo de uma reflexão e de uma acção de participação cívica realizada pelos Amigos d'Avenida que se traduziram na entrega de documentos ao executivo camarário (fundamentando preocupações, solicitando informação, apresentando soluções alternativas, etc.), tertúlias, abaixo-assinados, exposição nos meios de comunicação locais e nacionais (Amigos d'Avenida, 2011). Neste sentido, a regeneração urbana e a cultura têm vindo a ser apontados cada vez mais como política e elemento-chave respectivamente para a solução e prevenção de muitos dos problemas urbanos detectados e analisados no centro da cidade. Contudo, segundo os Amigos d'Avenida (2011), *«apesar da postura crítica, mas construtiva, até agora não foi valorizado o papel dos cidadãos, sempre entendidos pelo poder político como parte do problema e não da solução!»* pelo que consideram que *«o futuro obrigará a uma relação diferente entre eleitos e eleitores, sobretudo porque o paradigma de intervenção pública local será diferente, com novas preocupações (desenvolvimento económico) e meios financeiros limitados»*. Depreende-se por isso que a participação pública, em Aveiro, seja um processo, ainda, em evolução onde uma recente e crescente participação dos cidadãos nas questões políticas da cidade colidam com as tradicionais formas de actuação e tomada de decisão das autoridades locais originando, porventura, algumas divergências entre cidadãos e agentes políticos.

Em 2010, no seguimento do Seminário - O Futuro da Av. Lourenço Peixinho, a CMA encomendou um projecto de intervenção urbana coordenado pela UA. A forma como todo este processo decorrerá pode ser no futuro um objecto de análise e um exemplo do que se faz em termos de política urbana. No entanto, e tendo em conta os dados sobre este projecto em concreto, tudo aponta para que se centre no plano e numa intervenção essencialmente física, ou seja, uma acção de reabilitação e não de regeneração urbana, visto que, não se trata de uma estratégia integrada que contemple várias áreas de acção. Ainda no seguimento da discussão pública do futuro da Avenida Lourenço Peixinho, Mota (2009) equaciona e sugere uma possível candidatura de um «quarteirão cultural da Avenida» no âmbito da Política de Cidades/Parcerias para a regeneração urbana, como forma de revitalizar esta artéria emblemática da cidade, bem como a sua área envolvente. A sugestão apresentada assenta sobretudo em dois eixos Rossio/Estação e Rua do Gravito/Rua Direita mas contempla uma extensão até ao Campus Universitário de Santiago. O autor sustenta que sendo a Avenida a mais importante artéria do centro da cidade, *«discutir o futuro da Avenida, implica necessariamente discutir o futuro da cidade de Aveiro»* (Mota, 2009) e em particular o seu centro urbano. Os problemas detectados na Avenida são na sua maioria idênticos aos da restante área central da cidade, nomeadamente, a perda de funções económicas tradicionais (comércio e serviços) e habitacional, o excesso de tráfego automóvel e o abandono e degradação de edificado e do espaço público (CMA, 2009). Porém, *«a observação de actividades culturais que aqui se têm vindo a localizar permite concluir a existência de um emergente conjunto de actividades*

diversificadas, qualificadas e inovadoras (de produção e consumo cultural)» (Mota, 2009). É nesta área que se encontram espaços como o Performas (no antigo Cine-Teatro Avenida), as três escolas de música, o LP Estúdio (dança contemporânea), edifício da antiga capitania (actual assembleia municipal e galeria de exposições), as galerias de arte na Rua do Gravito, o Museu da Cidade e a Casa Major Pessoa (futuro museu de Arte Nova), o Mercado Negro, o Teatro Aveirense e a Casa da Cultura Fernando Távora, entre outros. Além disso, o centro comercial Fórum Aveiro e a Praça do Peixe (área de vida nocturna) são polarizadores de consumo, lazer e entretenimento, atraindo muitos visitantes e por isso criando dinâmicas económicas e sociais.

De acordo com Mota (2011), Aveiro possui um conjunto de recursos que poderão contribuir para uma economia cultural e criativa. Este município e os que o rodeiam englobam cerca de 350.000 habitantes; oito Centros Culturais (Aveiro, Ílhavo, Estarreja, Albergaria, Sever do Vouga, Águeda e Ovar); museus de âmbito nacional de Arte e de Ciência; um vasto conjunto de associações e artistas ao nível da música, dança, teatro, artes plásticas, fotografia, artesanato, etc., eventos culturais de referência ao nível da cerâmica artística, música erudita e do mundo, *TEDx*, entre outros; empresas na área das tecnologias, comunicação e *design* (INOVARIA); formação superior e *I&D* em áreas como Comunicação, Artes, Tecnologia, Cultura, Turismo e Território, *Design*, Estudos Culturais, Estudos Literários, Turismo e Território. Salienta ainda a futura criação de um Parque de Ciência e Tecnologia¹⁸ cuja implementação está prevista para iniciar em 2012.

No campo da regeneração urbana, Mota (2011) destaca os problemas de conservação do património edificado realçando o adobe e o azulejo (materiais típicos e tradicionais da região) e a existência de 8200 fogos não ocupados (1/5 do total); mais 1.500 do que há dez anos (INE, 2011). Segundo o autor, existem alguns recursos do município ou da região associados a esta área como empresas de relevância nacional no sector dos materiais de construção, formação superior na área da regeneração urbana, a Plataforma para a Construção Sustentável (Centro Habitat – UA), a Rede AveiroDomus de cooperação e transferência de tecnologia e conhecimento e a participação em Redes Europeias como a *Europe Interclusters*, ou ainda a rede CUIMED¹⁹ (cidades médias da União Europeia) e a Rede Internacional de Arte Nova²⁰ que poderão contribuir para definição de políticas e o desenvolvimento de projectos de regeneração urbana. Deste modo, e tendo em conta os estudos de caso anteriores, pode afirmar-se que a regeneração urbana e a economia cultural e criativa devem complementar-se no âmbito de eventuais políticas urbanas desenvolvidas para o centro urbano de Aveiro.

As temáticas da regeneração urbana e da Cultura têm sido largamente debatidas, discutidas e reflectidas pelos Amigos d’Avenida aos quais inúmeros cidadãos e individualidades da cidade se juntaram contribuindo com opiniões, sugestões e ideias sobretudo através dos meios virtuais (Amigos d’Avenida, 2011). Aquando do debate sobre a cultura em Aveiro, e em particular a situação do TA (devido às sucessivas trocas de director artístico e um descontentamento generalizado face à programação da maior casa de cultura da cidade) foram muitos os intervenientes que criticaram fortemente o município acusando-o de inactividade e de escolhas erradas nesse campo. Ora, sendo discutível, não deixa de ser um sinal revelador de algo. Actualmente, Aveiro confronta-se com a concorrência dos oito municípios próximos que detêm políticas e espaços culturais próprios apontando para uma gradual perda de preponderância enquanto cidade referência.

¹⁸ <http://www.pci.pt/>

¹⁹ <http://www.ciumed.org/PT/home.htm>

²⁰ <http://www.artnouveau-net.eu/>

De acordo com o estudo «*O sector cultural e criativo em Portugal*» (Augusto Mateus & Associados, 2009) a aposta na cultura é um claro investimento na formação geral da população e num *cluster* que potencia a geração de riqueza, de emprego e de um modo geral, dos índices de desenvolvimento humano. Contribui para a formação do indivíduo, da sua capacidade de viver em sociedade, na qual valores como a igualdade, liberdade e tolerância são inculcados visando uma sociedade melhor através do respeito mútuo e da entreaajuda. Uma sociedade mais conscienciosa, mais interventiva, mais participativa, mais tolerante e mais solidária é o lucro de um investimento que se quer a outra escala que não a meramente financeira. Mas que no futuro, permitirá retirar proveitos económicos num sector que ganha cada vez maior importância na economia global. Nesta linha de pensamento, as políticas de regeneração urbana de base cultural, nas quais se engloba o conceito de quarteirão cultural, têm demonstrado um papel relevante na projecção socioeconómica e cultural de algumas cidades, pelo que considera-se que uma política de cariz seria adequada para a cidade de Aveiro.

6. CONCLUSÕES

Entre 1945 e os dias de hoje, as cidades europeias foram alvo dos mais intensos processos de transformação urbana alguma vez ocorridos e que as conduziram ao seu estado actual. Este período de tempo caracteriza-se por cinco grandes processos: reconstrução, revitalização, renovação, reestruturação e regeneração, temporalmente e conceptualmente contextualizados na medida em que respondiam aos problemas urbanos da época com as ferramentas e a prática de política urbana de então. Actualmente, o paradigma da política de cidades é a regeneração urbana estando presente na maioria das políticas e instrumentos tanto nacionais como europeus. Este contexto deriva de uma discussão teórica e conceptual que emerge em meados da década de 1980, devido ao insucesso das políticas dessa altura no combate ao declínio urbano maioria das cidades europeias, e que se formalizou e consolidou nos últimos 20 anos.

As estratégias de regeneração urbana têm como objectivo principal contrariar ou prevenir um processo de declínio urbano que pode originar problemas de ordem económica, física, social ou ambiental que na maioria dos casos estão interligados sendo potenciadores ou consequência uns dos outros. Assim, a regeneração urbana é encarada de uma forma integrada e multidisciplinar, intrinsecamente ligada ao conceito de sustentabilidade, e que promove a integração e participação das populações nos próprios processos de actuação.

No âmbito das políticas de regeneração urbana há uma diversidade de estratégias que podem ser definidas e executadas em função do contexto urbano em que se insere. Neste contexto existem estratégias que são delineadas tendo como elemento-chave, a cultura, enquanto factor de desenvolvimento económico, social e cultural. Com efeito, as políticas e estratégias de regeneração urbana através da cultura têm contribuído, em certa medida, para a criação de *clusters* culturais em muitas cidades, o que tem conduzido à diversificação económica, criação de emprego e melhoria da imagem interna e externa. As indústrias criativas e culturais são um estímulo à inovação e criatividade no desenvolvimento económico pois tendem a ser ambiental e socialmente responsáveis, a empregar trabalhadores com competências elevadas e a atribuir boas remunerações. Além disso, a expansão do sector cultural nas cidades previne a perda de receitas da região e potencia o turismo, assim como a promoção da participação em actividades artísticas e culturais aumenta a coesão social e a melhoria dos padrões de qualidade de vida.

Em meados dos anos 1980, surge na Grã-Bretanha o conceito de quarteirão cultural que se disseminou por todo o território britânico enquanto estratégia de regeneração urbana de base cultural. Inicialmente, os quarteirões culturais surgiram nas grandes cidades quase que de forma espontânea e informal derivado das dinâmicas socioeconómicas e culturais e concentração de actividades culturais e artísticas nos grandes centros urbanos, entretanto o conceito formalizou-se e passou a ser o mote para uma política de regeneração. Os primeiros quarteirões culturais tiveram algum sucesso na revitalização das áreas urbanas em que se inseriam, o que levou muitas cidades, que se encontravam em declínio a adoptarem a mesma política. Este conceito foi alvo de análise nesta dissertação no sentido de perceber se, de facto, se trata de um conceito útil para uma possível estratégia de regeneração urbana para o centro urbano de Aveiro.

O estudo de caso de *Dundee* é um de muitos exemplos de designação de um quarteirão cultural no centro da cidade como forma de impulsionar a economia local, reabilitar edifícios, requalificar

o espaço urbano e melhorar a imagem da cidade através do fomento da actividade cultural. Por sua vez, *Roubaix* é um caso de sucesso de regeneração urbana de base cultural não apresentando um quarteirão cultural. Em termos de escala, história industrial e transformação urbana as cidades são muito semelhantes no entanto os seus contextos geográfico e político, são bastante distintos. Não obstante ambas as cidades conseguiram combater um profundo declínio urbano através de uma estratégia de regeneração de base cultural. Se numa primeira análise as estratégias poderão ser distintas apresentam vários pontos em comum como a criação e reabilitação de um centro comercial no centro da cidade no sentido de valorizar o comércio no centro da cidade (tanto o pequeno e tradicional como o de retalho). A criação de um centro cultural de excelência que impulsionasse a produção e o consumo cultural, de espaços para residência e criação artística, e espaços museológicos novos, bem como o reforço dos existentes e respectiva interligação. E ainda, o incremento à instalação e produção de arte pública como elemento embelezador, de referência e identidade do espaço público, assim como a salvaguarda da herança arquitectónica.

Além das acções mais associadas à cultura, em ambos os casos, tem-se acções igualmente semelhantes como o fomento à reabilitação e requalificação de edifícios, melhorias do espaço público. Ao nível empresarial adoptaram acções de promoção das indústrias de alta tecnologia presentes nos dois cenários mas de raiz diferente. A criação de um centro empresarial e/ou tecnológico nas imediações ou mesmo dentro dos limites cidade, e ainda incentivos fiscais ao estabelecimento de empresas criativas e actividades relacionadas no centro da cidade. Em ambos os casos focaram-se na diversificação económica mas nunca abandonando os sectores tradicionais conseguindo revitaliza-los e reinventá-los.

Ao nível político e administrativo apesar de serem distintos, *Dundee* e *Roubaix* caracterizam-se por uma forte liderança e compromisso do poder político regional e local que se traduz depois num apoio governamental sólido. Em termos de financiamento apresentam instrumentos diferentes mas eficazes e constata-se que dificilmente há um grande investimento privado sem que haja primeiro um grande investimento público, o que revela a necessidade da iniciativa pública para este género de processos, bem como uma visão estratégica e uma gestão rigorosa. De salientar, ainda, que associadas às estratégias de regeneração urbana de base cultural está subjacente uma forte política cultural. Poderá parecer óbvio mas não o é, na medida em que, não basta criar ou reabilitar um conjunto de espaços culturais, é sim necessário fomentar a actividade cultural e artística através da produção e consumo cultural mas também através da integração e participação da população nessas mesmas actividades salvaguardando a componente social do processo de regeneração. Ora, em Portugal serão poucos e demasiado pequenos os casos em que tal acontece, e no caso particular de Aveiro, encarando o panorama político e cultural dos últimos anos poder-se-á afirmar que a política cultural existente não só é pobre como ineficaz.

Apesar das várias semelhanças que os dois estudos de caso apresentam também se pautam por algumas diferenças interessantes. A aposta na arquitectura de vanguarda, como é exemplo o Museu *V&A*, só é patente em *Dundee* e estará directamente relacionada com a requalificação da frente ribeirinha da cidade e consequente optimização dessa mesma área ao nível dos equipamentos culturais e das atracções turísticas aí instaladas e da proximidade do quarteirão cultural. Já no caso de *Roubaix* depreende-se que haverá uma maior moderação neste tipo de abordagem apostando sobretudo na reabilitação de instalações industriais abandonadas.

No caso de *Dundee*, a presença de estabelecimentos de ensino superior foi essencial dada uma vasta comunidade académica composta por professores, investigadores e alunos com grande apetência para o consumo cultural e uma tendência empreendedora mais vincada. Todavia, uma grande presença de estudantes implica uma actividade de lazer nocturna muito intensa que pode acarretar alguns problemas de ruído, sujidade e vandalismo frequentemente associados ao consumo excessivo de álcool. No caso de *Roubaix*, e apesar da presença de um conjunto instituições de ensino superior (fundamentalmente associadas ao sector têxtil), isso não é tão perceptível dado que *Lille* é o principal centro universitário da região. A cidade beneficia da proximidade a um pólo universitário mas sem os aspectos negativos de uma forte presença estudantil. Por sua vez, Aveiro enquanto cidade universitária tem um potencial inato com a vantagem de a Universidade de Aveiro ser um dos agentes culturais mais importantes da cidade, se não mesmo o mais importante.

O sucesso das estratégias de regeneração urbana tem muito que ver com o contexto político, social e económico de cada cidade. Daí que, duas abordagens distintas podem gerar resultados positivos diferentes para o mesmo problema. No entanto, as duas abordagens de *Dundee* e *Roubaix* respectivamente, apesar de aparentarem sê-lo, não são assim tão distintas. A grande diferença entre elas, à parte de alguns pormenores, jaz na definição de um quarteirão cultural que em termos práticos é apenas uma delimitação formalizada num plano e uma denominação. Contudo, o centro urbano de *Dundee* não se destaca mais do que o centro urbano de *Roubaix*, pelo facto de ter um quarteirão cultural, na medida em que, ambas as cidades apresentam o mesmo género de equipamentos culturais e a mesma tipologia de dinâmicas socioculturais e económicas devidamente contextualizadas. No caso de *Roubaix*, existe também uma delimitação inclusivamente mais complexa do que em *Dundee*, com a Zona Franca Urbana, a Zona de Redimensionamento Urbano e a Zona Urbana Sensível. Este zonamento presente em ambas as estratégias é necessário como em qualquer plano de intervenção urbana pois confere-lhe exequibilidade e permite uma gestão, monitorização e acompanhamento da área em questão. Porém, *Dundee* é conhecida por ter um quarteirão cultural, pelo que se presume que o conceito de quarteirão cultural serve acima de tudo para estabelecer uma marca na promoção da imagem de uma cidade assumindo-se como uma referência de carácter icónico, um pouco pela força da própria expressão em si que alude a uma área específica de perfil cultural.

No contexto nacional, há uma evidente inoperância das políticas urbanas e de ordenamento do território como foi exemplo o Programa Polis que apesar de estar sustentado num conjunto de princípios estratégicos que incorporavam as intervenções numa perspectiva de sustentabilidade, na prática as acções foram quase exclusivamente de ordem física por via da recuperação de edificado ou construção de infraestruturas e equipamentos, em que Aveiro não foi excepção. Os actuais instrumentos de política urbana contemplam uma série de abordagens ao nível da regeneração urbana, porém, os projectos desenvolvidos e implementados são escassos derivado de uma apatia e fragmentação do poder local e regional (contrariando as boas práticas), na medida em que, não há uma propensão para a iniciativa pública no que toca à política urbana que ultrapasse a intervenção física.

No que diz respeito ao objecto de estudo, Aveiro apresenta um conjunto de elementos de carácter sociocultural, patrimonial, económico e educativo de elevado valor, semelhantes aos verificados em *Dundee* e *Roubaix* – sectores tecnológicos inovadores; espaços, instituições e agentes culturais,

bem como diversos elementos identitários da cultura local e regional – o que lhe confere um potencial cenário para o desenvolvimento e implementação de uma estratégia de regeneração urbana de base cultural.

Comparativamente aos estudos de caso, do ponto de vista geográfico, Aveiro e *Dundee* assemelham-se pelo seu carácter periférico e marítimo caracterizado por uma forte ligação ao mar e ao elemento água. Em termos de estrutura urbana, o perfil disperso e policêntrico à escala metropolitana é idêntico em Aveiro e *Roubaix*, no entanto diferem muito à escala urbana local, já que Aveiro não tem um perfil industrial tão vincado como *Roubaix* e *Dundee*. Além disso, não tem um bom sistema de transportes públicos locais e regionais como *Roubaix* condicionando a mobilidade para uma maior dependência do transporte individual. Ao contrário de *Dundee* e *Roubaix* não apresenta um elevado declínio urbano mas exhibe sinais preocupantes de declínio do seu centro urbano que devem ser travados. Como tal, uma política de regeneração urbana em Aveiro teria acima de tudo um carácter correctivo (dos problemas existentes) e preventivo (dos problemas que poderão surgir ou agravar-se). Se por um lado a escala de Aveiro (por ser muito mais pequena que as cidades médias europeias, e em particular, em relação aos estudos de caso) pode fazer com que não seja viável uma estratégia de regeneração urbana nos mesmos moldes, por outro, a sua menor dimensão pode ser positiva para uma implementação e execução de uma estratégia de regeneração urbana mais célere e eficaz – pela possibilidade de elaborar um projecto num curto espaço de tempo e mais fácil de gerir e controlar – assim como os respectivos resultados que poderão surgir mais rapidamente. Nos casos de *Dundee* e *Roubaix*, o que acelerou os processos de regeneração foi a urgência de uma intervenção em virtude das cidades estarem num estado de declínio muito avançado (onde os edifícios eram em grande parte instalações industriais abandonadas e habitação obsoleta e degradada não havendo por isso qualquer tipo de expectativas associadas ao sector imobiliário) e uma forte liderança ao nível dos órgãos políticos locais e regionais ou seja, um cenário bem diferente do de Aveiro no qual a debilidade do poder local e regional e a dependência face ao poder central quer ao nível da tomada de decisão quer financeiro restringe as possibilidades de uma visão estratégica desta envergadura.

No actual enquadramento regional, Aveiro necessita de reforçar o papel de centro polarizador enquanto capital de distrito e nesse sentido precisa de destacar-se a nível económico, social e cultural. Após décadas de infra-estruturação da cidade e do concelho, em linha com a política nacional de grandes obras públicas, poder-se-á dizer que é tempo de investir de forma mais racional e a uma escala mais local. Há claramente a necessidade de uma política e estratégia culturais sólidas quer para a cidade quer para a sua região reforçadas pela presença de instituições de ensino, agentes culturais diversos e os inúmeros recursos humanos que devem ser alocados e potenciados; elementos constituintes duma nova população urbana com formação superior, criativa e empreendedora capaz de relançar novos desafios à economia local criando riqueza e oportunidades de negócio e emprego.

Não obstante, qualquer que seja o conceito subjacente a uma possível estratégia de regeneração urbana através da cultura para o centro de Aveiro deverá contemplar a integração de PME que, apesar de não serem classificadas como sendo do sector cultural, são de áreas económicas que

estão profundamente ligadas à «cultura» da cidade e que, de certo modo, podem ter tido influência no meio artístico e cultural da cidade e da região. Como exemplo tem-se a cerâmica, elemento que marcou o território e a imagem urbana, concretamente com a presença industrial e com os edifícios revestidos a azulejo, bem como o artesanato e a arte ceramista que ainda hoje são reforçadas por eventos como a Bienal de Cerâmica de Aveiro e a Feira de Artesanato de Aveiro.

No caso concreto do conceito de bairro cultural, a sua integração numa política de regeneração urbana para Aveiro poderia, numa primeira linha, assumir um carácter mobilizador de pessoas e recursos para a revitalização urbana e surtir algum efeito mediático ao nível da imagem da cidade funcionando como marca promocional da cidade a nível nacional e internacional colmatando o seu carácter periférico. Poderia, ainda, funcionar como elemento agregador do tecido urbano (como acontece em *Dundee* em que o bairro cultural une o centro da cidade ao campus universitário e ao *Digital Media Park* consolidando a respectiva malha urbana), bem como de polarizador de actividades artísticas e culturais da região e na região potenciando dinâmicas económicas, sociais e culturais diversas. Todavia, caso não haja uma política cultural sólida a ele inerente tornar-se-á inócuo ou até mesmo contraproducente, no médio longo prazo, em virtude das eventuais falsas expectativas que possa criar aos visitantes e afectaria fundamentalmente a população aveirense que assistiria a uma intervenção urbana que acarreta custos mas que não traria proveitos.

Posto isto, no contexto deste estudo, sugere-se um conjunto de linhas orientadoras para a designação de um bairro cultural em Aveiro, nomeadamente:

Perceber como se desenvolve um processo de designação de um bairro cultural e adequá-lo ao contexto de política urbana nacional quer do ponto de vista regulamentar quer de execução, através da análise de casos práticos existentes com resultados demonstrados;

- Elaboração de um estudo de viabilidade;
- Mobilização dos recursos existentes na cidade e captação de recursos externos para a cidade (como empresas, agentes culturais e artistas);
- Definição uma política cultural sólida que abranja o município e a região;
- Assumir a cultura como sector vital para a afirmação económica e social da cidade;
- Definição de um programa para o centro da cidade e diferentes áreas que compõem o mesmo que permita a discussão e reflexão sobre um futuro projecto urbano;

Nesta linha consideraram-se como eixos estratégicos e transversais (dos quais se pretende criar cadeias de valor entre eles):

1. Protecção, preservação e valorização da Zona de Identidade Cultural do centro de Aveiro;
2. Ria de Aveiro (elemento água);
3. Envolvimento da população (nos processos de desenvolvimento e execução);
4. Indústrias criativas;
5. Turismo (não contemplativo mas de permanência).

Esta dissertação surge na assunção da necessidade de uma política urbana e cultural que permitam solucionar problemas actuais do centro urbano de Aveiro (edifícios devolutos e/ou degradados, comércio tradicional moribundo, falta de dinamização do espaço público, perda de identidade local, descaracterização local, etc.), prevenir outros que poderão advir e, de igual modo, potenciar um conjunto de recursos existentes no sentido de dar um novo fulgor cultural, social e económico à

cidade. Crê-se com isto poder reforçar a importância de Aveiro no contexto regional (e porventura nacional e europeu) através da criação e consolidação de uma rede entre os pólos urbanos da região contribuindo para a coesão territorial, económica, social e cultural. Neste sentido, e com base no que foi analisado, considera-se que uma estratégia de regeneração urbana de base cultural, e em particular, sustentada no conceito de quarteirão cultural, pode contribuir para esses objectivos, na medida em que, actualmente encontra-se em desenvolvimento um projecto de intervenção urbana para a Avenida Lourenço Peixinho que poderá lançar o repto para uma hipotética linha de continuidade ao nível da política urbana na cidade de Aveiro.

BIBLIOGRAFIA

AGENCE DE DÉVELOPEMENT ET D'URBANISME DE LILLE MÉTROPOLE (ADULM) (2006b). The Urban Regeneration of Lille Métropole. Le renouveau urbain de Lille Métropole, Lille, ADULM.

AGENCE DE DÉVELOPEMENT ET D'URBANISME DE LILLE MÉTROPOLE (ADULM) (2004a). Emploi - Chômage dans les quartiers prioritaires de l'arrondissement de Lille, Synthese, Lille, ADULM.

ASCHER, F. (2001). Metropolização e transformação dos centros das cidades, in Os Centros das Metrôpoles. Reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI, São Paulo, Editora Terceiro Nome, p.59-68.

ASHWORTH, G., VOOGD, H. (1990). Selling the City, London, Belhaven Press.

AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS (2009). O sector cultural e criativo em Portugal, Lisboa, AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS.

BASSETT, K. et al. (2005). Urban dilemmas of competition and cohesion in cultural policy, in Buck, N. et al (eds). Changing Cities: rethinking urban competitiveness, cohesion and governance, Basingtoke, Palgrave.

BAZLEY, K. (1993). Urban regeneration and economic development, in 100 Years: Town Planning in Dundee, Dundee, Duncan of Jordanstone College of Art.

BIANCHINI F (1993a). Remaking European Cities: the role of cultural policies', in Bianchini F, PARKINSON M (eds) Cultural Policy and Urban Regeneration: the West European Experience, Manchester, Manchester University Press, p. 21-47.

BOOGARTS, I. (1990). A new urban planning tool kit: are investments in the arts and culture new tools for revitalising the city? Paper presented at the 6th International Conference on Cultural Economics, UMEA, Sweden

BOOTH, P., BOYLE, R. (1993). See Glasgow, See Culture, in Bianchini, F., Parkinson, M. (Eds) Cultural Policy and Urban Regeneration: the West European Experience, pp 21-47, Manchester, Manchester University Press.

BOYLE, R. (1988). Private sector urban regeneration: the Scottish experience, in Regenerating the Cities: the UK Crisis and the US Experience, eds M. Parkinson, B. Foley and D. Judd, Ch. 6, pp. 74-93, Manchester, Manchester University Press.

BRITISH URBAN REGENERATION ASSOCIATION (BURA) (1997). BURA in action – Promoting Best Practice in Regeneration, London, BURA.

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO (2009). O Futuro da avenida Dr. Lourenço Peixinho, Aveiro, CMA

CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO E MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2001). Plano Estratégico de Aveiro - Programa Polis, Lisboa, MAOT.

CARSTAIRS, A. M. (1968). The nature and diversification of employment in Dundee in the twentieth century, in Dundee & District, Ch. 22., Dundee, British Association for the Advancement of Science.

CARTER, A. (2000). Strategy and Partnership in Urban Regeneration, in Roberts, Peter; Sykes, Hugh (eds.): Urban Regeneration. A Handbook, London, Sage Publications.

CASTANY, L. (2004). Histoire de construire: La Condition Publique, Roubaix, Paris, Editions Sujet/Objet.

CHESHIRE, P. e HAY, D. (1988). Urban Problems in Western Europe: an economic analysis, London, Unwin Hyman.

CHUECA GOITIA, F. (1982) Breve história do urbanismo, Lisboa, Editorial Presença.

COLOMB, C. (2006). Making Connections: Transforming people and places in Europe, case study of Roubaix, Lille, URBED & Joseph Rowntree Foundation.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CENTRO (CCDR-C) (2007). Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro - Diagnóstico e contributos para uma visão estratégica territorializada da Região Centro, Vol. I, CCDR-C, Coimbra.

COUCH, C. (1990). Urban Renewal: Theory and Practice, London, Macmillan Education.

COUCH, C., FRASER, C. and PERCY, S. (2003). Urban Regeneration in Europe, Oxford, Blackwell.

CREWE, L. (1996). Material Culture: embedded firms, organisational networks and the local economic development of a fashion quarter, Regional Studies 30(3), 257-272.

DEDIEU, F. (2004). Ce sont nos machines qui déménagent, L'Expansion

DÉLÉGATION INTERMINISTÉRIELLE À LA VILLE (DIV) (2002). Fiches experiences Revitalisation Economique, Une politique de développement économique ambitieuse, étroitement liée aux politiques d'emploi et de renouvellement urbain à Roubaix, Lille, LMCU.

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E PROSPECTIVA (2004). Portugal. Prospectiva das Actividades e dos Territórios, Foco no Futuro nº 3, Lisboa, MAOT.

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (DGOTDU) (1999) Sistema Urbano Nacional, Vol.3, pág.37, DGOTDU, Lisboa.

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (DGOTDU) (2007). Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território. Relatório. DGOTDU, Lisboa.

DOHERTY, J. (1992). Dundee: a post industrial city, in *The Remaking of Juteopolis*, ed. C. A. Whatley, Dundee, Abertay Historical Society.

DUNDEE CITY COUNCIL (2003). *Finalised Dundee Local Plan Review*, Dundee, Dundee City Council.

DUNDEE DISTRICT COUNCIL (1979). *Inner City Local Plan*, Dundee, Dundee City Council.

EDAW & URBAN CULTURES (2000). *Dundee Cultural Quarter Development and Investment Strategy: Final Report*, Dundee, EDAW and Urban Cultures.

EUROPEAN COMMISSION (1990). *Green Paper on the Urban Environment*, Brussels, EC.

EUROPEAN COMMISSION (1994). *Europe 2000+: Cooperation for European territorial development*, Luxembourg, EC.

EVANS, G. (2001). *Cultural Planning: An Urban Renaissance*, London, Routledge.

EVANS, G. (2005). Measure for measure: evaluating the evidence of culture's contribution to regeneration, *Urban Studies*, 42(5/6), pp. 959–983.

EVANS, G. e FOORD, J. (2006). *Small Cities for a Small Country: Sustaining the Cultural Renaissance?*, in: Jayne, M. e Bell, T. (eds) *Small Cities: urban experience beyond the metropolis*, Routledge, Questioning Cities series.

FÉLIX RIBEIRO, J.M., (1999). *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades – Contributo para a reflexão*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

FLORIDA, R. (2002). *The Rise of the Creative Class, and how it is transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*, New York, Basic Books.

FRASER, C. and T. BAERT (2003). Lille: from textile giant to tertiary turbine, in Couch, C., Fraser, C. and Percy, S. (eds). *Urban Regeneration in Europe*, Oxford, Blackwell.

GHILARDI, L. (2005) *Cultural planning: a strategic approach to successful and sustainable community-based regeneration in Scotland*, Noema Research and Planning, London.

GIBSON, M. & KOCABAS, A. (2001). *London: Sustainable Urban Regeneration – Challenge and Response*, Proceedings of the First International Urban Design Symposium, Mimar Sinan University, pp. 177-228, Istanbul, MSU.

GIBSON, M. e LANDSTAFF, M. (1982). *An Introduction to Urban Renewal* Hutchinson, London.

GREEN, H., H. TRACHE, and D. BLANCHARD (2001). An Experiment in French Urban Policy: Evaluation and Reflection on the Implementation of the Zones Franches Urbaines', *Planning Theory & Practice* 2(1): 53-66.

GROUPE DE TRAVAIL SUR LA RÉGÉNÉRATION URBAINE DANS L'EUROPE DU NORD-OUEST (2001). Culture et Régénération Urbaine, Lille, ADULM.

INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO (IGESPAR, IP) (2011) <http://www.igespar.pt/pt/>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2010, 2011) <http://www.ine.pt>

JONES, S. J. (1968). Historical geography of Dundee, In Dundee & District. British Association for the Advancement of Science, Dundee.

KEATING, M. (1988). The City That Refused to Die, Aberdeen Aberdeen University Press.

LANG, T. (2005). Insights in the british debate about urban decline and urban regeneration, Leibniz, Institute for Urban Development and Structural Planning.

LANG, T., TENZ, E. (2003). Von der schrumpfenden Sladt zur Lean City. Prozesse ind Auswirkungen der Sfadtschrumpfung in Osldeutschland und deren Bewaltigirig, Dortmund

LICHFIELD, D. (1992). Urban Regeneration for the 1990s, London Planning Advisory Committee, London

LIEFOOGHE, C. (2005). Services: the future of industry? From coalmining and textile industries to environmental services and distance selling in the Nord-Pas-de-Calais Region – France. Paper presented to the working group of the Regional Studies Association 'The role of 'industrial knowledges' in economic development of post-industrial regions'.

LORÉAL, A., F. MOULAERT, and J.-F. STEVENS (1996). 'La Métropole du Nord: a frontier case-study in urban socioeconomic restructuring', in Moulaert, F. and Scott A.J. (eds). Cities, enterprises and society on the eve of the 21st century. London, Pinter.

MATARASSO, F. (1997). Use or Ornament? The Social Impact of Participation in the Arts (Stroud: Comedia).

MCCARTHY, J. (2005). Promoting image and identity in cultural quarters: the case of Dundee, Local Economy.

MCCARTHY, J. (2006). 'Regeneration of Cultural Quarters: Public Art for Place Image or Place Identity?' Journal of Urban Design, 11:2, 243 – 262.

MCCARTHY, J. e POLLOCK, A. (1997). Urban regeneration in Glasgow and Dundee: a comparative evaluation.

MCDUGALL, D. (1993). Putting the heart back in the city. in 100 Years: Town Planning in Dundee. Duncan of Jordanstone College of Art, Dundee.

MCGREGOR, A., MCCONNACHIE, M. (1995). Social Exclusion, Urban Regeneration and Economic Reintegration, in: *Urban Studies*, Vol. 32, No. 10, 1995, pp 1587-1600.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2008). *Política de cidades POLIS XXI*, Lisboa, Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.

MOMMAAS, H. (2004). Cultural clusters and the post-industrial city: towards the remapping of urban cultural policy, *Urban Studies*, 41(3), pp. 507–532.

MONTGOMERY, J. (1998). Making a city: urbanity, vitality and urban design, *Journal of Urban Design*, 3(1), pp. 93–116.

MONTGOMERY, J. (1995). The story of Temple Bar: creating Dublin's Cultural Quarter, *Planning Practice and Research*, 10, pp. 101–110.

MONTGOMERY, J. (2003). Cultural quarters as mechanisms for urban regeneration, Part 1: Conceptualising cultural quarters, *Planning Practice and Research*, 18(4), pp. 293–306.
Montgomery, J. (2008). Cultural Quarters: Why Large is Less, in: *Urban Design*, nº 108, pp. 12-13.

MOTA, J. (2009). O "Quarteirão Cultural" da Avenida [Em linha]. Disponível: <http://www.slideshare.net/jcmota/o-quarteiro-cultural-da-avenida-vf> [5 Setembro 2011].

MOTA, J. (2011). "Que centro para Aveiro?" [Em linha]. Disponível: <http://www.slideshare.net/zemota/que-futuro-para-o-centro-de-aveiro> [13 Novembro 2011].

NOON, D., SMITH-CANHAM, J., EAGLAND, M (2000) Economic Regeneration and Funding, in: Roberts, Peter; Sykes, Hugh (eds.): *Urban Regeneration. A Handbook*, London, Sage Publications.

PACIONE, M. (1985). Renewal, redevelopment and rehabilitation in Scottish cities, 1945-1981, in *Perspectives of the Scottish City*, ed. G. Gordon, Ch. 10, pp. 280-305, Aberdeen, University Press.

PARIS, D. and J.-F. STEVEN (2000). *Lille et sa région urbaine: la bifurcation métropolitaine*, Paris, L'Harmattan.

PARKINSON, M., JUDD, D. (1988). Urban revitalisation in America and the UK - the politics of uneven development, in: Parkinson, Michael; Foley, Bernard; Judd, Dennis (eds.): *Regenerating the cities. The UK crisis and the US experience*, Manchester.

PORTAS, N., DOMINGUES, A., e CABRAL, J. (2003). *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

PRYEN, S. and RODRIGUEZ, J. (2002). *Quand la culture se mêle du social. De la politique culturelle roubaisienne*, Lille, Centre lillois d'études et de recherches sociologiques et économiques.

RAVENSCROFT, N. (2000). The Vitality and Viability of Town Centres, in *Urban Studies*, nº 37, p. 2533-2549.

ROBERTS, P. (2000). The evolution, definition and purpose of urban regeneration, in P. Roberts and H. Skyes (eds.), *Urban Regeneration, a Handbook*, London, Sage Publications, pp. 9-36.

ROBERTS, P. and SKYES, H. (2000). "Current Challenges and Future Prospects", *Urban Regeneration, A Handbook*, London, Sage Publications, pp. 295-314.

ROBSON, B. (1988). *Those inner cities: reconciling the economic and social aims of urban policy*, Oxford.

ROODHOUSE, Simon (2006). *Cultural Quarters: Principles and practice*, Bristol, Intellect Books.

ROSS, I. (1994) Putting the heart back into the city. *Proceedings of Town & Country Planning Summer School*, St Andrews.

SCOTT, A. J. (2004). Cultural-products industries and urban economic development: prospects for growth and market contestation in a global context, *Urban Affairs Review*, 39(4), pp. 461-490.

SCOTTISH ENTERPRISE TAYSIDE (1992). *The Dundee project 1982-91: achievements and objectives*, Dundee, SET.

SCOTTISH EXECUTIVE (2000). *Scotland's National Cultural Strategy*, Edinburgh, Scottish Executive.

SCOTTISH EXECUTIVE (2003). *Scotland's National Cultural Strategy Annual Report*, Edinburgh, Scottish Executive.

SCOTTISH OFFICE (1988). *New Life for Urban Scotland*, Edinburgh, HMSO

SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO (SPI) (2009). *Plano Estratégico para o Concelho de Aveiro, relatório preliminar, vol.2*, Aveiro, CMA

SUBEDI, N. K. (1993). James Thomson, in: *100 Years: Town Planning in Dundee*, Duncan of Jordonstone College of Art, Dundee.

THOMAS, C. J e BROMLEY, R. (2000). City-centre Revitalization: Problems of Fragmentation and Fear in the Evening and Night-time City, in *Urban Studies* nº 37, p.1403-29.

TUROK, I. (2004). "Cities, Regions and Competitiveness" *Regional Studies*, Taylor and Francis Journals, vol. 38(9), pp. 1069-1083.

WANSBOROUGH, M., MAGEEAN, A. (2000). The role of urban design in cultural regeneration, *Journal of Urban Design*, 5(2), pp. 181-197.

WHATLEY, C. A. (ed.) (1992). The Remaking of Juteopolis, Abertay Historical Society, 32, Dundee.

WILLIAMS, C. (1996). An evaluation of approaches towards cultural industries in local economic development: a comparison of Sheffield, Glasgow and Leeds, in: Hardy, S., Malbou, B. & Taverner, C. (eds) The Role of Arts and Sport in Local and Regional Economic Development, London, Regional Studies Association, 56-59.

ÍNDICE DE TABELA E FIGURAS

Tabela 1 – processos de transformação urbana	3
Figura 1 – Regeneração Urbana	8
Figura 2 – Factores e resultados da regeneração urbana	11
Figura 3 – Museum Quartier, Viena	15
Figura 4 – London South Bank	16
Figura 5 – Temple Bar, Dublin	16
Figura 6 – Sheffield’s Cultural Industries Quarter	16
Figura 7 – A região de Dundee	17
Figura 8 – Dundee	18
Figura 9 – RRS Discovery	21
http://midgie.list.co.uk/article/13136-dundee/	
Figura 10 – DCA	23
http://www.iainandjane.com/shows/musicforpeople/index.shtml	
Figura 11 – DCA	23
http://www.pixceleb.com/dundee-contemporary-arts/richardmurrphyarchitects.com*projects*images*1155647798.jpg/kpWil6WhlJmapp6moQ/	
Figura 12 – Repertory Theatre	23
800px-Dundee_Rep_wikimedia.com	
Figura 13 – Localização do quarteirão cultural de Dundee (concepção própria)	25
Figura 14 – The McManus	26
http://www.mcmanus.co.uk/	
Figura 15 – The Overgate Shopping Centre	26
http://dundeecommunitypodcast.webs.com/apps/photos/photo?photoid=86724880	
Figura 16 – Central Waterfront, Dundee	27
« http://www.placeuk.co.uk/dundee-waterfront/the-investment-opportunity/ »	
Figura 17 – V&A Dundee	28
HYPERLINK « http://vandaatdundee.com/your-future/project/ »	
http://vandaatdundee.com/your-future/project/	
Figura 18 – Área Metropolitana de Lille	29
ADULM...	
Figura 19 – Município de Roubaix	29
ADULM...	
Figura 20 – Grande Place	30
http://www.popsu.archi.fr/POPSU1/valorisation/spip.php?article133	
Figura 21 – Espaço público e edifícios regenerados	35
URBED (2006)	
Figura 22 – Fachadas coloridas	35
http://web.mit.edu/jsf/2004/lille.html	

Figura 23 – Mapa de zonamento da cidade de Roubaix (concepção própria)	36
Figura 24 – Archives du Monde du Travail http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Centre_des_archives_du_monde_du_travail.png	38
Figura 25 – La Piscine (URBED, 2006)	39
Figura 26 – La Piscine http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Roubaix_La_Piscine_entr%C3%A9e.JPG	39
Figura 27 – La Piscine http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:La_Piscine_Roubaix.jpg	39
Figura 28 – La Condition Publique http://www.archicontemporaine.org/RMA/p-8-La-Condition-Publique.htm?fiche_id=496	40
Figura 29 – La Condition Publique http://www.archicontemporaine.org/RMA/p-8-La-Condition-Publique.htm?fiche_id=496	40
Figura 30 – Distrito e Concelho de Aveiro	50
Figura 31 – Mapa da Zona de Identidade Cultural do Centro de Aveiro	52
Figura 32 – Casa Major Pessoa	53
Figura 33 – Conjunto de Arte Nova (Museu da Cidade, Rota da Luz e Cooperativa Agrícola)	53
Figura 34 – Antiga Estação Ferroviária	54
Figura 35 – Garagem Atlantic	54
Figura 36 – Cine-Teatro Avenida	54
Figura 37 – Centro Cultural e de Congressos	54
Figura 38 – Edifício devoluto (Av. Dr. Lourenço Peixinho)	55
Figura 39 – Edifício devoluto (Av. Dr. Lourenço Peixinho)	55
Figura 40 – Conjunto de edifícios devolutos (Bairro da Beira-Mar)	55
Figura 41 – Teatro Aveirense	56